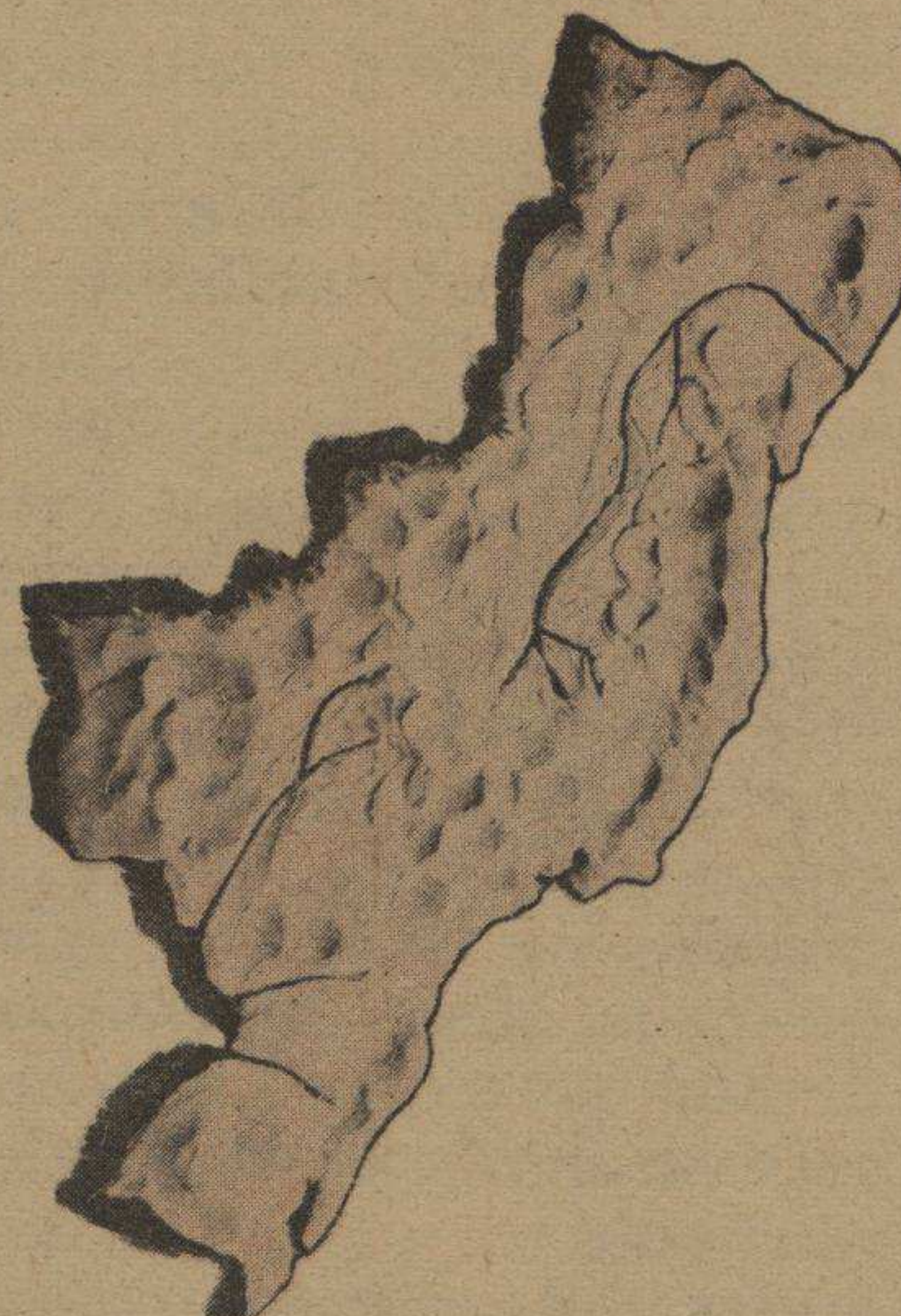


COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

*Será este
o nosso
futuro mapa?*



BRIZOLA E O PTB, ONTEM E HOJE



Um depoimento exclusivo de Paulo Schilling, ex-conselheiro político de Brizola, hoje exilado em Buenos Aires. Ele vê "muita pressa e oportunismo" nas tentativas de criar o novo PTB. E faz restrições ao namoro de Brizola com a social-democracia

SEQÜESTRO

Ex-prisioneiro descreve o centro de torturas onde estão Lilian e Universindo

Ele é um jornalista gaúcho e esteve dez dia lá

Como foram os expurgos na UFRGS

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Secretário
Osmar Trindade

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Sauressig, Jorge Polydoro, Tomás Pereira, Waldor Teixeira, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Marco Antônio Schuster, Rafael Guimarães, Najar Tubino, Maria Angélica de Moraes, Leonardo Dourado, Sílvio Corrêa, Marina Wodtke, Lillian Bem David, Jorge Gallina, Barú Derquin, Maurecy Santos, Pedro Flores **editores, repórteres, diagramadores e fotógrafos**, Sérgio Batsow, Edgar Vasquez, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré **(arte)**, Luiz Recena Grassi **(Brasília)**, Gilberto Pauletti **(Rio)**, Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy **(São Paulo)**, Gleizer Naves **(Belo Horizonte)**, José Maria de Andrade **(Recife)**, Paulo Marconi **(Salvador)**, Luiz Lanzetta **(Florianópolis)**, Zélia Leal **(França)**, Eva Dürr **(Alemanha)**, Moema Bauer **(México)**, Licínio Azevedo **(Mocambique)**, Caco Barcelos **(Nova Iorque)**, José Reis, Quilida Terezinha Cardoso e Mozart d. Santos **(arquivo e laboratório)**.

Industrial
Francisco Alba **(coordenador)**, Lindomar da Silva, Sílvia Berni, Edison Ubriratan Trindade, Maria de L. B. Lima **(revisão)**, Carlos Milton Rios **(produção)**, Júlio Ferrari, Atil Vinetom, **(fotolito)**, Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins **(fotocomposição)**, Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos **(montagem)**.

Administração
Eládio Vieira da Cunha

Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Cleber Bressani

Circulação e Assinaturas
Renan Carvalho Rodrigues **(coordenador)**, Suzi de Ávila Bérni e Gilberto Taurino.

Números atrasados
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (05)
Registro nº 33170/Livro A.1

Impressão: Diário de Notícias
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha **(Presidente)**, Tomás Pereira **(Vice-Presidente)**, Rosvita Sauressig **(Secretaria)**, Affonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Barú Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow **(Conselheiros de Administração)**, Antônio Oliveira, Agnese Schifino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasquez **(Conselheiros Fiscais)**, Assis Hofmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaráci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd **(Conselheiros de Edição)**, Adélia Porto da Silva, Ademir Vargas, Ângela Beatriz Riccardi, Antônio Brito, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Edgar Vasquez, Erni Quaresma, Euclides Torres, Floriano Soares, Gládis Ybarra, Imara Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Julieta Pereira, Léo Taveinhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccardi, Paulo Gerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Clóvis Malta, Omar de Barros F., João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Maristela Bairos, Telmo Zanini, Iara Bendatti, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Bilum, Flávio Dutra, Jorge Freitas, Renan de Oliveira, Antônio Gonzalez, Mário Villas-Boas da Rocha, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gómercio Coutinho, Carlos Salzano, Laíla Pinheiro, Marinória Schilling, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Viison Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Tonello, José Abu-Jamra, Sérgio Becker, Francisco Dias Lopes, Lillian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Juene, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Carlos Karnas, Valdir Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Mello, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tascia, Otília Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueiredo, Iraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Artech, Neusa Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rubenich, Citina Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaime Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreatta, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Niralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wells, Maria Helena Brancher, Maria Luísa Teixeira, Júlio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmen Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higinio Barros, José Eneid Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimarães F., Carlos Frederico Menz, Eduardo San Martin, Ilza Cirardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Camini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldor Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Sílvio Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira F., Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Olides Cantan, Roberto Augusto Thomé, Rogério Ruschel, Luis Fernando Verissimo, José Luiz Prévidi, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prate, Antônio Canabarro Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, Jane Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Paulo Antônio Barros, Riomar Trindade, Rômulo Kraitza, Vera Maria Bosak, Patrício Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirra Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Aristosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Lucila Camargo, Paulo Marconi, Armênio Abascal, Maurecy Santos, Hélio Ferreira, Luis Humberto, Valter Firmo, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores e Zeka Araújo.

Associado à
AJOCOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

O jornalismo é um instrumento precário para se mexer no passado, não há nenhuma novidade nisso. A investigação histórica não se coaduna bem com as limitações de tempo e espaço impostas pelos jornais ou revistas, mesmo porque os profissionais que neles trabalham são — regra geral — preparados para responder a outro tipo de exigência

No entanto, aí estamos nós com um passado cheio de buracos, de pedaços distorcidos pela visão oficial ou omitidos pela censura e com a enorme necessidade de recuperá-lo para poder bem entender e interpretar o presente e projetar o futuro. E recuperá-lo com a prensa que só o jornalismo pode atender, inclusive, porque boa parte do que deveria ser material histórico é hoje matéria jornalística pelo ineditismo.

Então é isso. De um lado um instrumento deficiente para a tarefa, mas de outro a necessidade e a urgência a que só ele pode responder. Se fôssemos fazer uma análise das dificuldades que isso implica poderíamos mencionar um desafio adicional: trata-se de lidar com uma história de vivos. A maioria dos personagens dessa fase da vida nacional que se quer recompor, trazer à tona para a apreciação das gentes, como diria o historiador, a maioria está aí em cena, não raramente dispostos ao cômodo silêncio (quando não dispostos a manter o silêncio pela força). Pode-se dizer ainda que restabelecer integralmente a verdade dos fatos, é sempre um desafio que a condição humana não consegue enfrentar com sucesso absoluto. A verdade integral existe no presente, no momento em que está acontecendo. Depois é como um espelho que se parte: por mais cuidadosa que seja a junção dos pedaços, ele irá sempre refletir a imagem com distorções. Pode-se chegar perto, juntando o que fica nos documentos, as versões dos que viveram aquele fato ou episódio, etc. O essencial fica restabelecido (não fosse isso a História não teria sentido como ciência), apesar das imprecisões que sempre restam ao redor. A distância entre as versões e a verdade (e entre uma e outra versão), podem, obviamente, ser enormes, ou por interesses ou porque o ser humano tende a registrar imprecisamente as suas experiências. Mas elas são indispensáveis.

Enfim, a questão é clara: a necessidade primeira — de se resgatar o passado por inteiro — justifica plenamente os riscos, pois a verdade, por mais precária, sempre é melhor referência para a ação correta do que a mentira. Aí, porém, é que surgem os equívocos. O resultado primeiro e mais importante desse empenho evidentemente são denúncias contra o regime e suas iniquidades. A primeira coisa que vem à tona é a sua face de violência e arbitrariedade que precisa ser conhecida de todos. Mas, se realmente acreditamos que esse mergulho merece o nosso esforço, se é importante para o momento que estamos vivendo saber como as coisas aconteceram, é preciso ir além. É preciso acreditar que não há temas proibidos, que a verdade é sempre melhor em qualquer caso. Caso contrário estaremos dando razão àqueles que a suprimiram quando ela não lhes interessava.

O editor

Tiragem desta edição: 31 mil exemplares.

NESTA EDIÇÃO:

8	Uma entrevista com Mário Covas, ex-líder, cassado, do MDB, que volta depois de dez anos	Aparelho policial. Um brasileiro reconhece o centro de torturas onde estão os uruguaios seqüestrados em Porto Alegre	18
12	O perigo das barragens. As conseqüências, para o homem e para o ambiente, da construção de 40 usinas hidrelétricas no Rio Uruguai	Uruguai: novo projeto dos militares para remendar a economia do país: transformá-lo numa caixa de câmbio internacional	20
13	Um censor fala às feministas. Entrevista publicada pela revista americana Ms., revelando: temos 5 mil censores no Brasil	A volta de Brizolla e o novo PTB. Paulo Schilling, ex-assessor de Brizolla diz que há muita pressa e oportunismo na criação do novo PTB. Ele quer uma autocrítica do trabalhismo, janguismo e brizolismo	21
14	Expurgo dos professores. Professores aposentados pelo AI-5 no Rio Grande do Sul vão entrar na Justiça contra o Governo	Brasil mutilado. Um levantamento sobre a presença estrangeira na Amazônia e a tese da internacionalização da Região	22

16/17

Flávia Schilling recebe a primeira visita de sua mãe depois de quase cinco anos de prisão

Guerrilha: algumas questões merecem resposta

Os atos praticados pelo coronel Jefferson e Alberi e seus comparsas, narrados na edição de dezembro do *Coojornal*, eram subversivos mesmo. Estavam todos ou quase todos conluídos com Fidel Castro, como se pode notar pelos seus depoimentos.

Esses homens arremeteram uns pobres agricultores (?) e estes, no engodo, foram induzidos à figura de "inocentes úteis".

Diz Jefferson que a bala que provocou uma morte não era de armas de seus homens. Pode-se perguntar: se foi acidente, quem o provocou?

Todo leitor atento poderá notar que aquele procedimento nada mais foi que algo de romântico que indubitavelmente escondeu os interessados maiores, que não é, por certo, a Nação brasileira.

Quanto às alegadas torturas que sofreram os protagonistas daqueles tristes episódios, sou totalmente contra os fatos. Deve-se repugnar todo tipo de tortura no estágio atual da civilização, se não retornarmos à Idade Média e à Inquisição. Observe, ainda, que pelo pouco que participei e testemunhei jamais vi militar dispensar maus tratos aos presos. As instruções recebidas eram contrárias às dehumanidades.

Considero que ficaram para todo o brasileiro responder as seguintes questões: as condenações sofridas pelos participantes do episódio foram injustas? Houve ou não interferência estrangeira, no caso Cuba, com seu barbudo, nos atos sediciosos? São ou não condenáveis todos os atos de subversão e assassinatos, quer sejam de esquerda ou de direita? Esta guerrilha ajudou o País em alguma coisa de concreto? Poderá o sr. Leonel Brizolla deixar clara a sua participação, ou não, nesta guerrilha, quando regressar ao País?

Em tempo: na época eu fazia parte do 1/20º RC de Passo Fundo e foi deslocado um pelotão, do qual tomei parte, que ficou baseado em Dionísio Cerqueira/Barracão, na divisa com a Argentina. Era nosso comandante o tenente Uflaker, pessoa de fino trato e sentimentos humanitários.

Dr. Ivo Signor, Rondinha, RS

"Cuspir num cadáver é muito fácil, Carlinhos"

O prezado José Carlos de Oliveira, ilustrador porra-louca do Caderno B do JB, trocou o Pervitin pelo nobre passatempo de cuspir em "presuntos" deixados pelo E. M. na Baixada Fluminense?

Cuspir num cadáver (crivado de balas) é muito fácil. Quero ver você escrever que cospe na cara do Fleury ou na cara do Erasmos... Nestes, você dá beijos eróticos; não é mesmo?

Quando você, JC, se jogar do 21º andar dalgum espigão aí do Rio, chame as câmeras super 8 da vidiota Globo para mostrar em câmera lenta, no Fantástico, é claro, o final fantástico da sua "guerrilha existencial freud-latrinal".

José da Silva, Porto Alegre, RS



Marques Pereira e a Santa Casa

Na edição do *Coojornal* nº 35, página 6, matéria assinada por Elaine Lerner, sob o título "Todos correm para salvar o 'hospital dos pobres'. Mas ele continua em crise", constam os seguintes tópicos:

"Algumas enfermarias por orientação de seus coordenadores, possuem pequenos laboratórios próprios, devido principalmente ao mau serviço do Laboratório Marques Pereira — que, em troca do atendimento a indigentes, explora este serviço na Santa Casa sem qualquer despesa adicional."

"Mas, assim como na farmácia da Santa Casa, que não dispõe da maioria dos remédios receitados neste laboratório, os indigentes só são atendidos em determinadas horas e os exames costumam levar dias para serem feitos. Com isso o paciente acaba ficando desnecessariamente hospitalizado vários dias só para esperar resultados de exames."

Tais informações, no que concernem com o Laboratório Marques Pereira Ltda. são incorretas e inverídicas, pelo que, ao abrigo da lei, solicitamos a publicação da seguinte resposta:

O Laboratório Marques Pereira mantém com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia contrato de prestação de serviços em decorrência do qual a mesma auferir vantagens financeiras representadas por locativos por ela estipulados e reajustáveis trimestralmente de conformidade com as variações das ORTN.

Nosso laboratório, portanto, cumpre contrato bilateral e não explora qualquer serviço ligado ao citado hospital sem despesas adicionais.

Por outro lado, os pequenos laboratórios instalados em diversas enfermarias da Santa Casa antecederam nossos serviços. Em face, contudo, das naturais deficiências de seu funcionamento, passamos, por solicitação da provedoria e diversos médicos a atender gratuitamente, em regime de vinte e quatro horas, a todos os indigentes baixados em qualquer enfermaria ou pavilhão da Santa Casa, independentemente da natureza e quantidade dos exames, dia e hora da sua requisição, tendo como limite de tempo para a entrega dos resultados somente aquele exigido pela boa técnica e correção necessárias à realização do nosso trabalho.

Dr. João Pedro Escobar Marques Pereira, diretor, Porto Alegre, RS

Nota da Redação: As informações contidas na matéria foram colhidas junto à Associação dos Residentes Médicos e, inclusive, diretores de enfermaria.

"A poesia cai grosseira, na tua vida pervertida"

Espero que vocês possam publicar este poema que envio, pois o teor dele é, evidentemente, um alerta contra os exploradores do povo, pois identifica-se com todos aqueles que lutam em prol das liberdades democráticas. Título: *Minha Sombra*.

"Oh! meu caro, / não me digas que é proibido / fazer versos. / Não sabia que a poesia / é subversão. / Me perdoa, só queria / machucar teu coração / um pouco só, / pra ficar tranqüilo / com meu próprio sentimento. / A poesia cai grosseira / na tua vida pervertida; / se pudesses me matavas / num instante; / para não clariar ao ar tuas mentiras. / Pois, eu acho ser direito / libertar os sentimentos / oprimidos no meu peito, / em defesa dos que andam, / pelas ruas, solitários, / castigados por teu braço que empunha / toda a força / do poder que



cega o homem. / As fábricas e escolas / tua sombra estendes, / castigando quem te odeia / ou de ti quer libertar-se."

Rubens Heitor Trindade, Bagé, RS

"No cair da tarde batia um vento..."

No cair da tarde batia um vento e as alamedas estavam cobertas de florzinhas roxas. Nós passeávamos pelo parque coberto de flores e brincávamos como duas crianças. Depois veio o circo, mas eu tinha medo do circo, das casas dos outros, de ruas estranhas. Agora eu sei que eu tinha medo de tudo que não era fixo. Gostava das estrelas, das nuvens, de casas pequenas, de porões, de soltar pandorga, de brincar de mocinho, eu era o herói, e o cavalo insistia em falar inglês. A noiva do cowboy não podia ser eu, porque eu não sabia falar inglês. Depois veio a chuva, que fez renascer os campos, as colheitas floresceram novamente e ficou tudo tão puro, tão verde, tão bom. Brincar de mocinho é bom para o espírito, fortalece a mente e faz sonhar com lagartixas coloridas. Verdes, azuis e brancas, as vermelhas são um pouco perigosas, mas também enriquecem a mente.

Heloisa Prestes de Oliveira, Porto Alegre, RS

Área de Segurança Nacional, alcunha degradante

Chamaram-me a atenção as excelentes reportagens publicadas pelo *Coojornal* sobre o finado Getúlio, finado Jango, o Dr. Brizolla, Alberto Pasqualini e o Trabalhismo em si, porquanto, embora tenham tentado sistematicamente embaciar a imagem da corrente política mais atuante deste Brasil, ele brota agora mais atuante, mais vivo do que nunca.

Junto a esta, dois poemas de cunho político que, não obstante já estarem passando do ponto, ainda podem ser úteis. Se merecer a publicação de pelo menos um deles já me darei por satisfeito e o faço pela querida Tenente Portela, uma cidade cujo passado é um marco na história rio-grandense e que, para vergonha nossa e de todos os brasileiros que se prezam, traz a alcunha degradante de Área de Segurança Nacional.

Aproveito para sugerir uma reportagem mais detalhada sobre os nossos índios Caingangues, que, juntamente com as outras tribos do Brasil, são os verdadeiros donos desta terra. Não só ideologicamente, mas em termos jurídicos (de fato e de

direito), pois só de usucapião eles teriam anos de sobra para requererem o Brasil. E é profundamente constrangedor ver algumas inspirações genocidas quererem emancipar o índio brasileiro para terminarem de matá-lo. Mas tal não vai acontecer, porque ainda existem milhões de bons brasileiros e certamente aquelas imagens vistas pela televisão, de um índio do Parque Nacional do Xingu dando um exemplar puxão de orelhas no sertanista Apoena Meireles nos sirva de exemplo e, principalmente, ao Sr. Presidente da República.

Vanderlei José Piccolo, Tenente Portela, RS

Um de seus poemas é "O Monumento e os Pombinhos":

Sobre o monumento / pousou a pomba branca / cor de paz / sob um fundo azul / de céu... / Sobre o monumento / o pombo branco / namorou a branca pomba / diante do olhar / das outras aves ANISTIADAS / pelo festival de amor. / E o monumento inerme / preso pela alternativa / morreu na hipótese / e virou altar / dos pombos brancos / que se amaram / e perpetuaram a espécie / enquanto o Povo emocionado / batia palmas, chorava e sorria.

É hora de prender e arrebear

De acordo com as declarações do Sr. Paulo Pereira Lira, presidente do Banco Central, está sendo estudada a possibilidade de se transformar em imposto o *antidemocrático* (enxerto e grifo meus) depósito compulsório para a viagem ao exterior. A criação do novo tributo, discutida na área dos ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio, é uma decisão que será tomada no próximo Governo, acrescenta ele.

Se os 22 mil cruzeiros são restituídos um ano após, sem juros ou correção monetária, a transformação em imposto implica automaticamente em uma não devolução.

É demais. É escarrar na face do povo brasileiro, que já esta excessivamente onerado pela carga de impostos existentes.

Plasmada por algum gênio incompetente do atual Governo, e que, infelizmente, terá continuidade no próximo, é a tentativa de perpetuidade de mais uma arbitrária medida que visa cecear a liberdade de ir e vir do cidadão.

Atenção, general João Baptista de Figueiredo! Estão querendo fechar ainda mais. É hora de prender e arrebear os responsáveis.

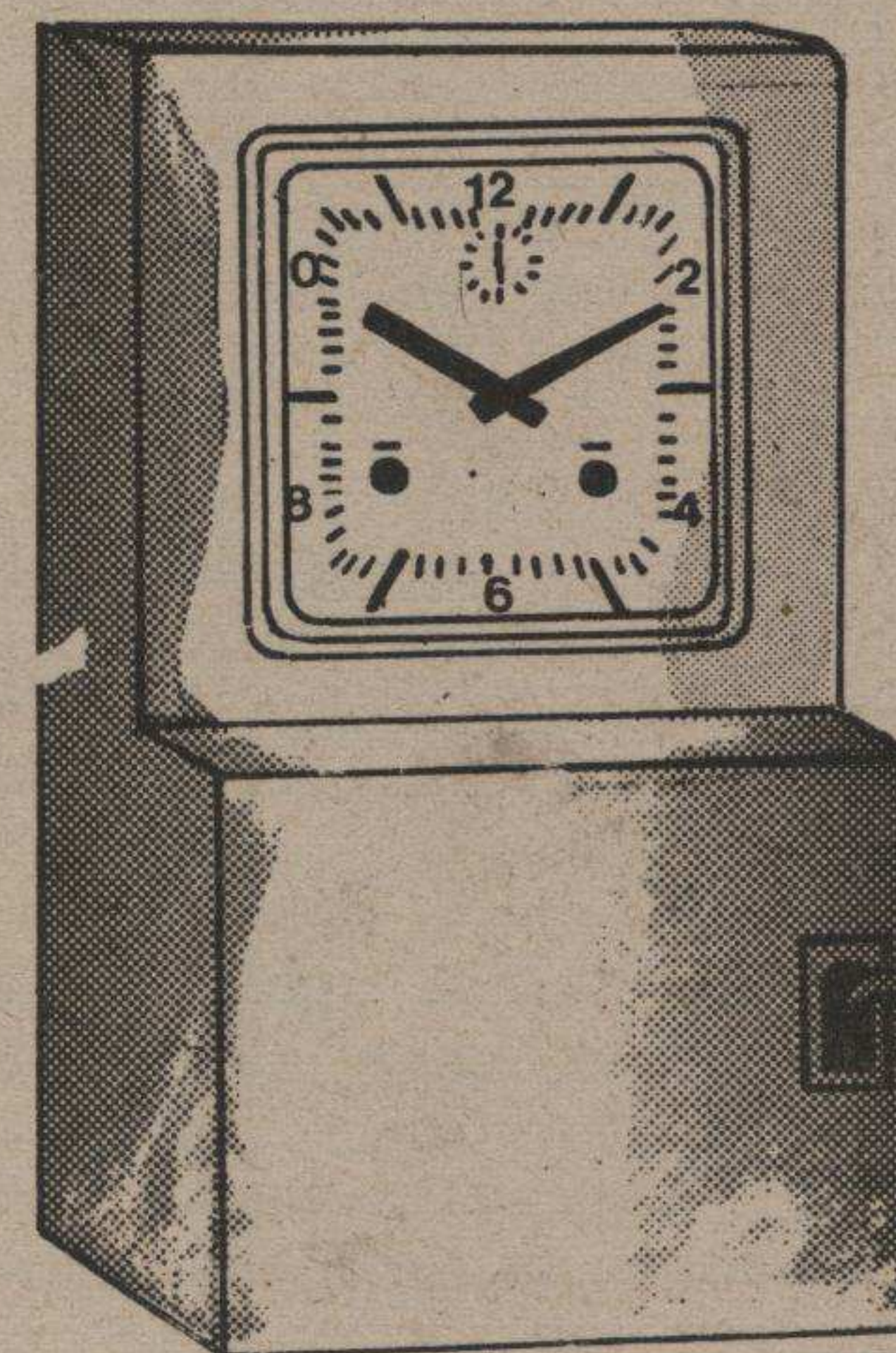
Raymund Lung, Brasília, DF

Nota — As cartas para redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas.

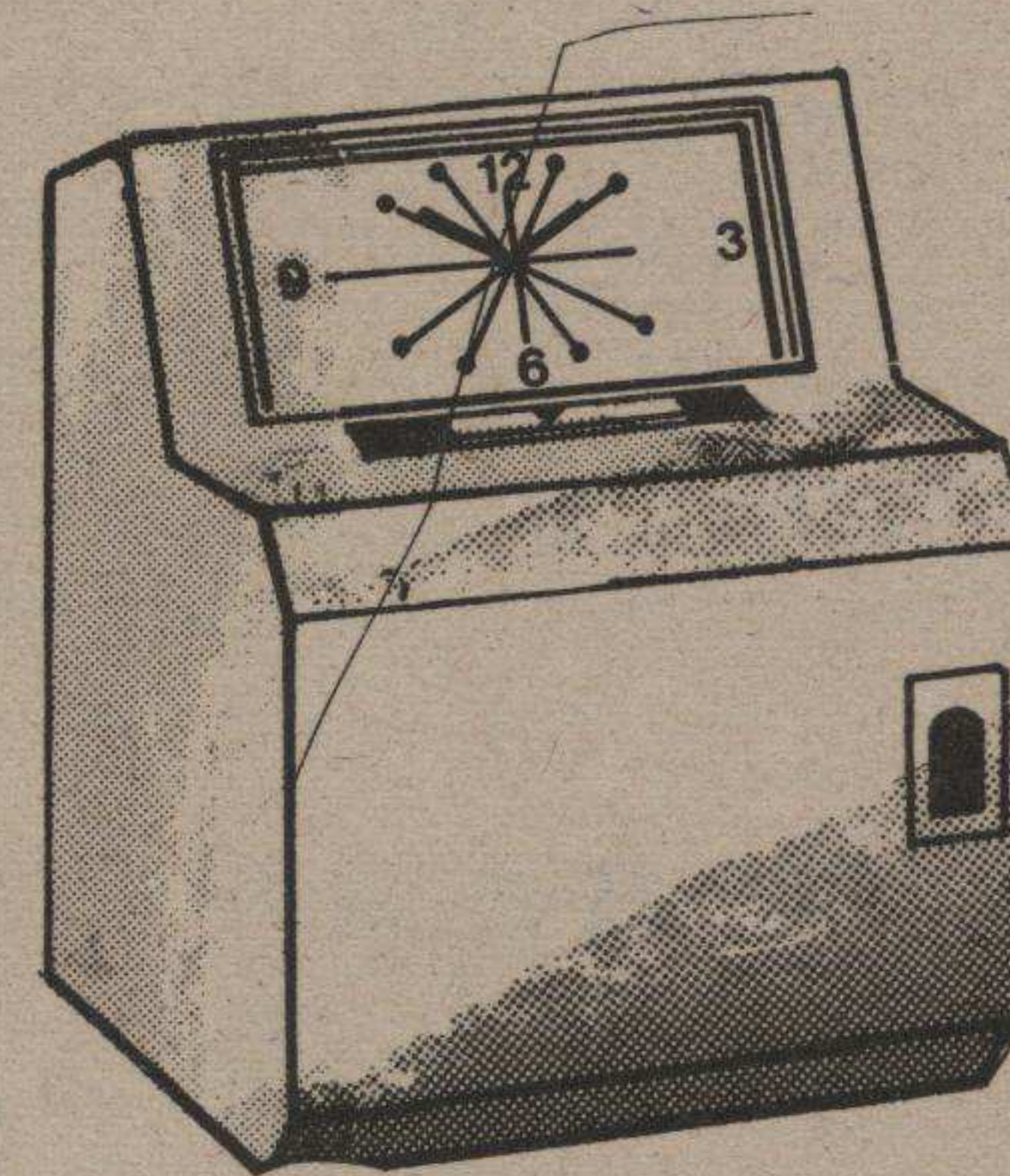
Rod-Bel

* desde 1923

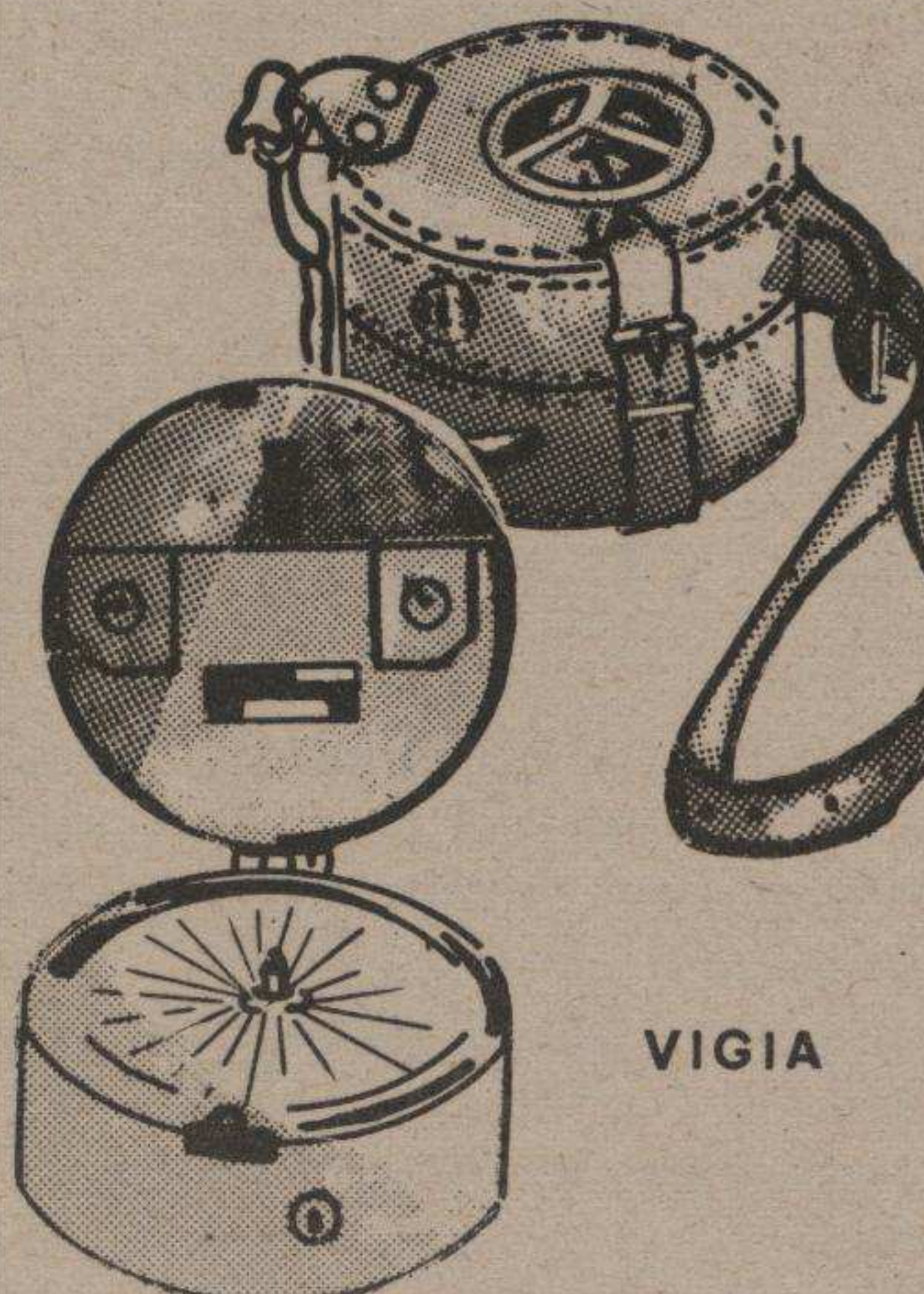
RELÓGIOS DE PONTO



TRADICIONAL



CLASSE 50



VIGIA

*RELÓGIOS DE PONTO A CORDA - ELETRICOS ou ELETRONICOS. RELÓGIOS DE RONDA e MÃO DE OBRA. MESTRE e SECUNDÁRIOS A "QUARTZO"

*RELÓGIOS ESPECIAIS.

*GARANTIA DE 5 ANOS ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE.

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO NO R.G.S.

Typex

A. F. KOPCZYNSKI & CIA. LTDA.

RUA FERNANDO MACHADO, 997 P. ALEGRE Fones: 24-0546 - 21-7670

REVENDEDORES EM TODO O ESTADO COM VENDAS E SERVIÇOS

"Meu amigo quase deu 30 milhas para os gringos picaretas"

Fins de 1977. Encontro com um apressado amigo na rua e ele me diz:

— Vou ficar rico. Estou indo para uma reunião de uma firma americana, negócio de detergente, um tremendo barato. Tenho aqui no bolso 30 mil cruzeiros, é o meu capital inicial. Logo, logo, segundo me disseram em reuniões anteriores, dobro, triplico essa grana.

— Olhe — disse eu pra ele — passe ali na banca da esquina, compre o Coojornal. Tem uma reportagem sobre essa firma e suas proezas lá no Sul.

No outro dia ele me liga dizendo que da banca mesmo fez meia-volta para casa, agradecendo-me por ter-lhe salvo a grana.

Não me lembro do nome da firma, só me recordo do título da matéria: "Vamos todos vender sabão?"

Hoje me lembro deste episódio e uma forma de enviar os meus parabéns ao Coojornal é repassar-lhes os agradecimentos que meu amigo me fez, pois foram vocês que lhe salvaram as 30 milhas dos picaretas gringos. Quanto a mim, tenho o prazer mensal de ler o Coojornal, onde me inebrio com um Jornalismo ousado, sério, competente e, o mais importante, que não pensa pra gente, faz a gente pensar.

Airton Guimarães, Belo Horizonte, MG

Dr. Periferia e a sociedade justa

Congratulações pela reportagem "Dr. Periferia" (Coojornal nº 35), pela filosofia de trabalho do engenheiro João Hermann Neto, que realmente se empenha pela formação de uma sociedade justa.

Trajano Gracia, Porto Alegre, RS

"É de gente assim que o Brasil precisa"

O Coojornal continua cada vez melhor. Como leitor não poderia deixar de enviar meus elogios a tão representativo órgão de imprensa. Parabéns a essa rapaziada, é de gente assim que o Brasil precisa. Forte, corajosa e sem medo da verdade.

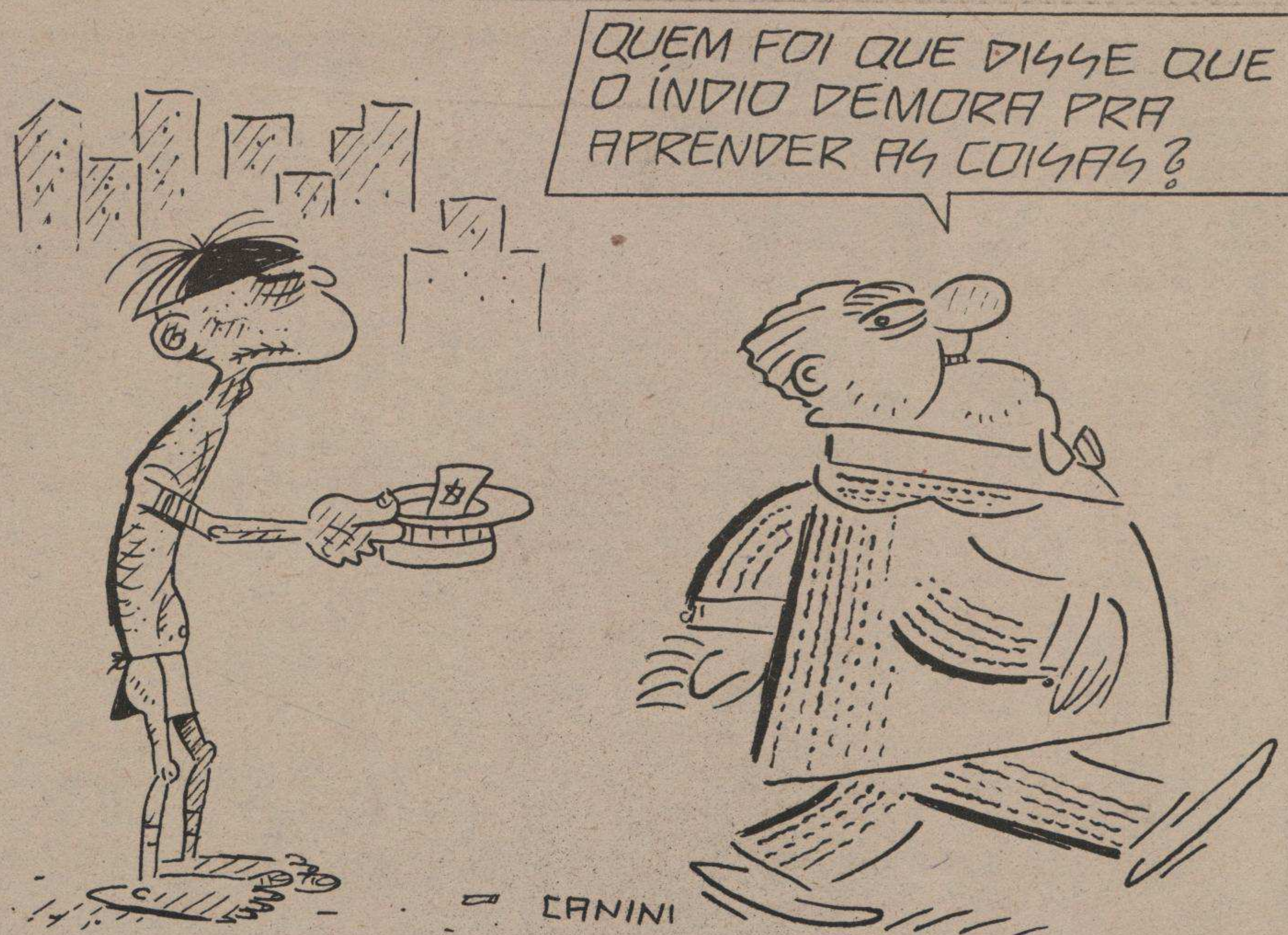
Domingos V. dos Santos, Dois Vizinhos, PR

"Um exemplo de força e garra"

É com prazer que renovo minha assinatura do Coojornal, um exemplo de força e garra para brasileiros que se interessam pela cultura e informação. Sem estar atrelado e na dependência de grupos econômicos — o que tem contribuído para distorcer a informação nos principais jornais do país — Coojornal informa sem medo, porque é fruto de um trabalho conjunto de profissionais e colaboradores empenhados na luta por um país melhor, vivível.

Essa luta, e principalmente a forma de lutar (em Cooperativismo), tem sido invejada por todos os que se interessam pela prática literária como veículos de idéias e, conseqüentemente, união de forças. Sugiro, então, aos amigos, a publicação de um trabalho sobre Cooperativismo em Jornalismo, baseado na vasta experiência tão bem sucedida. Sabemos, inclusive, que as poucas iniciativas em todo país até agora não mostraram os frutos esperados.

Adilton da Silva França, Salvador, BA



"TV não é só Sílvio Santos. Tem lugar para Deus também!"

Por que o leitor e pastor Roberto Vicente T. Lessa não deixa Rex Humbard de lado, e não descarrega suas baterias contra os países da cortina de ferro e de bambu (e também Cuba!), que estão matando e torturando milhões de cristãos?

Richard Wurbrand, no seu livro "Torturando por amor de Cristo", conta: "Dei meu testemunho perante a subcomissão interna do Senado dos Estados Unidos. Ali descrevi coisas horrorosas, tais como crenças amarrados em cruzes por quatro dias e noites. Em seguida as mesmas eram colocadas no chão e centenas de presos tinham de satisfazer suas necessidades fisiológicas em cima dos rostos e dos corpos dos crucificados. Depois levantavam de novo as cruzes e os comunistas escarneciam: Olhem para o vosso Cristo! Que bonito que ele é! É que fragrância traz dos céus! Todas as descrições bíblicas do inferno e as dores do inferno descritas por Dante não são comparáveis às crueldades nas prisões comunistas."

Wurbrand relata também o caso estarredor de um padre que foi forçado pela polícia comunista a celebrar a missa com um prato de excrementos e um cálice de urina para depois dá-los aos demais presos em comunhão.

Catacumbas, jornal de Paris, diz: "Um padre que escapou das prisões na China Vermelha diz que cristãos eram obrigados a ficar o dia todo sem o menor movimento, apenas pensando sobre seus crimes contra o comunismo. Só porque um prisioneiro

negou que tivesse se movido, os guardas comunistas trouxeram uma bomba com um tubo comprido e introduziram-na pela garganta do prisioneiro, retirando dos seus pulmões violentamente todo o ar. Pouco depois injetavam novamente o ar em grande quantidade, por várias vezes até matá-lo."

Voltando a Rex Humbard: se por levar a palavra de Deus a todo o mundo o Rex Humbard se tornou um "empresário bem sucedido", precisamos urgentemente de mais "empresários bem sucedidos"! E TV não é só novela — Sílvio Santos — Chacrinha! Tem lugar pra Deus também!

Renato Canini, Porto Alegre, RS

"Jânio parece um anjo. Mas é traidor"

Jesus foi traído por um apóstolo. E quem não lembra o episódio ocorrido em 61, quando Jânio Quadros renunciou à Presidência da República? O último Presidente eleito pelo voto direto do povo deixou o País à beira-mar ao abandonar o posto que era seu por direito. Hoje comenta-se que Jânio está bem moderado, parece um apóstolo, conversa calmo como um anjo, e que na próxima vez, se houver diretas novamente, concorreria à Presidência.

Só quem não tem vergonha na cara pode dizer besteiras como estas. Pois, em vez de apóstolo, Jânio é um traidor.

Eu senti o peso do capacete e do mosquetão quando o quartel estava em prontidão em agosto de 61. Nós viajamos de Santiago até Marcelino Ramos, alguns desertando e outros enfrentando o tirão para sustentar uma vergonhosa situação deixada por Jânio Quadros.

Daniel Ferreira Passo, Palmeira das Missões, RS

"Pai, afasta de mim este cálice..."

Vejo que o Chico Buarque tem sido muito criticado por pessoas que não entenderam sua composição Cálice. Eu sou católico e não me considero agredido ou abalado em minha fé devido a esta canção. A posição política do artista diz respeito somente a ele. Qualquer pessoa que questione qualquer ação do Governo é, indefectivelmente, tachado de comunista...

Quanto ao caráter herético que teria o poema, isto é uma questão subjetiva, portanto, cada um julga conforme seu interior e suas ações. É a tal história dos que só vêem intenções vis nas coisas belas. Quanto a esta questão, eis a palavra de um religioso sábio e santo, dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, e que é tido como comunista porque em sua fé não comunga com a injustiça e o arbítrio e defende os oprimidos em suas pregações. Eis um trecho do que ele diz:

"Compreendi que o canto de Chico Buarque, *Pai afasta de mim este cálice*, crie problemas quanto a sua inserção em atos litúrgicos. Parece-me, no entanto, fora de dúvida que se trata de um canto profundamente religioso, transbordante de

amor ao próximo e de amor a Deus. Eu escuto e não me canso de ouvi-lo como o grito de angústia de Cristo, cuja paixão continua através do espaço e do tempo. No caso concreto, tenho a impressão exata de estar ouvindo o clamor do Cristo diante das torturas e das ameaças de torturas, tanto sob regimes comunistas como sob regimes fascistas. Escutar a música de Chico Buarque é ouvir os gritos das vítimas assumidos pelo Cristo". Dom Helder, continuando sua análise, põe as palavras de Chico na boca do próprio Cristo: "Tenho a convicção absoluta, de que, vendo o que se passa nos calabouços, o próprio Cristo exclama: Pai, afasta de mim este cálice com vinho tinto de sangue"

Qualquer pessoa tem o direito de gostar ou não da composição e de fazer suas críticas, mas que o faça com lucidez, sem carolice. Ela é uma obra de arte em si, não foi feita para ser cantada nas igrejas. O erro está nas pessoas e não em Chico Buarque. Mas, pelo visto, pela quantidade de sandices que vêm saindo nos jornais, o autor vai ter que implorar ainda e muito que o cálice seja afastado.

Renato José de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

"Por que o negro é sempre massacrado?"

Por que o negro é sempre massacrado pelo branco nessa Porto Alegre de Deus? Por que o branco, quando tá com fome, come a comida que o negro sujo lhe dá, e quando se apanha servido dá um chute na bunda do negro sujo? Quem é que me responde isto nesta Porto Alegre de Deus?

Eu sou um negro que não tem estudo, mas escuto bem o que sai da boca desse negro que tem 42 anos de vida. Da vida, eu sei muitas coisas. Há muito tempo que eu gostaria de ser convidado para um debate público. Podia ser numa rádio dessas. Num lugar qualquer. Eu queria que essa Porto Alegre soubesse o que eu tenho a dizer. Que essa população soubesse que eu ajudei uns brancos. Que eu tive o azar de gostar duma menina-mãe e acabei dois dias na cadeia.

Pra encurtar o caso, um dia chegou a mãe dessa menina-mãe (é assim que eu chamo ela) aqui no meu barraco pedindo um cantinho pra morar. Ela estava com os três filhos, não tinha onde viver. Isso faz bem uns dois anos. Ela pediu um pedacinho de terra. Eu cedi. Ainda falei assim com a minha mulher, que hoje tá separada de mim: "Vamos deixar ela aqui, coitada. E assim ela pode cuidar das nossas crianças que tu não pode cuidar. Tu tá trabalhando..."

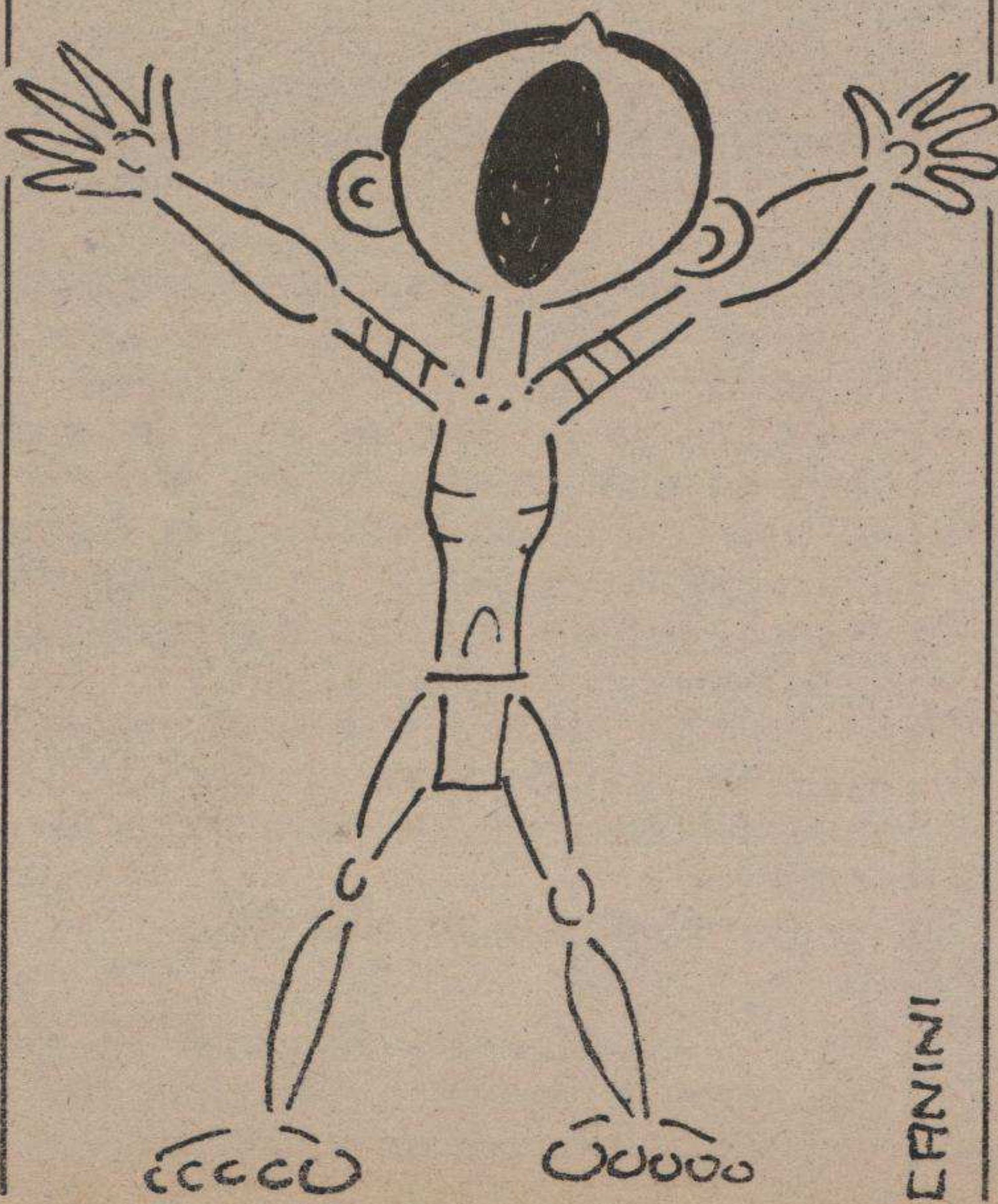
Dito e feito. Cedi a minha plantaçãozinha de aipim. Eles ficaram ali, e aí começou a minha desgraça. O destino quis que eu começasse a fostar da menina-mãe. Eu digo assim porque eu soube, pela boca do padastro dela, que se chama Enio Rodrigues da Silva, que ela não vale uma perna daquelas que andam pela rua fora de hora. Ela teve um filho, que nasceu morto. Eu fiquei sabendo pela boca dos dela.

Pois aconteceu que resolvi dar uns presentes pra mãe dela — que se chama Teresa Duarte — e pra ela. Dei de coração. Foi no Dia das Mães. Dei três pares de xícaras e uma latinha de Nescafé pra mãe. E uma camisa de mulher pra menina-mãe, a Maria Lily. Sabem qual foi o agradecimento pelo meu carinho? A velha enterrou os presentes e me botou um espelho na minha cara. E disse assim: "Te enxerga, negro sujo! O quê que tu quer com a minha filha?" Eu fui preso, fui parar na 2ª DP. Sabem o quê que é isso? Segunda Delegacia de Polícia. Fiquei duas noites lá. A mãe dela queria que fizessem o exame na menina-mãe.

Agora eles querem me tirar do meu terreno. Eu sou um negro que é pelo direito, de coração, rezo pela Bíblia. E a Maria Lily se tranca no barraco dela e fica gritando insultos pra mim. Por que isto, meu Deus? Eles vivem cuidando o negro sujo. Eu só peço uma coisa: "Se vocês não gostam desse negro sujo, deixem ele em paz". Maria Lily, tu era do coração desse negro, mas agora eu não vejo nada de bom em ti que eu possa querer. Pode ficar descansada. Povo porto-alegrense, me responda por que o branco, depois que enche a barriga com a comida do negro, quer escurraçar o negro?

Angelo Izaías, Porto Alegre

FUNAI



No palco, os melhores da Televisão Brasileira e do Rádio do Rio Grande do Sul: dia 7 de março, entrega dos troféus “Ana Terra” e “Negrinho do Pastoreio”.

Dia 7 de março, às 20h30min, no Teatro Leopoldina, estarão sendo entregues os troféus “Ana Terra” e “Negrinho do Pastoreio” aos programas mais representativos da televisão brasileira e aos melhores do rádio gaúcho. Uma justa premiação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ao talento e à criatividade de nossa gente, num incentivo ao aprimoramento dos meios de comunicação coletiva do País.



A Oposição deve ir além dos pontapés

O **Governo do general** João Baptista de Figueiredo já colocou sobre a mesa o essencial de sua carta de intenções. Pode ser que no detalhamento dos projetos surjam novidades neste ou naquele Ministério, mas nada que altere a composição do primeiro time e a linha principal de jogo: o objetivo é uma *abertura conservadora*, cuja realização inclui novas doses variadas de liberalização política — tais como alguma anistia e uma mão de tinta nova na Arena — mas não, por ora, ao menos, uma efetiva democratização.

Para quem começa a deixar a treva do arbítrio, será talvez difícil distinguir entre uma coisa e outra. Mas, ao longo do processo se verá que o regime não cogita de abrir mão de sua Lei de Segurança Nacional (a Lei dos crimes políticos), da Lei de Imprensa, da Lei de Greve e das inúmeras ressalvas que restringem os direitos registrados na constituição no capítulo dos direitos e garantias individuais. Não é pouca restrição.

Tomemos, por exemplo, o caso da Lei de Segurança Nacional, recém-reformada. O senador Teotônio Vilela, quando leu o novo texto pela primeira vez, no final do ano passado, já o foi aplicando, com "espírito de juiz tolerante", às suas próprias atividades políticas. Lido o último artigo, comentou, entre cético e surpreendido: "Brincando, brincando tomei 53 anos".

A Lei está em vigor, não consta que a polícia política tenha sido desativada. Mas, o Senador, como se sabe, continua solto e não parece ter sofrido constrangimentos legais à sua sempre mantida atividade política. Estaríamos diante de mais um caso do tipo "essa Lei não pegou"? Infelizmente, a resposta não é assim tão brasileira ou tão simples. Nem tão favorável à democracia.

A nova LSN é efetivamente, dura. É a Lei política que garante a segurança não da Nação, mas de um regime de arbítrio. Ali se encontram todos os delitos relacionados na antiga lei. O decreto baixado em 1969 pela Junta Militar, com o objetivo, conforme a mesma Junta explicou, de dotar o Estado dos meios jurídicos necessários para combater a *guerra revolucionária subversiva* e a *guerra psicológica adversa*.

No essencial, essa Lei continua aí mas isso não significa que não houve abertura nenhuma. O novo texto, que entrou em vigor em novembro do ano passado, trouxe de fato um abrandamento. Houve uma redução geral das penas e dos prazos de prescrição, cujos efeitos já começam a se concretizar: presos políticos deixam as cadeias, exilados estão voltando. É alguma anistia. Além disso, a eliminação do Ato Institucional nº 5 restabeleceu o benefício do habeas corpus para os crimes previstos

na LSN, e esta é uma mudança importante — o habeas corpus é talvez a principal das garantias individuais.

Temos abertura, portanto. Uma abertura que já satisfaz muita gente que estava vagamente incomodada com o regime e que, entre outras coisas, permitiu ao general Figueiredo montar um "Ministério de Conciliação", recuperando para o regime algumas personalidades mais ou menos liberais. Mas não temos democracia, pois uma democracia não pode ter uma Lei de Segurança Nacional que, se aplicada, põe na cadeia o senador Teotônio Vilela.

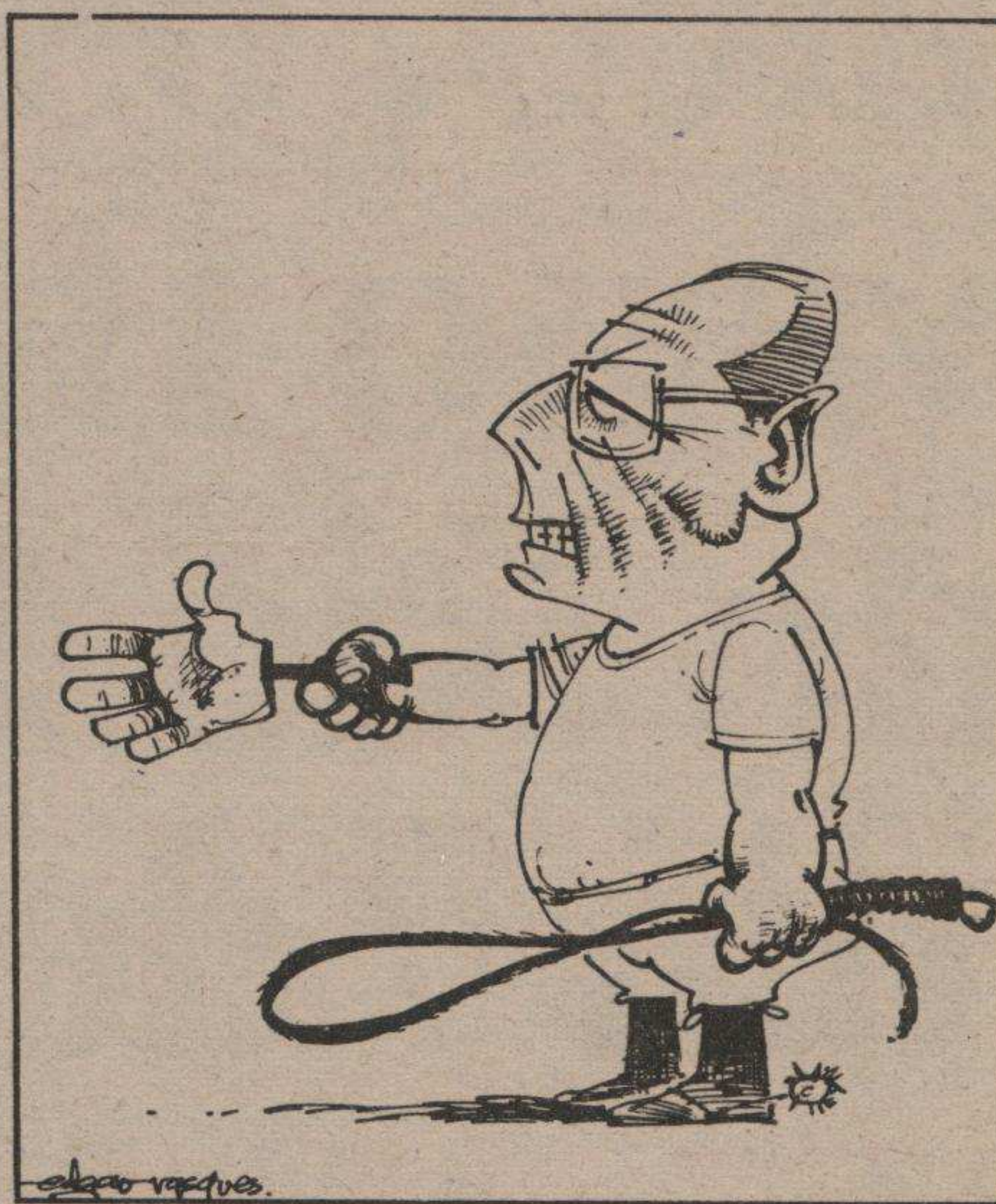
É esse balanço entre a abertura conservadora e a efetiva democratização que vem atrapalhando os diversos setores das oposições brasileiras. E da situação, também.

A linguagem do regime, hoje, é a da liberalização. Uma linguagem que ganha credibilidade e, pois, força política, porque se pratica uma abertura real. O outro lado da história — que são os instrumentos de arbítrio de que o regime se armou — constitui também um fato político concreto, mas não imediatamente visível. É o lado que está à sombra, porque aqueles instrumentos, a rigor, não têm sido utilizados.

Os exemplos são inúmeros. As três centenas de estudantes que foram ao edifício do Congresso Nacional, no dia da eleição de Figueiredo, para exercer seu protesto cometeram o crime, capitulado na LSN, de perturbar reuniões públicas oficiais. Pena: até um ano de reclusão. Mas ninguém foi preso ou processado por isso. Os estudantes não foram impedidos de protestar e puderam deixar o prédio do Congresso pacificamente.

Também é de um ano de reclusão a pena para quem cometer o crime de tentar reorganizar entidades dissolvidas, como a União Nacional de Estudantes. Assim, as inúmeras reuniões que as lideranças estudantis têm realizado pelo Brasil a fora para tratar da reorganização da UNE são, pela LSN, reuniões criminosas. Mas, igualmente, ninguém tem sido preso por isso — e é um fato que funcionários de primeiro nível, já designados para o Governo Figueiredo, têm manifestado interesse concreto em conversar com os estudantes membros das comissões pró UNE.

A recente greve dos motoristas de ônibus do Rio de Janeiro foi ilegal e contrária à Segurança Nacional, se considerada à letra da legislação vigente. Também não deu processo por isso, e se os motoristas não alcançaram seus objetivos, foi menos por culpa da repressão do que pelas suas dificuldades políticas de organização. Presidentes de sindicatos, promovendo



reuniões intersindicais para tratar de questões políticas, inclusive a formação de um partido — eis outra prática expressamente vetada pela legislação em vigor.

Finalmente, e para não alongar esta história, há o caso da Imprensa. Pelas leis — a de Segurança e a de Imprensa — o Ministro da Justiça, por simples portaria, pode mandar apreender qualquer livro, revista ou jornal que publique notícias atentatórias à Segurança Nacional (e haja atentado à Segurança Nacional), ou notícia considerada, por ele, Ministro, falsa, truncada, distorcida, parcial. Mal-intencionada e sabe-se lá o que mais. Em resumo, conforme concluiu um recente documento da Associação Brasileira de Imprensa, encaminhado ao senador Petrônio Portela, qualquer publicação brasileira, de qualquer dia da semana, pode ser apreendida pelo Ministro da Justiça. Mas não têm havido apreensões, ao menos como regra.

Eis aí a abertura conservadora e controlada. Pratica-se uma política mais liberal e tolerante, mas os instrumentos de arbítrio (ou de fechamento) permanecem todos à mão, para uso imediato. A polícia política não foi desativada, os DOI-CODI, hoje com pouco serviço, continuam à disposição — e tudo isso, afinal, explica por que é tão difícil apanhar os policiais que seqüestraram os uruguaios, apesar de tantas evidências e pressões.

É a partir de circunstâncias como essas que não poucos setores da oposição aferram-se à idéia de que "nada mudou". Assim pensavam, entre outros, expressivos representantes dos *autênticos*, presentes em Brasília no final de janeiro, início de fevereiro.

É verdade que outros, como o pernambucano Fernando Lyra, já manifestavam preocupação com a busca de alternativas de trabalho político. Comentava Lyra que, até aqui, havia sido fácil encontrar a linha política de oposição: "Tinha aí uma ditadura fechada, tão evidente, que bastava à oposição ficar distribuindo pontapés. Daqui pra frente, ainda vamos ter de dar uns pontapés, mas precisamos também armar umas boas jogadas de ataque e defesa". Ou por outra, Lyra pensa que o MDB precisa formular alternativas políticas.

A tarefa, porém, não parecia urgente para o cearense Paes de Andrade, um dos mais antigos e mais combativos líderes dos *autênticos*.

Para ele, a vigência da LSN, das salvaguardas, medidas de emergência, Lei de Imprensa e outras indicam que por um bom tempo ainda nós vamos é dar pontapés".

A razão está mais para Lyra do que para Paes de Andrade. Estaria com este último, se o regime tivesse esgotado o seu discurso liberal e não encontrasse mais armas no arsenal das aberturas. Não é o que ocorre. O senador Petrônio Portella vai para o Ministério da Justiça com os bolsos cheios. Leva ali: a anistia, não irrestrita, mas ampla o suficiente para render dividendos ao Governo, a reforma da legislação partidária, o provável fim da Lei Falcão, abrandamentos na LSN, Lei de Imprensa e por aí. Mesmo porque entre os atuais textos e a democracia cabem infinitos abrandamentos.

Falta às oposições brasileiras uma estratégia para a transição. E foi a isso que o presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, procurou responder no discurso que fez à seus parlamentares no início de fevereiro. Ulysses ali anotou os temas políticos comuns à maioria da oposição — que se resumem na busca da plena e efetiva democratização — e teve a feliz idéia de envenerar pela política econômica, ali onde o regime mostra a sua face escura. O regime quer, mais uma vez, combater a inflação através da contenção salarial? Repetirá a concentração de renda? Uma nova fase de desnacionalização, via privatização e liberalização do comércio exterior?

E, por aí foi Ulysses metendo o dedo em questões que se apresentarão concretamente à oposição nos próximos meses. Exatamente às questões que encheram de votos do MDB as urnas das 150 zonas operárias e urbanas. Pelo lado da política, Ulysses deu o tom, a estratégia que deve nortear a escolha de táticas, quando os casos concretos se apresentarem ao MDB, de março em diante.

É que o regime, se vem carregado de trunfos, não têm pela frente uma pista livre de obstáculos. E quando os sindicatos se reunirem em confederações intersindicais? E quando os estudantes se reunirem em congresso, de lá saindo com uma nova UNE? E quando os trabalhadores entrarem em greve contra a política econômica de Simonsen? E o que fazer com os jornais que todo dia cobram uma resposta para o seqüestro dos uruguaios, para os casos de torturas?

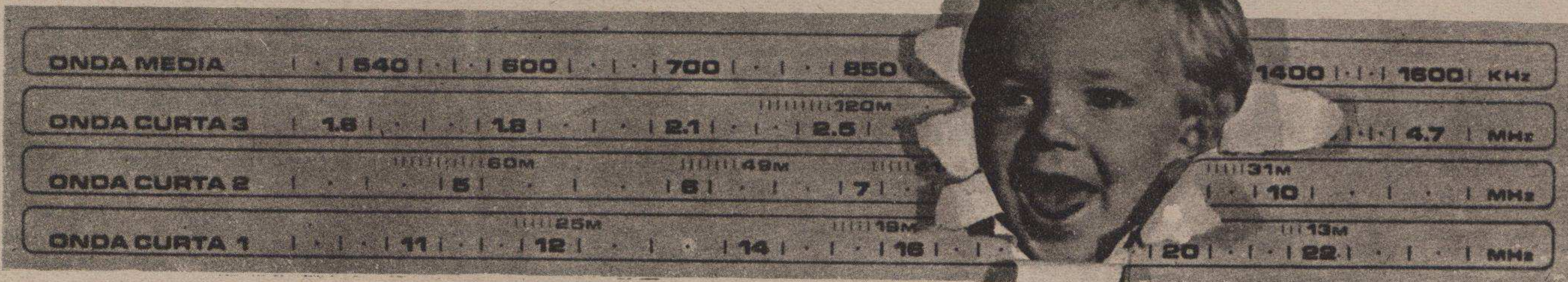
O regime tem à mão os chamados *instrumentos de contenção* mas todos sabem que sua utilização depende de condições políticas favoráveis. Parece que as oposições, hoje, ajudariam mais a democracia no Brasil se acompanhassem as lutas concretas dos diversos setores da sociedade que buscam conquistar participação no poder (e isso será a democratização). Será, principalmente, o melhor meio de criar as condições desfavoráveis à aplicação dos instrumentos de arbítrio que o regime guarda.

Está aí um passo anterior à criação de partidos e mesmo de tendências. Mesmo porque, só poderão surgir novas agremiações após a eliminação de todo o arbítrio e, inclusive, após a reforma de toda a legislação partidária e eleitoral — reforma cuja realização, de sua vez, só acontecerá se as oposições conseguirem ampliar a "abertura conservadora" desejada pelo regime até a democratização desejada pela maioria da Nação.



VOZ ATIVA

Rádio Continental/Breve: 50 kilowatts



O SOM INTELIGENTE. A NOTÍCIA NA INTIMIDADE.

Visão vira semanal para apoiar Salim Maluf

Visão, a pioneira do Jornalismo Econômico Brasileiro, com quase 30 anos de circulação em período quinzenal, passa a semanal em meados do ano.

A realização desse antigo plano, que parecia cada vez mais inviável à medida que a revista, adquirida há alguns anos pelo empresário Henry Maksoud, perdia credibilidade, leitores e anunciantes, é atribuída à presença de Paulo Salim Maluf

no Governo de São Paulo, a partir de março.

Em primeiro lugar, o novo Governador paulista está armando um esquema de apoio junto à Imprensa, para difundir seu trabalho e anular o impacto da campanha sem tréguas que lhe move, e moverá, o sisudo diário *O Estado de S. Paulo*.

Em segundo lugar, o comprovado gosto de Maluf por obras faraônicas de cons-

trução civil — quando Prefeito paulistano ergueu o viaduto Minhocão no centro da cidade e quando Secretário Estadual dos Transportes deu início à impressionante Rodovia dos Imigrantes, entre a capital e o litoral — abre grandes perspectivas para a Hidrosservice, empresa de engenharia de projetos pertencente a Maksoud, com óbvias ressonâncias publicitárias para *Visão*, que poderá carrear anúncios do Governo paulista de construtoras e de empresas de material de construção pesada.

Finalmente, o engenheiro Maksoud parece disposto a intensificar sua recente cruzada político-filosófica em defesa da *demarquia*, um sistema político que julga ter criado, misturando idéias fascistas e princípios democráticos, numa confusão

inspirada nas teorias econômicas de Thomas Hayek, o economista conservador da "escola" de Chicago (monetarismo ortodoxo) premiado com o Nobel de 1977.

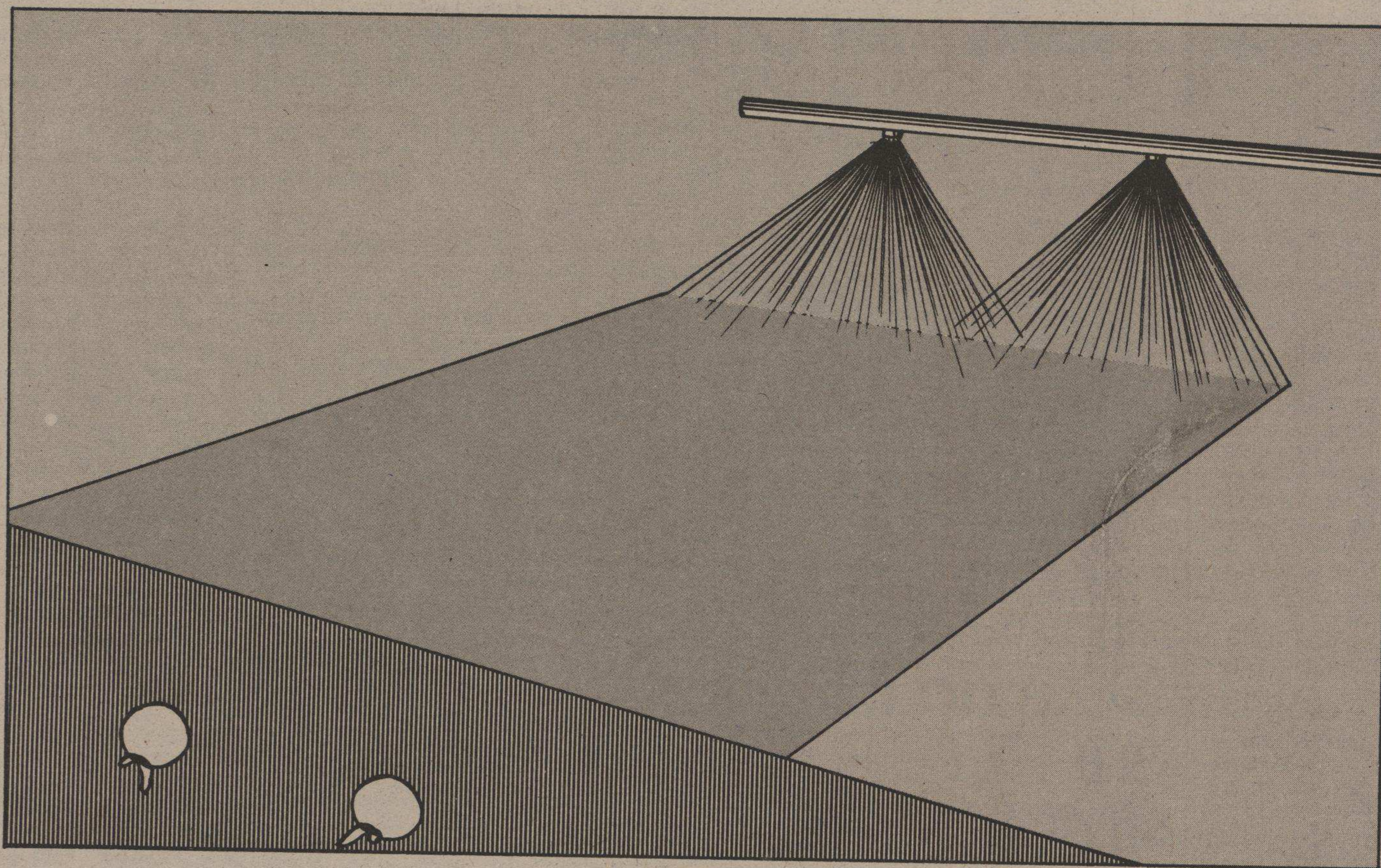
Apesar de suas idéias extravagantes como filósofo, Maksoud é um engenheiro competente e possui um invulgar faro para detectar bons negócios. Tanto que, no final do ano passado, concedeu o tradicional título de *Homem de Visão 1978* ao seu colega, o engenheiro Paulo Salim Maluf.

Claro que, nesse esquema, a semanalização de *Visão* significa um retrocesso do Jornalismo Brasileiro.

Walter Moraes

Plantador de soja!

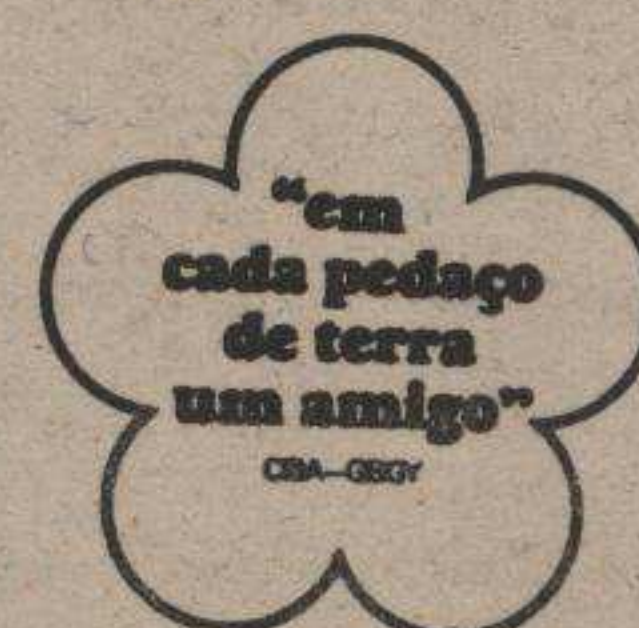
Da próxima vez que você for incorporar a sua mistura de herbicidas, pense na segurança. Pense Dual.



As misturas com Dual são aplicadas logo após o plantio e não são incorporadas. Portanto, o produto fica **longe** das delicadas sementes de soja em germinação. Com Dual, você fica mais seguro. É uma questão de bom senso!

Dual, o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.

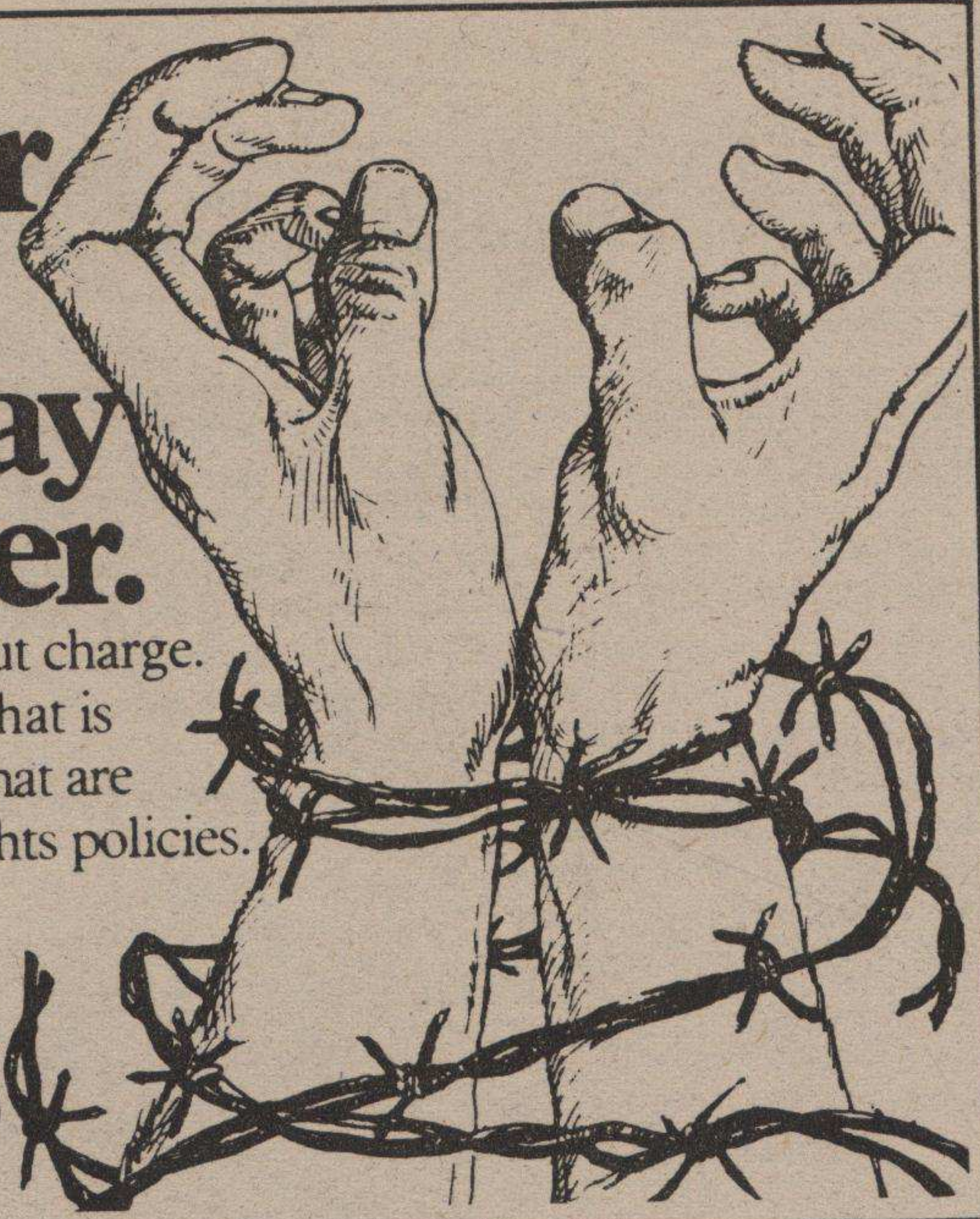
CIBA—GEIGY



Some of our allies are getting away with murder.

Torture. Arrest without charge. Imprisonment without trial. That is what's going on in countries that are allies, despite our Human Rights policies.

ABC News Closeup:
The Politics of Torture
abc Tonight 10:00PM 7



Anúncio da ABC: "Como podemos ser amigos de assassinos"

Direitos humanos à la Carter

Quando um repórter perguntou a Jimmy Carter se o aumento dos investimentos dos bancos americanos no Brasil não era uma contradição com sua política de direitos humanos o presidente respondeu com ar de surpresa que uma coisa nada tem a ver com a outra e que jamais pensara em usar os direitos humanos para interferir na iniciativa privada.

Perguntas e inquietações como essa têm sido cada vez mais freqüentes na imprensa americana. Os americanos têm dificuldade para entender porque os Estados Unidos são a sustentação política e material de ditaduras como Chile, Nicarágua, Filipinas, Uruguai e outras, enquanto seu presidente declara com solenidade: "Os direitos humanos são a alma de nossa política externa".

Até alguns meses atrás, essas contradições eram cobradas apenas pelos setores da imprensa alternativa, mais desvinculados do grande capital. Era o caso do *Village Voice*, de Nova Iorque que não cansou de ironizar o que chamava de política de direitos-humanos seletivos. Isto é, tal política interessa quando se trata dos países socialistas, deixando de importar quando as denúncias se referem a torturas em países sob ditaduras militares (ou mesmo no plano interno, ao prosseguimento da política de igualdade racial).

Recentemente, outras vozes da imprensa norte-americana de audiência bem mais ampla, vieram juntar-se aos pequenos jornais independentes. Um exemplo foi a reportagem de uma hora apresentada no mês de janeiro pela ABC, uma das três grandes cadeias nacionais de televisão dos EUA. "A política da tortura" era o título do programa, anunciado com antecedência na imprensa e que, numa produção cara e bem cuidada, apresentou a realidade de três países: Chile, Filipinas e Irã.

"Como podemos ser amigos de governos que agem como assassinos?", interrogava o apresentador no início do programa, dizendo logo em seguida que iam ser mostradas algumas cenas ocorridas em países aliados americanos do "pseudo mundo livre". E as cenas mostradas eram realmente chocantes. Depoimentos de meninos filipinos de 16 a 17 anos, ligados a atividades políticas que foram presos, submetidos a choques elétricos em todo o corpo, violentados com cacetetes. Um deles com um furo na coxa de um lado a outro, feito por ferro em brasa, foi mostrado implacavelmente pela câmera. No Chile, os campos de concentração, as listas de milhares de mortos e desaparecidos, enquanto o presidente Pinochet, entrevistado pelo repórter da ABC, com expressão grave admitia que "alguns excessos ocorridos estavam sendo apurados criteriosamente".

No Irã, as câmeras não pouparam as cenas do exército do Xá, metralhando nas

ruas, civis desarmados, enquanto, em contraponto, eram recordadas as imagens da visita do próprio Xá Pahlevi aos EUA, no ano passado, sendo recebido nos jardins da Casa Branca por Carter.

Essas contradições têm, na verdade, raízes bem profundas. Os Estados Unidos têm seis bases militares nas Filipinas, onde o presidente Ferdinando Marcos governa sob a lei marcial, com os direitos humanos virtualmente suspensos. Centenas de milhões de dólares são investidos pelos EUA nas Filipinas, "temos que manter uma harmonia entre os nossos compromissos com os direitos humanos e os nossos compromissos com a segurança", afirmou um porta-voz do Departamento de Estado à rede da ABC.

No Chile, a "carnificina dos opositores e o encarceramento em massa", segundo a denúncia do programa da ABC, fazem parte da política interna de Pinochet. O Congresso norte-americano cortou a ajuda militar ao Chile, mas o Executivo, através de uma artimanha legal continuará fornecendo 100 milhões de dólares em armas ao governo de Santiago até 1981. Isto garantiu a volta dos investimentos americanos e a retomada do controle das exportações de cobre.

O Irã simboliza o dilema dos EUA entre a estratégia e a moral. O Xá é o maior comprador de armas dos americanos (total estimado em 20 bilhões de dólares desde 1973). Além disso, sua importância para os EUA, do ponto de vista estratégico, é dupla: o Irã tem fronteiras com a URSS e suas reservas de petróleo chegam a 65 milhões de barris. Assim, as tropas abrindo fogo contra os cidadãos desarmados, o fuzilamento sumário de líderes da oposição, a tortura e a aberta corrupção, precisam ser colocadas em segundo plano.

José Antonio Pinheiro Machado, Nova Iorque

O Xá do Irã era tão simpático...

Como uma ditadura feroz, exercida com violência implacável, torturando, assassinando adversários políticos sem julgamento, com um povo pobre e a corrupção legalizada no Governo — como é o caso do Irã — pode manter durante tanto tempo na maior parte da Imprensa internacional a imagem de nação progressista, quase um modelo de prosperidade ao Terceiro Mundo? No começo deste ano, quando a crise do Governo do Xá começou a se agravar perigosamente, algumas respostas começaram a ser conhecidas.

Um dos responsáveis pelo protocolo do Xá, Siamak Zand, que fugiu do País, por motivos políticos, buscando asilo no exterior, revelou que a maior parte dos grandes repórteres americanos, ingleses, franceses e alemães que estiveram em Teerã nos últimos anos foram cobertos de presentes como estadias em hotéis de luxo, passagens de avião em primeira classe, tapetes persas, jóias, etc.

José Antonio Pinheiro Machado, Nova Iorque

"O MDB precisa avançar mais para evitar a divisão"

Entrevista com Mário Covas, ex-líder de oposição que volta depois de 10 anos.

Mil pessoas lotaram o Teatro Independência, em Santos, para homenagear o ex-deputado Mário Covas, no dia em que ele recuperou os seus direitos políticos depois de 10 anos de cassação, dia 16 de janeiro. E o ex-líder do MDB na Câmara Federal chorou emocionado.

Sua volta, porém, não foi saudada apenas pelos seus conterrâneos. Ulisses Guimarães, presidente do MDB, deixou entrever que Covas poderá ser o próximo presidente do diretório regional do partido em São Paulo e Thales Ramalho, também presente à homenagem, disse que "seu retorno à vida pública deve ser entendido como o início da alvorada".

Engenheiro, formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Covas iniciou sua carreira política como deputado federal pelo Partido Social Trabalhista em 1962. Em 66, quando os partidos políticos foram extintos, foi um dos primeiros a ingressar na oposição e no ano seguinte tornou-se o mais jovem líder emedebista, posição da qual foi removido pelo Ato 5. Lançado à liderança como alternativa para impedir que a recém-nascida bancada do MDB se dividisse entre pesedistas e petebistas, teve atuação decisiva nos momentos difíceis que o partido viveu. Agora, aos 48 anos, ele volta prestigiado e com muita disposição, conforme revela nesta entrevista dada à repórter Maria Helena Passos.

Para a liderança, qual a diferença entre o MDB de 67 e o de 79?

— Eu creio que a dificuldade para o exercício de uma liderança no MDB será tanto maior quanto maiores forem as perspectivas de uma abertura real que se conseguir neste país. O MDB é uma frente que pode, perfeitamente, estar totalmente identificada, na medida em que se reivindicam teses como anistia, redemocratização, etc. São traços de união substancialmente políticos. Mas, o que é extremamente difícil num partido que é uma "federação de facções ideológicas", é oferecer uma resultante definitiva para o MDB em termos ideológicos. Ora, naquela época, 1967, as conquistas de natureza política estavam muito mais distantes do que estão hoje. Por isso, era mais fácil unir. Já o MDB de hoje, cujos objetivos ainda não foram conquistados, mas estão bem mais próximos do que na época do seu nascimento, enfrenta dificuldades. Dificuldades que tendem a se exacerbar à medida em que a perspectiva e a viabilização das conquistas democráticas for se efetivando. Quando isto ocorrer, o MDB terá que dimensionar sua diretriz ideológica, e isto é que lhe conferirá definitivamente a dimensão de partido político.

Quais as grandes lutas que o MDB, no plano parlamentar, travou sob a sua liderança?

Por iniciativa do MDB, votou-se no período de 67 e 68, no Congresso, projetos de anistia, de reformas Constitucionais e eleições diretas de governadores e até de Presidente da República. Votou-se a revogação da L.S.N., a modificação da Lei de Imprensa. A maioria dessas teses, são ainda hoje reivindicações do partido.

Qual a composição, na época, das duas bancadas?

O MDB tinha 127 deputados num parlamento de 409 parlamentares. A Arena tinha 282 parlamentares. Era, portanto, muito mais difícil a conquista de qualquer destas teses.



Como você encara a extinção do AI-5?

— Indiscutivelmente, o fato tem sua importância. Assim como teve importância o fato do AI-1 e do AI-2 serem extintos e substituídos pela Constituição de 1967. Na realidade, a Constituição de 67 foi a primeira tentativa de institucionalização do movimento de 64, de estabelecer regras bem definidas. Como agora, estas regras não eram as melhores, mas ainda assim ela permitiu que diversos segmentos da sociedade passassem a ocupar seu espaço político, ou tentar ocupá-lo. O período 74-78 é novamente uma outra tentativa de institucionalização. Eu acredito que as reformas processadas ao final de 78 estão longe de atingir os reclamos da Nação. Elas, de certa maneira, não eliminam o conflito entre a Nação e o Estado. Mas são regras que, porque institucionalizadas, têm uma dose de arbítrio menor do que o AI-5. A morte do AI-5, evidentemente, por si só, é um processo conveniente para a Nação.

Como você vê o País que o general Figueiredo vai governar e as perspectivas desse Governo?

Hoje estão em ação certas forças sociais que, com a sua dinâmica própria, acabarão por conquistar para este País o regime democrático, atendendo desta forma ao reclamo de toda a sociedade. A imprensa, ao conquistar e ocupar seu espaço político, é componente deste processo. Assim como as áreas trabalhadoras, as estudantes, as classes médias, a Igreja e o próprio empresariado têm hoje um papel, dentro da dinâmica social e de um quadro econômico que exige profundas transformações, que acabará por dimensionar um irreversível movimento no País no sentido de afirmação democrática. Eu imagino que, se o Governo Figueiredo não entender esse processo e não caminhar nesse sentido, não haverá possibilidade de eliminar o divórcio entre o Estado e a Nação. Buscar a conciliação nacional implica numa série de medidas políticas para as quais todos os segmentos devem colaborar.

Quantas vezes você esteve preso?

Fui preso, ainda em Brasília, logo após o Ato, durante seis dias, num quartel, até ser ouvido por uma comissão de militares. Depois vim para Santos. Voltei a ser preso, depois de cassado, em abril de 69, para depor num IPM da Aeronáutica.

Você voltou a participar de política ao apoiar Fernando Henrique Cardoso?

Eu sempre digo que política se faz de uma centena de maneiras. Na escola, na Universidade, na atividade privada, casado, no partido político...

E como se faz política cassado?

Não deixei nunca de participar de eventos eleitorais durante esse tempo.

O que te levou a apoiar Fernando Henrique?

Sobretudo porque ele representava uma determinada área que me parecia extremamente conveniente recuperar para o processo eleitoral. O momento implica em (Continua na página seguinte)

ALUGUE UM CARRO DA AUTO LOCADORA GAÚCHA. A VIDA É CURTA E ISSO É MUITO BOM.

Nos sábados e domingos fica assim de gente na Auto Locadora Gaúcha: todo mundo alugando carro pra sair por aí. Faça isso também.

Só não esqueça de que na segunda a vida continua.

E para que ela continue boa, você às vezes precisa alugar um carro no meio da semana. Quer ver?

Ou o seu carro foi para a oficina e você fica a pé.

Ou você tem que viajar e não quer gastar o seu carro.

Ou sua mulher precisa dar umas voltas de carro e você empresta o seu, o que fazer? E vai por aí.

Razões não faltam pra que você fique na mão uma ou outra vez.

Nessas horas, lembre-se de que a vida é curta. E que é preciso aproveitá-la, como diz o sujeito aquele na televisão. E alugue um carro da Auto Locadora Gaúcha.

É mais barato do que você pensa e é muito bom.



**AUTO LOCADORA
GAÚCHA**

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.
Loja 1: Conceição, 364 - fones (PABX) 21-3333, 21-5555 e 24-5166 - Horário: 7 às 22h,
inclusive domingos e feriados. Loja 2: Av. América, 211 - fones 22-4510 e 22-2121
Horário: 7 às 22h, inclusive domingos e feriados. Loja Aeroporto: fones 42-4510 e 42-5363
Horário: Atendimento até à chegada do último voo.

(MARIO COVAS/continuação da pág. 8)

formulações, na construção de modelos alternativos e, eu imagino que a área de onde Fernando se origina tem papel relevante a desempenhar nesta tarefa.

Como você interpreta os resultados das últimas eleições?

Eu acho que a melhor mensagem eleitoral deve ser buscada, sobretudo, nas eleições proporcionais. O eleitor votou, em especial, nos candidatos politicamente afirmativos, que se posicionaram com nitidez política. O eleitor não quis candidatos do MDB com posicionamento da Arena, como não quis candidatos da Arena com posicionamento do MDB. Não quis o candidato de cima do muro.

Que conseqüência esse resultado poderá trazer ao País?

Assim como nas eleições anteriores, o resultado se reflete no desenvolvimento do processo político do País. Não apenas no que se refere às composições das bancadas, mas como componente da resultante política final, o resultado das eleições de 78 produzirá conseqüências políticas. O primeiro fato, é que eles tornaram mais explícito e evidente um tremendo divórcio entre as aspirações da Nação e o comportamento do Estado. Ha quem diga que as eleições foram de cunho plebiscitário. A existência do bipartidarismo confere sempre às eleições esta imagem. E, em grande parte, assim aconteceu. O resultado

eleitoral é um tipo de constrangimento para o poder.

Como você vê o crescimento da ala autêntica dentro do MDB?

A despeito do partido ser uma federação, ele está sendo conduzido para definições ideológicas mais nítidas em fundação, exatamente, do aval popular. É o resultado eleitoral e, sobretudo, a análise das componentes da sociedade que permitiram este resultado que acaba por definir uma atuação e uma forma de agir para o MDB. Talvez seja um paradoxo, mas, a despeito de tudo, sob esse aspecto o MDB está sendo conformado e estruturado muito mais de baixo para cima do que qualquer outra agremiação porventura surgida no Brasil.

Você acha que é conveniente para o partido uma liderança autêntica?

Eu não acredito muito nessa separação nítida entre autênticos e não autênticos. Dentro do MDB há toda uma gradação de posições ideológicas. A predominância desta ou daquela facção é que acabará por definir a resultante básica para a liderança. Quem se situar na posição de resultante de todas essas componentes interpretará o sentimento da bancada.

Como o MDB deve agir para evitar que ocorra uma divisão dentro do partido?

A melhor maneira do MDB evitar a

divisão é se situar como ponta de lança, como o instrumento mais atuante de todas essas reivindicações da sociedade. Uma vez vanguarda, ele desestimula, até por oferecer espaço político, a sua divisão e passa a representar, como tem representado, o estuário natural onde todas essas correntes unidas podem melhor e mais rapidamente viabilizar essas reivindicações.

Como você vê a volta do Brizolla e a possível formação de um PTB?

Eu acredito que não haja intenção imediata dele nesse sentido. A formação do PTB, entretanto, não é uma hipótese descartada. Apenas sustento que as afinidades das várias correntes de que se compõe o MDB continuarão a ser cultivadas dentro do MDB. O que eu acho é que o momento ainda compõe uma potencialidade de reivindicações a serem sustentadas e defendidas que poderão ser feitas com muito maior eficiência, enquanto as oposições estiverem concentradas em uma única agremiação.

Quais as reivindicações prioritárias do MDB?

No plano político a reivindicação básica é o Estado de Direito. A Constituinte e a Anistia são temas de conciliação entre Nação e Estado. No plano concreto, é preciso o MDB sustentar e ser o veículo mais atuante da classe trabalhadora como

um todo e da reivindicação de todas as camadas populares da sociedade. Estas reivindicações devem ser buscadas, sobretudo, num intercâmbio e num convívio permanente do MDB enquanto partido com cada uma dessas categorias ou classes.

Como você pretende voltar à política e ter uma atuação intensa?

Não obrigatoriamente através de um mandato. Eu vejo um caminho imediato e pretendo atuar nesse veículo político que se chama MDB. Imediatamente o que eu pretendo ser é base no meu partido.

Dez anos atrás, você se definia como "doutrinariamente social democrata e ideologicamente do centro". Continua valendo a definição?

Eu não sei. Evidentemente, quando a gente tenta buscar essas definições do ponto de vista geográfico, a gente tende a incorrer em erros. Houve uma época em que um homem chamado de esquerda como Voltaire, por exemplo, dizia "o mundo só será feliz quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre". Seguramente, essa não seria uma linguagem das esquerdas de hoje. Mas, se ser de esquerda é ter vínculos com a área popular, se ser de esquerda significa acreditar na predominância do homem e do trabalho sobre o capital, eu sou um homem de esquerda.

Lutar pela vida todo mundo luta.

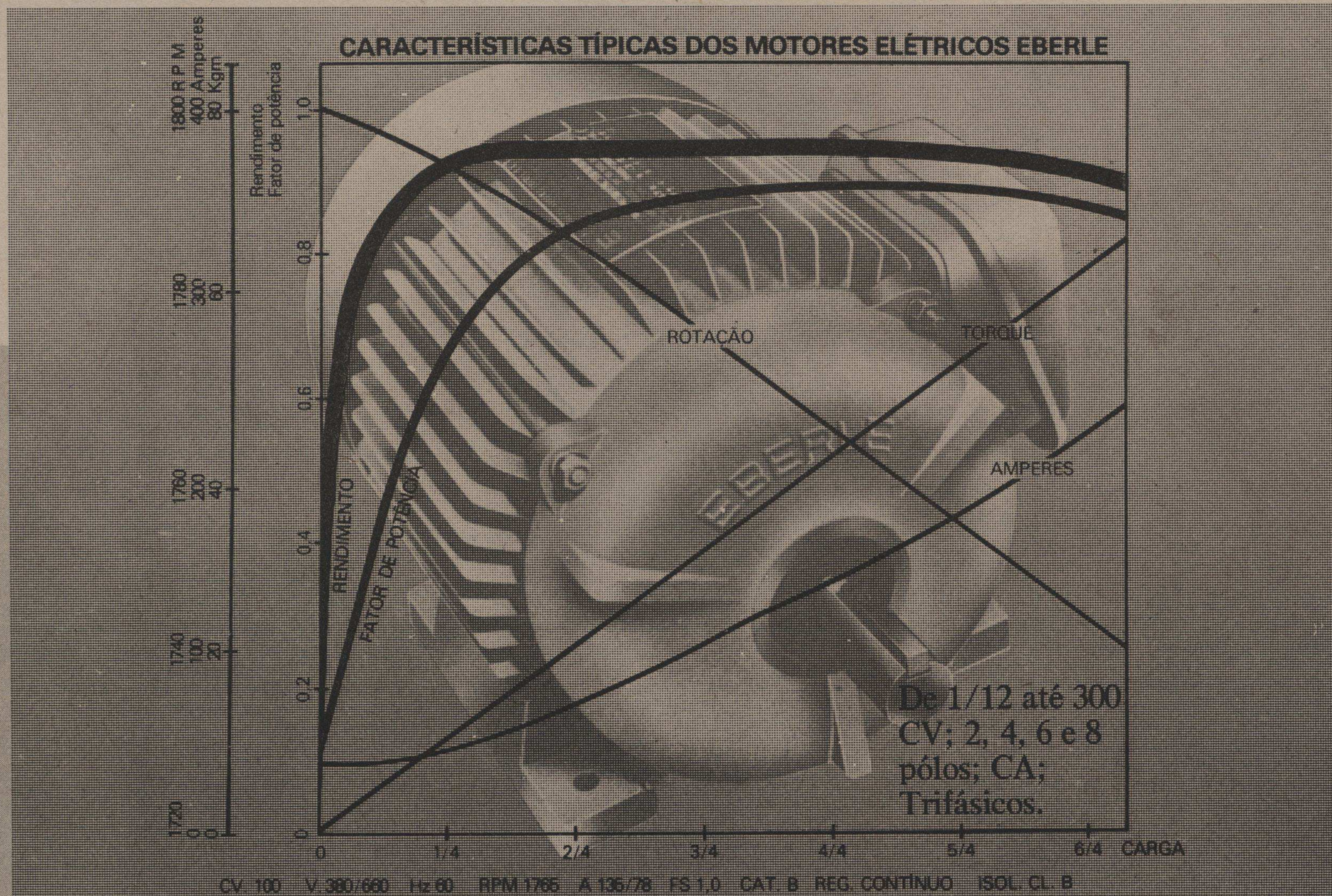


(Mas quem aplica em Caderneta de Poupança luta menos)

Se você quer viver mais e lutar menos, aplique uma parte de seu salário todo mês. Não que o trabalho vá ficar mais fácil. Mas que vai ser melhor aproveitado, isso vai: na Caderneta de Poupança o seu dinheiro rende juros ou dividendos, além de ser sempre atualizado pela correção monetária. Se der para aguentar firme, não mexa nele: assim os rendimentos e a correção, em vez de serem calculados sobre o menor saldo, vão ser calculados sobre a média do trimestre. E você ganha mais. E enquanto você luta de cá, o seu dinheiro dá uma força na Caderneta de Poupança, com liquidez, segurança e rentabilidade. E cresce, cresce, até que um dia você conquista o que todo mundo luta para conquistar: não ter de lutar mais, para aproveitar o que a vida tem de melhor.

Caderneta de Poupança
 Quem poupa conquista o que a vida tem de melhor.

Razões e conseqüências da qualidade Eberle.



Para atingir a posição de melhor motor nacional, a Eberle precisou desenvolver importantes aspectos construtivos:

— Construção rigorosa dentro das normas e especificações da ABNT e IEC, inclusive com dimensões de acordo com os padrões exigidos no Mercado Comum Europeu.

— Torque de partida elevado, excedendo os limites mínimos normalizados.

— Escorregamento: inferior a 5%.

— Produto "rendimento x fator de potência" elevado.

— Blindagem: o único motor nacional com a classificação IP55 (Totalmente blindado contra líquidos e poeiras).

— Precisão: balanceamento dos componentes girantes entre 10 e 20 μ .

— Sobreaquecimento: Δt inferior a 80° para a classe de isolamento B.

— Baixo nível de ruído assegurado pelo controle de qualidade utilizando equipamento BRÜEL e KJAER.

Como conseqüência destes índices, os motores Eberle apresentam

um desempenho superior.

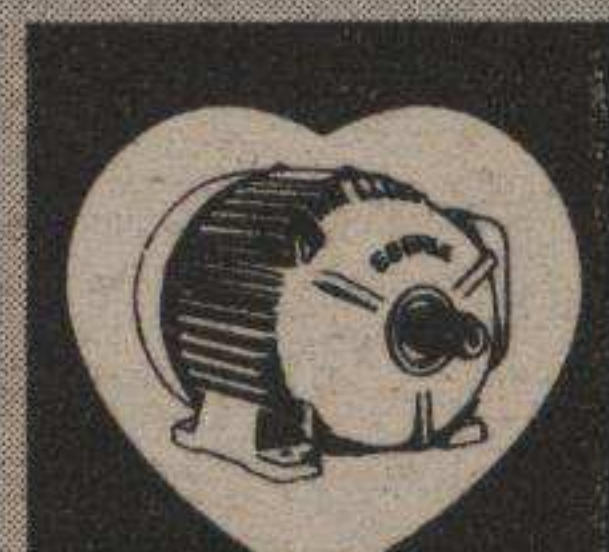
Têm maior vida útil, menores custos de manutenção e consomem muito menos energia elétrica. Isto significa lucro.

Sem quebras ou interrupções.

A prova da veracidade destes dados são os dois anos de garantia sobre todos os motores Eberle.

A Eberle construiu e testou.

Você utiliza e comprova.



O CORAÇÃO DOS MELHORES EQUIPAMENTOS



EBERLE

2 anos de garantia

MATRIZ: Rua Sinimbu, 1670
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
End. Teleg. EBERLE
Fone: (054) 221-2511
Telex n.º 0542-155 MAEB-BR
PORTO ALEGRE - CURITIBA
SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO
BELO HORIZONTE - SALVADOR
RECIFE

Barragens no Rio Uruguai: planos grandiosos, prejuízos incalculáveis

Ao longo dos seus dois mil quilômetros de extensão, o Rio Uruguai — a sétima bacia hidrográfica brasileira — apresenta pelo menos 43 pontos possíveis de aproveitamento de energia elétrica. Três destes pontos estão no trecho internacional do rio, na fronteira com a Argentina, e os outros 40 em território brasileiro.

Uma avaliação preliminar indica que em usinas aí instaladas se poderia captar em torno de 12 milhões de quilowatts/ano, o mesmo que "a maior usina do mundo", Itaipu.

Evidentemente, são antigos os planos para aproveitar esse potencial do maior rio gaúcho. No trecho nacional, os primeiros projetos foram feitos há 15 anos, ainda no Governo de Leonel Brizolla. Recentemente, porém, estes estudos foram desengavetados pela Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), reavaliados e transformados no Projeto Uruguai, que prevê a construção de 40 barragens em duas etapas, em 20 anos. Embora, dificilmente a Eletrosul consiga manter seu devido à falta de recursos, o início da construção das primeiras 20 barragens está previsto para 1980.

Na parte internacional, a questão é mais complicada porque depende dos entendimentos entre Brasil e Argentina para aproveitamento do Rio Paraná (Itaipu e Corpus) — conforme andarem estes entendimentos o projeto das 3 usinas no Uruguai pode até ser apressado. O certo é que a Eletrosul e a sua similar Argentina, a *Água e Energia Elétrica*, realizam estudos para a construção das três barragens (São Pedro, Garabi-Garruchos e Panambi-Roncador). E é certo também que alguns desses estudos — tanto do trecho nacional, quanto do internacional —, alertam para as sérias consequências que essas obras irão provocar em toda a Região. Como estes estudos são mantidos em sigilo, cresce na área técnica o temor de que as advertências sobre os prejuízos às populações e ao ambiente não sejam levadas em conta nas decisões sobre as barragens. E que cada quilowatt extraído do Uruguai tenha um custo social muito alto.

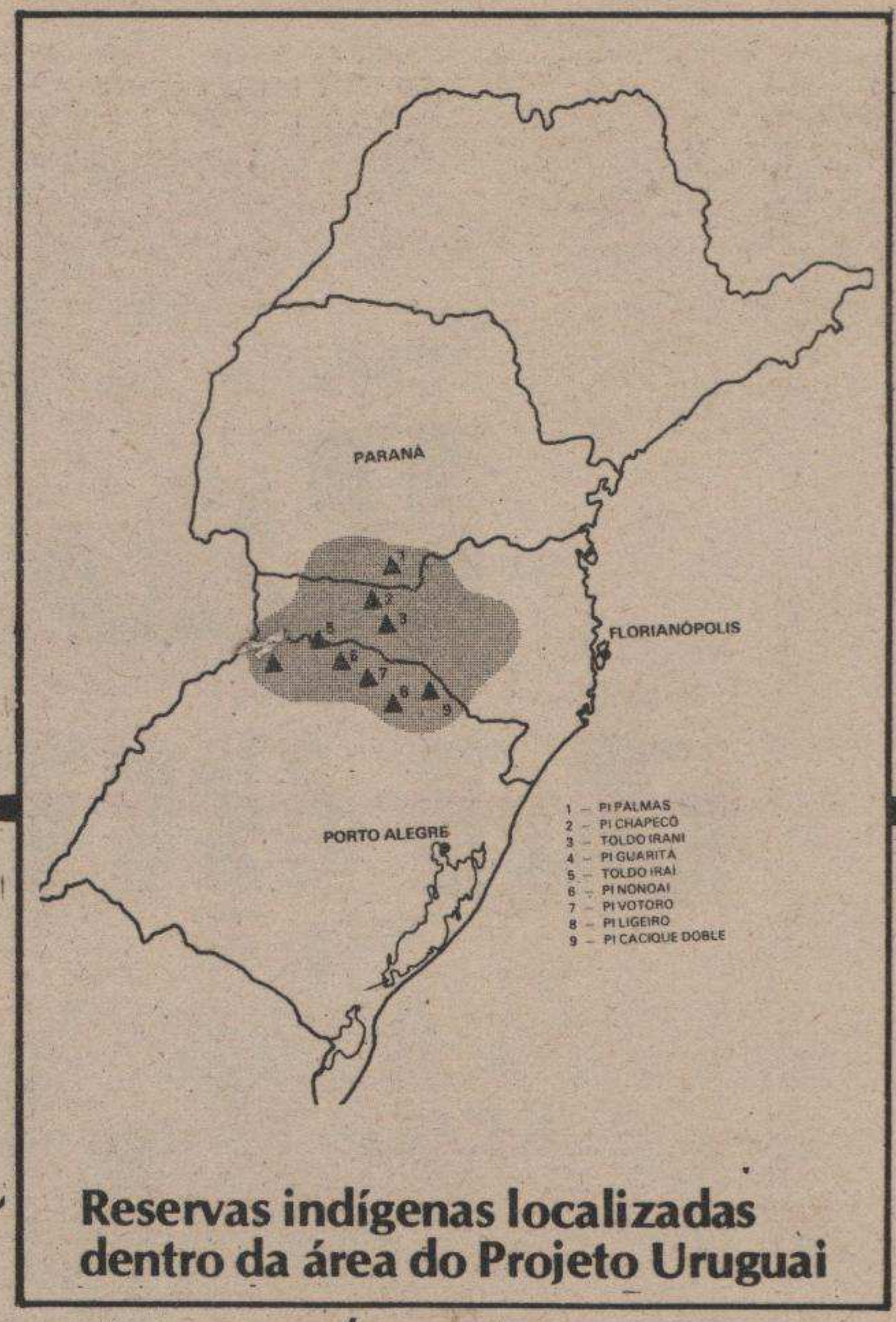
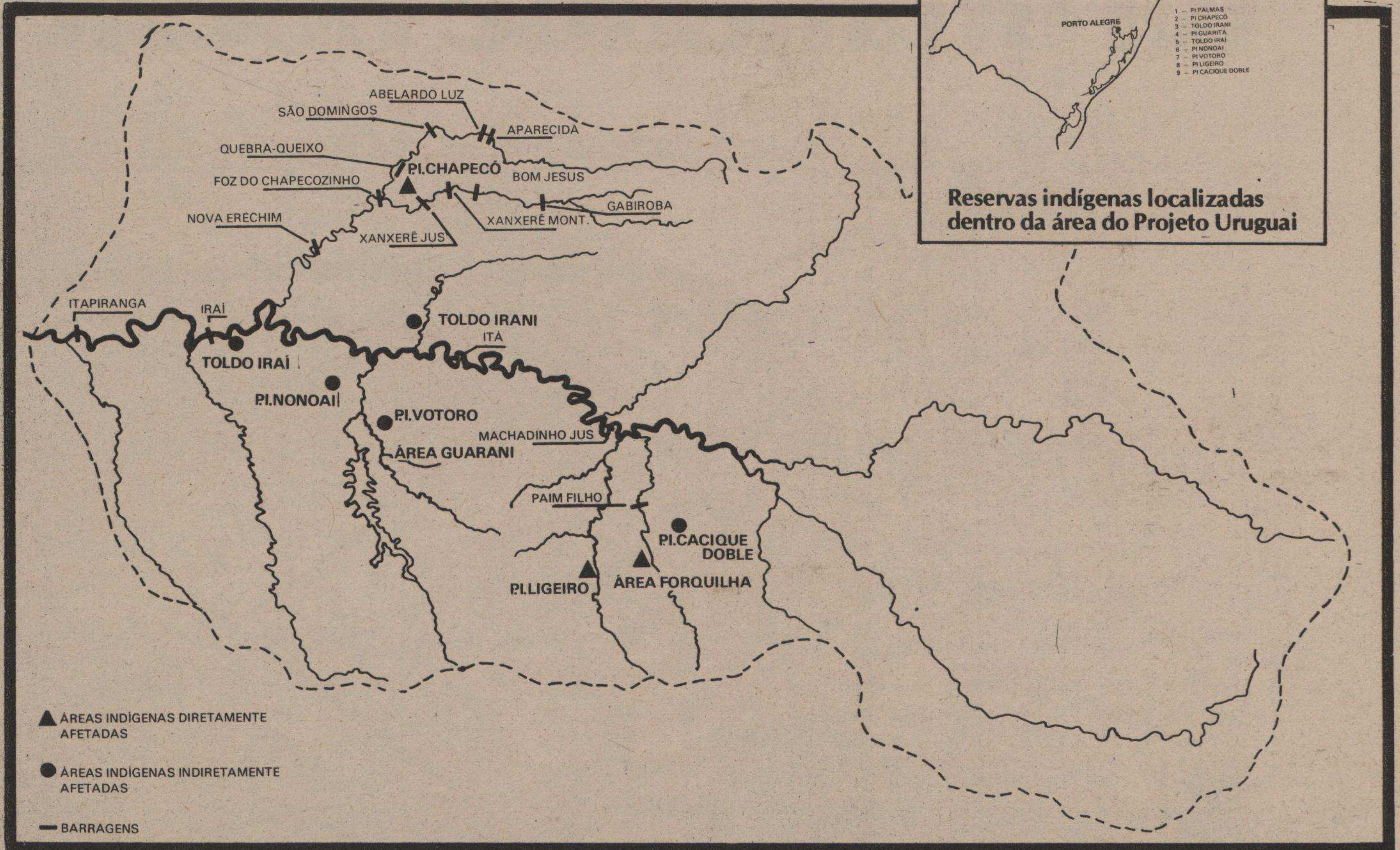
Para a construção das três barragens binacionais, por exemplo, um estudo feito pela *Hidrosservice* indica que o Rio Grande do Sul, um dos estados mais desmatados do país, vai perder 1.850 dos 17.500 hectares da sua segunda reserva ecológica, o Parque Florestal do Turvo, desaparecendo junto o salto do Yucumã, a mais extensa queda d'água do país, com três quilômetros de extensão e altura média de 12 metros.

Já no trecho nacional do rio, um levantamento feito por antropólogos, indica que só a construção das primeiras 20 barragens atingirá todas as Reservas Indígenas da Região, com uma perda permanente para os índios Caingangues e Guarani que ali vivem.

PRAGAS E DOENÇAS

A constatação destes prejuízos não é novidade para os técnicos ligados a este setor. Num simpósio realizado em 1975, sobre os Efeitos das Grandes Represas no Meio Ambiente e Desenvolvimento, organizado pela Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb), chegou-se à conclusão de que a maioria das 430 grandes barragens brasileiras ocasionam abalos prejudiciais à flora, à fauna e ao homem.

O estudo da *Hidrosservice*, feito para a Eletrosul, confirma isso. Ele revelou que poderá haver o desaparecimento de um tipo de habitat natural devido às inundações e a perda de vegetação ribeirinha; alteração da fauna aquática pela mudança das correntes movimentadas em águas paradas; criação de ambientes favoráveis à proliferação de pragas e doenças de lavoura como também de doenças tropicais como tifo, malária, esquistossomose e febre amarela; poluição das águas por



Reservas indígenas localizadas dentro da área do Projeto Uruguai

A Bacia do Rio Uruguai, com a localização das barragens planejadas no trecho nacional e com a indicação dos postos e toldos indígenas que serão afetados por elas, direta ou indiretamente, segundo o estudo dos antropólogos

resíduos de inseticidas e herbicidas, bem como pelos esgotos, de cidades e despejos industriais; aumento da erosão e queda da produtividade da lavoura arrozeira pela redução do valor fertilizante da água de irrigação.

IMPORTÂNCIA DO TURVO

As inundações trariam ainda uma possível invasão de cobras nas áreas próximas às barragens, além de facilitar o surgimento de focos de peste bubônica com a proliferação de ratos na região. No entanto, o prejuízo maior ainda fica com a destruição de cerca de 10% da Reserva do Turvo, a única floresta pluvial subtropical do Brasil, que faz uma divisa de 45 quilômetros com o Rio Uruguai. Estranhamento os estudos ignoram o assunto e ao invés de considerá-lo como um dos pontos a ser preservado — o que seria possível com a redução da altura da barragem Panambi-Roncador — sugerem a implantação de uma reserva natural no lado argentino com 3.500 hectares.

A importância do Turvo é grande para a ecologia de um estado que tinha, em 1938, 40% do seu território coberto por matas naturais e hoje reduziu suas florestas a menos de 1%. Já resistem à extinção mais de 200 espécies de pássaros, incontáveis espécies de animais característicos como o leão baio, onças, pacas e veados, além de 66 espécies de árvores nativas.

No entanto, o Turvo tem um ponto a favor de sua conservação, pois os técnicos admitem que o meio mais eficaz e econômico de proteger o solo contra a erosão — muito comum naquela região de cultivo de soja — é manter uma densa cobertura florestal. A erosão leva ao assoreamento das barragens, diminuindo o nível das águas e reduzindo a sua capacidade de produção de energia.

ESQUECENDO OS ÍNDIOS

No plano exclusivamente nacional de aproveitamento do Rio Uruguai, desenvolvido pela Eletrosul, há um obstáculo legal — se for respeitado — que pode significar sua não concretização, antes que o Governo Federal autorize o início das obras. A Constituição Federal garante aos índios a posse permanente e o uso das terras que

habitam, assim como das riquezas naturais e de todas as outras utilidades ali existentes. Se as barragens vierem a ser construídas — como tudo indica — os grupos indígenas localizados nos postos de Cacique Doble e Ligeiro, Nonoai e Iraí, no Rio Grande do Sul, Irani e Chapecó, em Santa Catarina — todos na bacia do Rio Uruguai — a serem afetados direta ou indiretamente, deverão receber como indenização, uma área equivalente a anterior, inclusive quanto às condições ecológicas.

Ao índio não interessa a quantidade de dinheiro que possa receber pelos prejuízos, pois seu sistema cultural se realiza em outros valores, mas sim a qualidade das terras a serem indenizadas. E aí está o problema prático: quem pode afirmar que, nas três aldeias atingidas diretamente — Cacique Doble, Ligeiro e Chapecó — os índios conseguirão sobreviver em outras terras? E isto se houver terras em condições semelhantes para reassentá-los. Aos antropólogos não resta dúvida: se isto acontecer, a Eletrosul será responsabilizada pelo etnocídio mais bem projetado desta década no país.

DECISÃO EM NOVEMBRO

O Projeto Uruguai constava de sete alternativas, cada uma com maiores ou menores efeitos sobre o meio ambiente. A decisão em seguir um terceiro projeto, foi tomada em fins de novembro do ano passado, quando a empresa já tinha em mãos estudos científicos sobre as consequências ecológicas e sociais do projeto sobre a população não índia da região. Nenhuma delas, no entanto, foi recomendada pelos cientistas como mais ou menos favorável às comunidades indígenas que ali vivem, pois os impactos econômicos, sociais e culturais, resultantes da alteração ecológica das áreas onde se localizam as reservas e toldos, são de previsão quase impossível.

Houve alteração em cotas e localização de algumas barragens, para evitar o desaparecimento das águas termais e uma parte da cidade de Iraí, mas nem por isso salvou-se o toldo indígena, exposto às consequências indiretas. Esta situação é a mesma para as demais áreas a serem atin-

gidas. Os efeitos indiretos, sobre as sociedades indígenas, vêm através da formação de acampamentos de trabalhadores envolvidos nas construções das barragens e hidrelétricas, rompendo as vias de comunicação e acesso a outras comunidades indígenas, pela disputa da terra indígena pelos brancos desalojados pela inundação; pela prostituição e turismo para os trabalhadores ou população que permanecerá ou visitará as áreas das barragens.

As principais barragens diretamente envolvidas com as reservas indígenas (veja no mapa, nesta página) são quatro:

Iraí: localizada a um quilômetro e meio da cidade e a dois do toldo indígena, integrada por 80 índios, do grupo Caingangue. O Posto Indígena Nonoai, localizado na margem ocidental do Rio do Mel, afluente do Uruguai e onde se localizará a barragem de Iraí apresenta as maiores dificuldades para a Eletrosul. A área tem 200 hectares plantados com soja e outros 250 com milho. Além da modificação que fatalmente ocorrerá na ecologia da região, surgirão problemas com as famílias que vieram a se instalar na área para trabalharem nas construções.

Machadinho: localizada no Rio Ligeiro, também afluente do Uruguai vai inundar 320 hectares do Posto Indígena Ligeiro, onde vivem 130 famílias. Efeitos secundários seriam sentidos na reserva de Cacique Doble pois o Rio Forquilha subirá até 17 quilômetros só Norte do Posto Indígena.

Paim Filho: situada no Rio Forquilha, outro afluente do Uruguai vai inundar 145 hectares do Posto Indígena Cacique Doble. Nesta parte localizam-se seis colônias com uma população de 408 indígenas Caingangue e Guarani. Com a inundação será perdida uma colônia, uma galpão, uma escola, uma estrada e cemitério dos Caingangues. Será rompida a comunicação, o transporte e o movimento das pessoas, além do perigo de que os colonos desalojados numa longa extensão venham a procurar abrigo na reserva.

Chapecó: é o caso mais grave de todos. O Posto Indígena Chapecó perderá 3.400 dos seus 15.000 hectares, ficando 719 índios desabrigados. Nesta região está prevista a construção de dez barragens, que vão prejudicar até 22% da área global da reserva.

Bernadete Schimit e Tania Kruttscka

Um censor fala às feministas

A revista norte-americana *Ms*, a mais séria publicação feminista dos Estados Unidos, publicou em janeiro uma matéria sob o título: "Um censor brasileiro conta tudo". Na matéria, um censor, que impôs como condição ficar incógnito, dá uma longa entrevista à repórter Marlise Simons, sobre métodos da censura brasileira. Fica-se sabendo na revista, que segundo seus editores têm sua circulação proibida no país, que o Governo brasileiro emprega cinco mil pessoas em regime de tempo integral para examinar livros, músicas, filmes, peças de teatro, rádio, televisão e, até há bem pouco tempo, artigos de jornais. Hoje mesmo, os jornais ainda são examinados para uma possível posterior apreensão, como já ocorreu com *Movimento*. Seleccionamos alguns trechos da entrevista:

P. — A censura é uma realidade oficial no Brasil há aproximadamente dez anos, mas os jornalistas e artistas dizem que continuam sem conhecer as regras do jogo. Eles dizem que tudo é arbitrário. Existem algumas regras fixas?

R. — Claro. Nós temos dois tipos de censura: uma trata de assuntos políticos, a outra de moralidade e decência. Eu compreendo que seja um pouco difícil de entender. Noutros países o povo é mais civilizado e sabe como interpretar as coisas. Mas o Brasil é completamente diferente. Está recém começando a se desenvolver. Se nós permitirmos tudo nos livros, cinema ou jornais, estaríamos nos expondo às piores conseqüências. As pessoas seriam levadas a imitar tudo o que não devem fazer. Nós temos muitos novos-ricos aqui; eles são gente sem raciocínio ou capacidade de julgamento.

P. — Talvez então você possa explicar o que aconteceu com a peça "Mockinpott" de Peter Weiss. Ela foi apresentada no Rio de Janeiro por seis meses, mas duas horas após a abertura da temporada em São Paulo foi proibida. Por quê?

R. — Eles se mantiveram, de fato, estritamente dentro do texto original. Mas na pré-estréia nós achamos que a peça tinha sido muito alterada pela entonação das vozes dos atores e seu comportamento geral. De tal maneira que o texto e a gesticulação assumiram novas nuances e significações que o autor não tinha pretendido expressar.

P. — Você pode dar um exemplo? O erro estaria na cabeça dos atores? Como se pode julgar isso?

R. — Por que eu sei como aqui as pessoas podem ser mal-intencionadas — algumas pessoas, pelo menos. Você tem que estar sempre em guarda, por que há sempre gente tentando dar implicações políticas às artes.

P. — Quais as linhas de definição para censurar conteúdo político?

R. — Nossa linha mestra é contra o encorajamento ou desenvolvimento de atividades revolucionárias — tudo o que desafia a autoridade do Governo. Declarações provocadoras, ou declarações que são desnecessariamente insultosas à polícia ou membros do Governo, ou que promovam a discórdia entre os brasileiros. Por exemplo, nós censuramos judeus brasileiros falando mal da comunidade árabe, ou vice-versa. Isso só serve para alimentar ódio. E naturalmente nós somos contra noticiário sobre terrorismo.

P. — Ainda há gente sendo presa por motivos políticos ou até por apenas criticar o Governo, não?

R. — Sim, isto é feito por razões preventivas. Nós os retiramos de circulação se sabemos que estão preparando alguma coisa. Precisamos nos manter alertas. A Segurança Nacional está em jogo. E a paz que desfrutamos é uma das razões por que recebemos tantos investimentos estrangeiros. As companhias americanas ou japonesas sabem que podem investir aqui com segurança. E o futuro de nosso País depende, em parte, disso.

P. — Muitos jornalistas brasileiros acham muito difícil trabalhar. Eles dizem que a atmosfera de guerra fria entre cen-



Dois anos depois, a fraude do adubo chega à Justiça

Dia 23 de janeiro deu entrada na 3ª Vara da Justiça Federal em Porto Alegre, o primeiro inquérito policial sobre a chamada fraude do adubo-papel. Ao contrário do que possa parecer, esta é uma boa notícia para os quase 2.500 implicados.

A polícia concluindo este primeiro inquérito (que tem apenas dois implicados) três anos depois que os primeiros golpes foram aplicados no RS e exatamente dois anos depois que ela começou a investigar o caso. Agora, o inquérito está na Justiça. Mas, o juiz responsável, João Cezar de Mello Krieger, não pode tocar nele. Primeiro, porque estava atarefado com o caso do seqüestro dos uruguaios Universindo Diaz e Lilian Celiberti. Depois, porque entrou em férias para retornar em março.

Quando ele voltar, não terá condições de dedicar-se ao adubo-papel pelo menos até maio, pois sua agenda até lá já está comprometida com outros processos. Admitindo-se que ele possa examinar o processo em maio, começará então uma nova e lenta etapa, com a citação dos réus e testemunhas, com um gasto de tempo pelo menos igual a este da fase policial do inquérito, até a sentença final.

Considerando-se que este é apenas um de um conjunto numeroso de processos abertos para apurar a fraude (nem a Justiça sabe o número certo), pode-se dizer que os implicados não têm motivos para intranquilizar-se.

O maior desses processos, que envolve a indústria Luchsinger Madörin (Adubos Trevo) e dezenas de nomes de importantes

proprietários de terras do estado, por exemplo, foi devolvido à Polícia Federal em outubro do ano passado. A Justiça pediu que o processo — que envolveria 1 bilhão de cruzeiros e tem mais de 40 volumes, pesando 300 quilos — fosse desmembrado, com abertura de inquérito citando individualmente cada um dos réus (que, por sinal, até hoje não se sabe quem são).

O inquérito agora encerrado cita Marcilio Guilherme Fischer, agricultor e comerciante em Campo Real, e Danilo Pedro Belo, proprietário da firma Comércio e Representações Tiaraju, de Ibirubá. Documento de três volumes, pesando cerca de oito quilos, contém todas as provas, das quais as principais são notas fiscais falsas, no valor de Cr\$ 535.500,00 e de Cr\$ 516.375,00. Elas indicavam a compra de 2.060 e 2.025 toneladas de calcário, que nunca existiu e, muito menos foi aplicado na lavoura de Marcilio. O dinheiro do financiamento conseguido foi utilizado por ele para compra de terras em Minas Gerais. Danilo Belo entrou no caso por ambição, acreditando na promessa de Marcilio de comprar grande quantidade de máquinas agrícolas em sua loja.

Os dois são acusados por declarações falsas, simulação de contratos de compra e venda inexistentes, operações comerciais fictícias, induzindo a erro o Banco Central, além de crime de sonegação fiscal, por não declararem ao fisco o dinheiro recebido em financiamento do Governo.

Tânia Krutscka

sos e Imprensa é uma tortura para os nervos e que estão sendo limitados pelo medo e pela insegurança. Como você encara seu relacionamento com a Imprensa?

R. — Em geral eu trabalho com a Imprensa numa atmosfera que se poderia chamar de "acordo de cavalheiros". Nós debatemos e discutimos como as coisas devem ser tratadas e freqüentemente temos divergências de opinião. Mas não há uma guerra aberta. Nós não enviamos ordens policiais. Freqüentemente eu dou conselhos sobre o que deve ser feito; eu tento ajudar telefonando antecipadamente para avisar quais os assuntos ou pontos que seria melhor não abordar. Dessa maneira eu poupo a eles o aborrecimento de fazer um trabalho que depois teria de ser descartado de qualquer maneira.

P. — Apesar disso o Governo acha ser necessário prender jornalistas ou torturá-los?

R. — Você deve entender que existem alguns jornalistas extremamente desagradáveis. Gente que critica e ataca constantemente o Governo. E com forte inclinação esquerdista. Muitos deles são muito talentosos, mas insistem em questionar a política e as posições do Governo. Logo, eles precisam ser advertidos. Tome *Veja*, por exemplo, a melhor revista do país. Veja só o que eles, às vezes, escrevem.

P. — Há quanto tempo você está nesse serviço? O que o levou a escolher esse tipo de trabalho?

R. — Eu sou censor há mais de seis anos. Eu sou engenheiro, mas como conheço muitas línguas, comecei a fazer traduções para o Governo. Eu costumava

traduzir revistas como *Der Spiegel*, *Stern*, *Paris Match*. Não só os artigos sobre o Brasil, mas também matérias sobre novas tendências ou desenvolvimento em outros países. Eu coloco meu trabalho atual acima de minhas convicções pessoais, para ajudar a preservar altos padrões de moralidade. Eu estou mais interessado em moralidade e ética do que em política.

P. — Você gosta do seu trabalho?

R. — Claro. É muito interessante e, acima de tudo, me mantém extremamente bem-informado. O trabalho tem sido, no fundo, uma forma de educação para mim. Eu sou forçado a me manter permanentemente atualizado com o que está acontecendo no mundo, novas descobertas, pensamentos, idéias, filosofia. Ele também me mantém alerta. Às vezes, eu tenho que ler três ou quatro vezes o mesmo artigo para compreender perfeitamente o significado, ou o significado oculto, pretendido pelo autor. Porque, como eu já disse antes, há muita gente que escreve sua mensagem nas entrelinhas.

P. — Você não acha que esse tipo de educação que você aprecia tanto deveria estar ao alcance de qualquer um em seu País?

R. — Eu sei que é difícil para você entender. Mas você precisa aceitar que isso aqui é um País diferente. Um lugar com muita gente ignorante, gente sem nenhum discernimento. E nós estamos interessados em proteger os jovens, principalmente os filhos dos ricos. Se eles lerem literatura subversiva vão querer se rebelar contra os pais, o Governo e contra nossa sociedade.

Reitor não quer críticas ao Governo

A Universidade Federal de Pelotas, em meio a todos os anúncios oficiais de "abertura política", acaba de inaugurar uma temporada de cassações brancas visando professores do seu Curso de Arquitetura. A primeira cabeça a rolar foi a do chefe do Escritório Técnico do Campus, arquiteto Raimundo Rodrigues Filho, supostamente por "incapacidade profissional". No entanto, pessoas chegadas ao reitor Ibsen Stephan, da UFPel, não vacilam em dizer que a demissão aconteceu por "razões ideológicas".

Agora, estão na alça de mira da Reitoria os professores Rogério e Ester Gutierrez, denunciados, segundo ofício lido por Stephan diante de uma comissão de professores do Curso, por cinco órgãos de segurança. Entre outras, figuram acusações de "aliciamento de alunos" e "falar contra o Governo". Colocado na Reitoria graças a uma antiga dívida do Governo com o seu amigo e chefe político local, Edmar Fetter, o dentista Stephan comentou perante a mesma comissão que "quem trabalha para o Governo não pode criticá-lo". Stephan ainda criticou mais dois aspectos: um plano de Rogério e Ester Gutierrez de realizar um trabalho sobre as condições de moradia dos colonos expulsos de Nonoi e reassentados em Bagé e algumas palavras ditas em aula que colocavam a boa aplicação da técnica como indissociável da conscientização política. "Isto particularmente" — conta Rogério — "foi encarado como altamente subversivo".

Não menos "subversiva" foi uma observação de Rogério ao saber que o novo pórtico do Campus, surgido sem consulta ao Escritório Técnico, fora uma idéia do general Edson Vignoles, que ostenta o título de chefe da Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFPel. Foi-lhe explicado que "é assim mesmo. O general tem mania de arquiteto". Gutierrez retrucou afirmando que "seria interessante se os arquitetos ficassem com mania de generais".

Trazido da Universidade de São Paulo depois de um curso de especialização na França, para ser responsável pelo Escritório Técnico, Raimundo não esperava essa espécie de repressão. "Um estudante me aconselhou a ter cuidado, depois que viu um decalco do André Forster no meu carro, mas não pensei que fosse assim..." Especialista em planejamento urbano, Raimundo foi acusado de "não fazer nada". Ele respondeu ao Reitor que "tenho dez pessoas trabalhando comigo e todo esse trabalho passa por mim, logo a acusação não é verdadeira". O arquiteto ainda tentou permanecer na Universidade, oferecendo seus serviços como professor. Stephan foi inflexível: "Seu trabalho não nos interessa".

Raimundo Rodrigues Filho tornou-se nocivo aos olhos da Reitoria ao participar de um congresso de arquitetos do Cone Sul, em Curitiba, quando criticou a política habitacional do BNH.

Ayrton Centeno



Em dias de crise no Planalto, um fantasma punia com o AI-5

Nem o Presidente, nem o Ministro assinaram o decreto que aposentou 14 professores gaúchos

Fim! de agosto de 1969. O Palácio do Planalto vive uma insólita situação: atingido por uma trombose o presidente Costa e Silva está com os músculos da face direita semiparalisados e com a mobilidade do braço direito falhando. No dia 29, é levado de Brasília para o Rio de Janeiro, em busca de melhores recursos médicos.

Entre a doença do Presidente e a sua divulgação com a conseqüente substituição de Costa e Silva por uma Junta Militar, passaram-se alguns dias (não se sabe exatamente quantos). Sabe-se que neste período, o Executivo despachou diversos decretos, supostamente assinados pelo Presidente, embora datados de quando ele, já semiparalisado, não conseguia coordenar os movimentos.

Entre esses decretos estão os que — datados de 29 de agosto e publicados no Diário Oficial da União no dia 1º de setembro — aposentaram, com base no AI-5, 18 professores universitários, 14 deles pertencentes à Universidade do Rio Grande do Sul.

Um livro lançado no final de janeiro último reforça todas as suspeitas de que o Presidente não tenha assinado esses documentos. No livro — chamado *Impedimento e Morte de um Presidente* — o ex-Secretário de Imprensa de Costa e Silva, jornalista Carlos Chagas, diz que no dia 29 de agosto, o Presidente “tenta assinar o nome. Não consegue”. (É bom lembrar que o livro foi lançado em 70, apreendido e só agora liberado).

Ao mesmo tempo em que se confirmam as suspeitas de que Costa e Silva não tenha assinado esses decretos, surge a certeza de que o seu Ministro da Educação não os assinou. Em declaração ao *Jornal do Brasil*, o ex-ministro Tarso Dutra — atual presidente do diretório regional da Arena no Rio Grande do Sul — foi incisivo: “Não assinei e tenho dúvidas de que o Presidente tenha assinado. Não foi ele que despachou os decretos”.

Tarso ainda acrescenta um novo dado a indicar que entre a doença de Costa e Silva e o anúncio público de que ele estava doente decorreram alguns dias. Na noite de 28 de agosto, anterior à viagem do Presidente ao Rio, Tarso recebeu um telefonema de Adroaldo Mesquita da Costa, dizendo que Costa e Silva estava muito doente e que “por caridade não fosse ao Aeroporto despedir-se dele”.

Por que o ex-ministro ocultou ao País esses fatos durante tanto tempo? Porque o secretário do Conselho de Segurança da época, general Hugo Abreu, não o teria autorizado a revelar “esses fatos de bastidores”.

Mas, ainda que tardia, a revelação de Tarso Dutra animou os professores gaúchos atingidos pelo AI-5. Logo nos dias seguintes, eles começaram a se movimentar e se reuniram para constituir dois advogados — Galeno Lacerda e Otávio Caruso da Rocha.

— Se os decretos não foram assinados pelo Presidente e pelo seu Ministro, não houve decreto, afirma o professor Emilio Mabilde Ripoll, um dos 14 professores gaúchos atingidos pelo documento apócrifo. Ripoll ocupava a cátedra de Perspectiva e Sombra na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do RS quando, alertado por alguns amigos, ligou o rádio na Hora do Brasil e ouviu o seu nome entre os aposentados pelo AI-5.

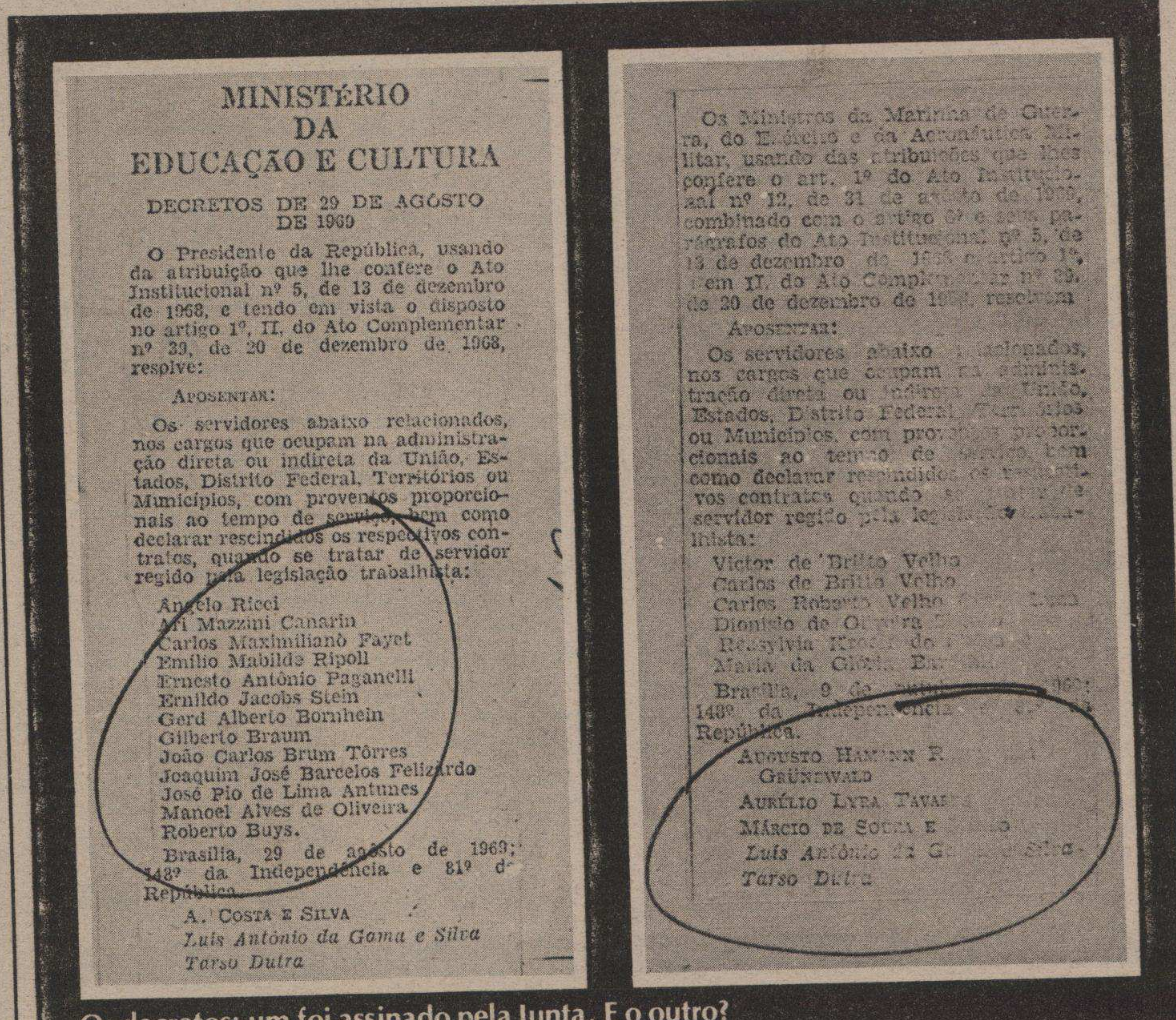
Além de Ripoll, foram desligados da UFRGS pelos controvertidos decretos de 29 de agosto de 1969 os professores Angelo Ricci (ex-diretor da Faculdade de Filosofia, já falecido), Ari Mazzini Canarim (arquiteto) Ernesto Antonio Paganelli (Filosofia), Ernildo Jacobs Stein (Filosofia);



Ripoll: “Defendo meus direitos”



Felizardo: “Foi violentíssimo”



Os decretos: um foi assinado pela Junta. E o outro?

depois de especialização na Alemanha retornou ao País e abandonou o magistério), Gerd Alberto Bornheim (ex-professor titular de Filosofia Geral; após a cassação lecionou no Instituto de Filosofia de Frankfurt, voltou ao Brasil e se dedica a escrever livros), Gilberto Braun (Filosofia), João Carlos Brum Torres (ex-assistente de Bornheim, fez mestrado em Paris e hoje trabalha no Gabinete de Assessoramento Superior da Assembléia Legislativa Gaúcha), Joaquim José Barcelos Felizardo (bacharel e licenciado em História, é autor de diversos livros e leciona em Porto Alegre e Ijuí), José Pio de Lima Antunes (Agronomia), Manoel Alves de Oliveira (Filosofia), Roberto Buys (Filosofia) e Leônidas Xausa (Política).

Entre os demais professores atingidos está Camilo Silva Montenegro Duarte (ex-professor adjunto da Universidade Federal do Pará), Francisco Assunção de Macedo (ex-professor-assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Carlos Haroldo Porto Carreira de Miranda e Hélio Marques da Silva.

A cassação desses professores não foi um fato isolado. Na verdade, observa o professor Joaquim Felizardo, “elas constituíram mais uma etapa da Inquisição instaurada dentro da Universidade depois de 1964”. Lembra ele:

— Em 1964, foi organizado um IPM, com a participação de representantes de cada faculdade. Parecia um tribunal da Inquisição. Tinha guardas armados e 30 professores sentados, para julgar seus

colegas. Me entristeci de ver muitos mestres de cabelos brancos se prestando para aquele lamentável inquérito.

Mesmo sem ser professor da Universidade (ele cursava uma cadeira isolada de Filosofia e estava ligado como aluno ao Departamento do Colégio Universitário), Felizardo precisou depor. A acusação era “ser sobrinho de Luís Carlos Prestes”. Ao que ele respondeu com irreverência: “Nesta terra em que muita gente não sabe quem são seus pais, sinto-me honrado de saber quem são meus antepassados”.

Também o professor Emilio Ripoll recorda o IPM. “Curioso que o pessoal que organizou isso, tão cioso de hierarquia, teve que colocar como representante da Arquitetura um assistente. Nenhum professor se prestou para isso. E vários foram, então, expurgados: Demétrio Ribeiro, Corona Filho...”

Convocado para depor no IPM, Ripoll não corrou perigo. Logo depois, recebeu uma carta circular informando que contra ele nada constava e que estava dispensado de comparecer. O que pesava contra Ripoll era sua “influência sobre os estudantes”, como veio a saber depois, quando o III Exército pediu a ele que evitasse manifestações hostis à presença do embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, no RS. “Deixei claro ao coronel Continentino Ribeiro que, se era aceito pelos estudantes, era exatamente porque não decidia por eles como deviam agir”. Entre esses fatos e sua cassação (quatro anos depois) Ripoll não consegue identificar um motivo po-

lítico que possa justificar a aplicação do AI-5 contra ele.

As cassações geraram uma crise de amplas conseqüências dentro da própria Universidade do RS. Enquanto alguns professores — como o atual bispo-auxiliar de Porto Alegre, Dom Antonio Cheuiche — se demitiram em sinal de protesto, elaborava-se uma carta de protesto ao reitor Eduardo Faraco.

A iniciativa partiu de professores da Filosofia, a área mais atingida pelos decretos agora contestados. Quem conta é Maria da Glória Bordini, que há poucos meses tinha assumido o cargo de auxiliar de ensino da cadeira de Teoria da Literatura, cujo titular era Angelo Ricci:

— O professor Ricci era um dos maiores cérebros da Faculdade de Filosofia. Nós o admirávamos como amigo e como fundador da Universidade. Sua aposentadoria forçada por um ato de exceção nos indignou profundamente. Ele não possuía nenhuma filiação político-ideológica contrária ao Governo. Era um liberal e lutava pela manutenção da independência da Universidade. Então elaboramos uma carta ao reitor formalizando o nosso protesto pelo acontecido a nossos titulares e exigindo que a Reitoria tomasse alguma providência ou se exonerasse do cargo.

A reação de Faraco à carta só foi descoberta por Maria da Glória muitos anos depois, em conversa com amigos de Érico Veríssimo. “Soube que o escritor — que tinha em Faraco um amigo e o médico que o salvara do primeiro enfarte — “cortara as relações com o reitor depois de saber que ele entregara o documento de protesto dos professores ao III Exército”.

Todos os professores signatários foram chamados pelo diretor-substituto da Faculdade de Filosofia e individualmente entrevistados por um representante do Ministério de Educação e Cultura (MEC) enviados especialmente de Brasília.

A pergunta era sempre a mesma: estariam dispostos a cortar o nome do manifesto? Se fosse receptivos a essa “sugestão” nada sofreriam. Caso contrário, seriam punidos por subordinação.

Cerca de 20 professores voltaram atrás. Maria da Glória Bordini e outros cinco colegas recusaram-se a fazê-lo. Após a breve inquisição, eles ainda lecionaram, normalmente, um mês. Até que o Diário Oficial da União, em sua edição de 10 de outubro de 1969, publica o decreto cassando através do AI-5 Maria da Glória e seus cinco colegas que tinham assinado a carta ao reitor Faraco: Victor de Britto Velho, Carlos de Britto Velho, Carlos Roberto Velho, Dionísio de Oliveira, Reaylyvia Kroeff de Souza, Maria da Glória Bordini.

Brasília, 9 de outubro de 1969: 1487 da Independência e 819 da República.

ABASTO HAMANN R. GRUNEWALD
AURÉLIO LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
LUIS ANTONIO DA GAMA E SILVA
Tarso Dutra

Este decreto, aparentemente, não poderá ser contestado. Foi assinado pela Junta Militar formada pelos ministros Augusto Rademaker Grunewald, Aurélio de Lyra Tavares e Márcio de Souza e Mello, levando ainda o referendo do Ministro da Justiça, Luis Antonio da Gama e Silva.

Anulável ou não, essa nova leva de cassações dentro da UFRGS contribuiu — como a anterior — para a chamada “evasão de cérebros”.

Cerceados no exercício de sua profissão no País, três dos atingidos se radicaram na França, lecionando atualmente na Universidade de Paris.

Maria da Glória — que preferiu ficar no Brasil e atualmente se dedica à área editorial na Livraria do Globo — é incisiva ao afirmar que os fatos que geraram as cassações dos primeiros professores “foi menos uma questão de política federal do que de interesses dentro da UFRGS”. E lamenta mais uma vez o fato de Angelo Ricci ter sido atingido: “Ele sempre comentava que fugira da Itália fascista para acabar sendo vítima de um ato fascista no Brasil, Pátria que escolhera. Morreu amargurado com isso”.

Joaquim Felizardo recebeu com muita amargura seu impedimento de lecionar. “A cassação me causou prejuízos irreparáveis. Essencialmente professor, só sabendo e querendo lecionar, estava impedido de fazê-lo. Foi uma coisa violentíssima”.

Atualmente lecionando no Colégio Anchieta (curso secundário) e no Pré-Vestibular Mauá, Emilio Ripoll também não se conforma com o AI-5 que os atingiu: “Eu defendo e defenderei o direito de exercer a minha cátedra, cargo vitalício que conquistei por concurso público. Espero, com a redemocratização do País, recuperá-lo”.

Angélica de Moraes

Universidade queimou os processos das cassações

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS) concluiu recentemente um levantamento preliminar sobre a demissão ou aposentadorias de professores naquela universidade. O levantamento foi feito a pedido da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, que está reunindo informações sobre as punições aplicadas a professores em todo o país, a partir de 1964.

A ADUFRGS, fundada a 17 de junho do ano passado e que reúne mais de 200 professores, já enviou suas informações para São Paulo onde está sendo preparado um simpósio nacional das Associações de Docentes. Entre as informações está a de que, depois das cassações na UFRGS, os processos foram queimados. Esta é a íntegra do ofício enviado aos professores paulistas.

"Estamos escrevendo em resposta ao pedido de dados referentes aos professores demitidos ou aposentados da UFRGS.

Infelizmente, não dispomos ainda das informações completas. Porém, pretendemos prosseguir na obtenção dos mesmos e acreditamos que até o final do ano deveremos ter um arquivo completo sobre o assunto.

Inicialmente relacionamos uma lista de nomes, incluindo a forma e o ano do afastamento. Após faremos um rápido histórico de cada episódio.

ANO 1964

- 1) Nelson de Souza — exonerado
- 2) Demétrio Ribeiro — dispensado
- 3) Cláudio Francisco Acurso — dispensado
- 4) Ápio Cláudio de Lima Antunes — dispensado
- 5) Enilda Ribeiro — aposentada
- 6) Antonio Santos Flores — aposentado
- 7) Luiz Fernando Corona — aposentado
- 8) Edgar de Albuquerque Graeff — aposentado
- 9) Luiz Carlos Pinheiro Machado — aposentado
- 10) Edvaldo Pereira de Paiva — aposentado
- 11) Hugolino de Andrade Uflacker — aposentado
- 12) Ernani Maria Fiori — aposentado
- 13) Brasil Barbosa
- 14) Ajadil de Lemos
- 15) Cibilis da Rocha Viana
- 16) Armando Temperani Pereira

ANO 1969

Primeira lista (todos aposentados)

- 17) Ângelo Ricci
- 18) Ari Mazzini Canarin
- 19) Carlos Maximiliano Fayet
- 20) Emílio Mabilde Rippol
- 21) Ernesto Antonio Paganelli

- 22) Ernildo Jacob Stein
- 23) Gerd Alberto Bornhein
- 24) João Carlos Brum Torres
- 25) Joaquim José Barcelos Felizardo
- 26) Lônidas Rangel Xausa

ANO 1969

Segunda lista (todos aposentados)

- 27) Victor Brito Velho
- 28) Gabriel Azambuja de Brito Velho
- 29) Réa Sílvia Kroeff de Souza
- 30) Maria da Glória Bordini
- 31) Dionísio de Oliveira Toledo
- 32) Carlos Roberto Velho Cirne Lima

ANO 1964

A UFRGS formou comissões de inquérito para apurar a subversão e decidir quais os professores que deveriam ser afastados. Ao que parece, houve pressões de militares para que a UFRGS adotasse esse procedimento. Segundo alguns, a UFRGS, com isso, visava satisfazer as pressões, sem contudo, expurgar nenhum professor. Segundo outros, a finalidade das comissões era mesmo a de expulsar alguns professores, uma vez que o ambiente universitário estava bastante radicalizado naquela época.

Os professores foram interrogados e tiveram oportunidade de apresentar uma defesa oral perante uma comissão central de inquérito. As comissões eram formadas por professores da UFRGS, além de um Coronel (ou General) do Exército em cada comissão.

Após a realização dos inquéritos, a UFRGS enviou o relatório final ao MEC sem apontar conclusões.

O MEC devolveu o relatório à UFRGS para que a Universidade se pronunciasse. O inquérito voltou ao MEC e, dias depois, todos os professores inquiridos foram expulsos da UFRGS, com base no artigo 7º do

Ato Institucional 1, tomando conhecimento do fato, pelos jornais.

Pelo que pudemos apurar, a UFRGS não conservou cópias dos processos, constando, inclusive, que as cópias porventura existentes, teriam sido queimadas.

A consequência para a Universidade foi a perda de vários dos melhores professores de Arquitetura, Economia, Filosofia e Agronomia.

ANO 1969 — primeira lista

Esta lista colheu a UFRGS inteiramente de surpresa. Foi um dos últimos decretos assinados por Costa e Silva, com base no Ato Institucional 5. O curso de Filosofia perdeu quase todos os seus professores, ficando praticamente extinto durante alguns anos.

Também a Arquitetura foi duramente atingida. Pelo que se conseguiu apurar, a lista saiu do MEC, mas a responsabilidade da UFRGS, no caso, estaria reduzida a um professor da Faculdade de Filosofia, ligado aos órgãos de segurança.

ANO 1969 — segunda lista

Após a divulgação da lista anterior, um grupo de professores elaborou um abaixo-assinado protestando e reivindicando a volta dos aposentados compulsoriamente.

O abaixo-assinado foi encaminhado ao reitor da UFRGS, o qual o levou ao MEC ou ao SNI. Dias depois, os signatários foram também aposentados compulsoriamente, por decreto da junta que governava o País, com base no AI-5.

Por enquanto, era isso. Posteriormente, enviaremos nova carta, a qual esperamos seja mais completa (inclusive em relação a nomes) e melhor detalhada.

Aguardando notícias, subscrevemos. Atenciosamente, professor Aron Taitelbaum — segundo vice-presidente da ADUFRGS."

O SEGUNDO PAÍS MAIOR PRODUTOR DE SOJA DO MUNDO TINHA QUE TER O MAIOR PARQUE INTEGRADO DE PROCESSAMENTO DE SOJA DA AMÉRICA LATINA, VOCÊ NÃO ACHA?



Em Esteio, Rio Grande do Sul. Aliás, desde 1929, a Samrig não pára de crescer, processando trigo e depois soja, fabricando alimentos e produtos de

qualidade insuperável para milhares e milhares de brasileiros. Com muito carinho. E responsabilidade.

SAMRIG
S A MOINHOS RIO GRANDENSES

(*) Na mesma fábrica, a soja entra, por um lado, e saem, já transformados, por outro: óleo comestível, margarinas vegetais, gorduras hidrogenadas, lecitina, farinha, farelo, proteína concentrada e proteína isolada.



As pressões da opinião pública brasileira fizeram o Governo uruguaio oferecer tratamento a Flávia. Os reflexos do caso Flávia e do seqüestro de Universindo estão gerando dificuldades inespéradas para o regime militar. É constatada nossa repulsa por Pereira, que esteve em Buenos Aires e Montevideu.

Quando Flávia caiu na clandestinidade, a família queimou todas as suas fotos. Restaram estas três: no alto à esquerda, ela, a irmã menor, Andréa, a mãe, e as outras duas irmãs, Valéria e Cláudia, a mais velha. À direita, Flávia, a mãe, uma tia e Cláudia. Ao lado, lembrança do colégio em Santa Cruz do Sul.



"Minha filha, como você envelheceu!"

A mãe de Flávia Schilling pôde ver a filha depois de quase cinco anos

— Mi madre, mi madre, mi madre...

Foram as únicas palavras que Flávia Schilling conseguiu dizer nos primeiros minutos em que reviu sua mãe, depois de quase cinco anos. Ela fora levada para uma sala do presídio feminino de Punta Rieles para receber uma visita especial, mas esperava que fosse o cônsul brasileiro em Montevideu.

Estava sentada, num canto da sala, cabeça baixa, alisando com os dedos seu uniforme de presidiária, quando Dona Ingeborg e sua filha Cláudia (a irmã mais velha de Flávia) entraram escoltadas por uma policial. Quando levantou os olhos, elas estavam a poucos metros na sua frente. Nos primeiros instantes, ficou parada, com os olhos arregalados, como se não acreditasse. Depois levantou de um pulo e agarrou-se ao pescoço da mãe, tomada por uma crise de choro que a impedia de falar.

— Como você envelheceu, minha filha, disse Dona Inge, segurando o rosto de Flávia entre as mãos.

— Você também envelheceu muito mãe, e está magra, observou Flávia.

A família havia contado os dias. Desde o dia 12 de junho de 1974, quando o pai, Paulo Schilling, e a mãe de Flávia foram expulsos do Uruguai, sem razão aparente, eles pediam permissão para ver a filha. Foram 1.663 dias.

Nesse período a família só sabia de Flávia através da irmã mais velha que mora em Montevideu e tem permissão para vê-la de 15 em 15 dias, mas com muitas restrições (ficam separadas por um balcão e uma tela, custodiadas por um policial, e só

podem falar de algumas questões familiares).

Agora, Ingeborg Schilling recebeu permissão para fazer duas visitas de uma hora à filha. A primeira na sexta-feira, dia 26 de janeiro e a outro no dia seguinte, sábado. Sua grande preocupação era com a saúde de Flávia, há um mês submetida a uma obscura operação no útero. Pôde constatar, então que ela se recupera bem, embora esteja excessivamente magra, "com as perninhas finas, muito compridas". Sua mãe calcula que esteja com menos de 50 quilos, o que é muito pouco peso para a sua altura, 1,67 m.

Fisicamente, ainda chama a atenção a enorme cicatriz no pescoço, consequência do tiro que levou ao ser presa em 1972. A voz, porém, que Flávia temia perder (a bala atingiu as cordas vocais) está boa. O mais preocupante agora, é o seu estado psicológico. Sua mãe a achou um pouco confusa, fato que atribui aos longos anos de isolamento, em que os únicos contatos era com as companheiras de cela ou com os carcereiros, sem qualquer notícia do mundo exterior.

Aliás, a informação de que no Brasil há uma campanha pela sua libertação a emocionou muito. Ela não sabia de nada. Sua mãe lhe disse que talvez ela saia logo, que deve acostumar-se à idéia. "Eu sempre tive isso na cabeça, mas tenho medo de acreditar. Tenho medo de me iludir e continuar aqui mais seis anos", disse Flávia.

Numa de suas primeiras cartas à família, Flávia fala que temia, quando soubesse, não saber mais conversar com as irmãs menores, que eram garotas quando ela foi presa. Agora, com Dona Ingeborg, ela comentou que teme ter dificuldades até mesmo para atravessar uma rua.

— Eu fiquei maravilhada quando me disseram que ia dar uma entrevista a jornalistas uruguaio (no fim do ano passado). Fiquei emocionada, mas a experiência melhor foi sair às ruas, ver gente andando pelas calçadas. Olhei para cada uma daquelas pessoas e pensei: será que vou

saber atravessar as ruas, com todo esse movimento?

Depois da operação que sofreu, Flávia foi transferida do Pavilhão Central para as barracas, onde as condições são bem melhores:

— A vida melhorou muito para mim. Estou agora nas barracas, que têm melhor ventilação, temos maior liberdade, podemos ouvir música e sair ao pátio, e não temos trabalhos forçados, disse Flávia. As barracas são casas de alvenaria de um só piso e onde ficam as presas que estão por entrar em liberdade. Isto confirma a convicção da família de que breve Flávia pode ser colocada em liberdade.

A transferência de Flávia, na verdade, não é apenas um sinal de sua possível libertação. Ela ocorreu num momento em que a imprensa brasileira denunciava com ênfase as más condições carcerárias do Uruguai e, também, o número de presos políticos do país (só em Punta Rieles são 530 mulheres, 400 das quais no terrível Pavilhão Central, onde as condições são péssimas).

A visita à filha custou a Dona Inge, quatro dias de incrível tensão, devido à severa vigilância da polícia. Na quinta à noite, quando subiu no navio *Cidade do Paraná* que a levaria a Montevideu, teve seus documentos retidos no setor de migração. Pela manhã, assim que o navio enconstrou no cais de Montevideu, foi abordada por policiais que vieram recebê-la. A partir daí, não pôde mais se separar deles durante às 80 horas em que permaneceu na cidade. Até mesmo quando foi à praia com Cláudia e a filha menor, Andréa, foi acompanhada por um casal de policiais que, prevenidos, também estavam com trajes de banho e toalhas e que deitaram-se na areia, próximo a elas.

"Foi uma coisa horrível", diz Inge. Para qualquer lugar que queria ir, deveria entrar num dos volks colocados a sua "disposição". No sábado à tarde, procurando livrar-se dos policiais, Inge e as duas filhas inventaram um passeio no Centro. Tudo em vão. Uma policial acompanhou-as o tempo todo, caminhando pelas calçadas e até vitrines olhou. "Era inacreditável. Nós três caminhando e conversando e ela andando ao nosso lado, impassível". Quando ficavam em casa, o carro era estacionado na frente do edifício onde mora Cláudia, a filha que reside em Montevideu.

A libertação de Flávia, ao que tudo indica depende, nesta altura, da posição que o Governo brasileiro está disposto a assumir. Pessoas influentes em Montevideu e que, mesmo sem o poder político continuam muito bem informadas, afirmam que há meses, no uma verdadeira preocupação entre certos quadros de oficiais ante a perspectiva de o país perder o apoio do Governo brasileiro.

Quando for colocada em liberdade, Flávia Schilling deve vir para Porto Alegre. Sua família está bastante preocupada com ela e pensa colocá-la imediatamente em tratamento médico, além do evidente repouso. Toda a família deve viajar à capital gaúcha para ficar com ela algum tempo, com exceção de Paulo, exilado político e ainda impedido de voltar ao Brasil. Ele só verá a filha mais tarde.



Um flagrante raro de Punta Rieles, onde as fotos são tomadas sob a mira de metralhadoras

Oficialmente, o Brasil nada

— Negociações? Não sei de nada, o consulado não está participando de nada. Não foi orientado nesse sentido.

— Mas é possível que Flávia seja libertada em breve?

— Não sei de nada. Não ouvi nada das autoridades. Qualquer coisa nesse sentido é pura especulação, é pura conjectura. As afirmações são do cônsul geral do Brasil em Montevideu, Agenor Soares dos Santos, a respeito das atuais negociações entre Brasil e Uruguai para libertar Flávia Schilling. Cultivando o hábito de falar pouco, Agenor Soares dos Santos não quer ser claro que não existe nada de concreto, a não ser a posição já manifestada publicamente pelo chanceler Américo de Oliveira de interessar-se pelo caso. (Azeredo fez as primeiras declarações nesse sentido na Reunião da Base em Prata, em Montevideu, em dezembro). Uma intervenção direta do Governo brasileiro, porém, se existe "é a nível de um escalão superior, aqui através de nós, nada".

A libertação de Flávia Schilling, assim, fica na dependência dos resultados de pressões indiretas, como a pressão através da opinião pública brasileira e a perspectiva de que, no futuro, o Brasil se veja obrigado a tomar medidas mais drásticas com relação ao Uruguai, o que o regime de Prata não deseja.

Seja como for, circula em Montevideu a informação de que o Governo uruguaio já determinou à Justiça o revolvimento do processo que condenou Flávia a dez anos de prisão, com um mínimo de dois e um máximo de cinco como medida de segurança. A confirmar-se essa informação, Flávia poderia mesmo ser libertada em breve, pois todo o processo prende-se a um único detalhe: as "medidas de segurança" a que foi condenada após a pena.

Não fosse isto, ela já poderia ter se valido de um privilégio legal que concede aos prisioneiros políticos o privilégio de gozar de liberdade condicional uma vez cumprida metade da pena. Isto só não é válido para Flávia porque ela não recebeu "medidas de segurança". Assim, a revisão do processo pode resumir-se a eliminar as medidas de segurança e, neste caso, Flávia poderia ser imediatamente libertada do país, por ser estrangeira. Ela foi condenada a dez anos e já cumpriu mais de seis.

TE QUANDO?

opinião pública
am o
uaio melhorar o
lávía Schilling.
caso
üestro de Lilian
estão criando
esperadas para o
É o que
repórter Tomás
teve em
Montevidéu.



Para chegar à prisão os familiares têm que percorrer 2 km a pé



são terminantemente proibidas. No canto à direita, aparecem três presas trabalhando,

Divisão pode abalar o regime

Prisões de jovens oficiais, intensificação da luta pelo poder, os sintomas da cisão

O seqüestro de Lilian Celiberti e Universino Diaz, em Porto Alegre, e o caso Flávia Schilling estão tendo reflexos muito mais profundos do que se possa imaginar na estrutura do regime militar uruguaio. O que de início pareceu não passar de um susto, vai aos poucos se transformando num multiplicador de problemas e gerando discordâncias graves no interior dos quartéis.

Logo após a divulgação do comunicado 1.400, em fins de novembro, quando pela primeira vez o Governo uruguaio admitiu ter Lilian Celiberti e Universino Diaz em seu poder — as crianças foram entregues aos avós, em Montevidéu — o Serviço de Inteligência da Argentina advertiu seus colegas uruguaio: estava cometido o primeiro erro, que poderia resultar na queda de muitas cabeças na estrutura policial e militar. O que pretendiam as polícias dos dois países, que nos últimos anos trabalham como se fossem uma só, aparentemente, era que o Uruguai jamais admitisse ter os dois em seu poder.

Pessoas muito bem informadas em Montevidéu garantem que o ambiente é de verdadeira preocupação em alguns setores militares uruguaio e que, pela primeira vez desde 1973, há inquietação nos quartéis. O Uruguai já perdeu o apoio financeiro e militar dos Estados Unidos e o regime hoje está umbilicalmente dependente do apoio brasileiro. Se este faltar, pode ser o fim ou, pelo menos, estarão criadas as condições iniciais que farão desabar o regime.

Este descontentamento nos quartéis, evidentemente, não se resume apenas a questões como o seqüestro dos uruguaio em Porto Alegre. Na verdade, a política econômica e os ganhos de certas altas autoridades do país também preocupam os setores moderados. No último trimestre do ano passado, um grupo de jovens oficiais do Exército entregou um documento confidencial a seus superiores pedindo informações sobre gastos militares do Uruguai e se isto não estaria sendo um custo social

demasiado ao país. No documento, ponderavam os jovens oficiais que já derrotado o terrorismo e tendo voltado a calma política "não seria o caso de cada um retomar novamente suas funções normais?" A resposta dos generais foi uma drástica punição a todos os signatários do documento, incluindo a prisão.

São estas reações violentas, na verdade, que vão semeando o descontentamento entre os mais moderados. Enquanto isso, os grupos dirigentes começam a se enfrentar pelo poder ante a observação desconfiada da oficialidade. Dia primeiro de fevereiro, o até então todo-poderoso homem do regime, tenente-general Gregório Alvarez, passou o comando do Exército ao tenente-general Luis Vicente Queirolo. Alvarez passa à reserva, mas guarda a disposição de continuar sendo o homem que dá as cartas, mesmo que sem um cargo definido. Assim, antes de deixar o comando do Exército, ele nomeou quatro novos generais de sua confiança observando-se que de todos apenas um exercia comando de tropa, e assim mesmo policial: os coronéis Yamandu Trinidad, que era presidente da Comissão Nacional de Educação Física; Julio C. Bonelli, chefe da polícia de Montevidéu; Pedro Aranco, diretor Nacional de Transportes; e José Maria Siqueira, vice-presidente do Banco de la República. Todos estes ganharam a patente de general dia primeiro de fevereiro, juntamente com 20 novos coronéis, evidentemente também nomeados de acordo com as preferências de Gregório Alvarez.

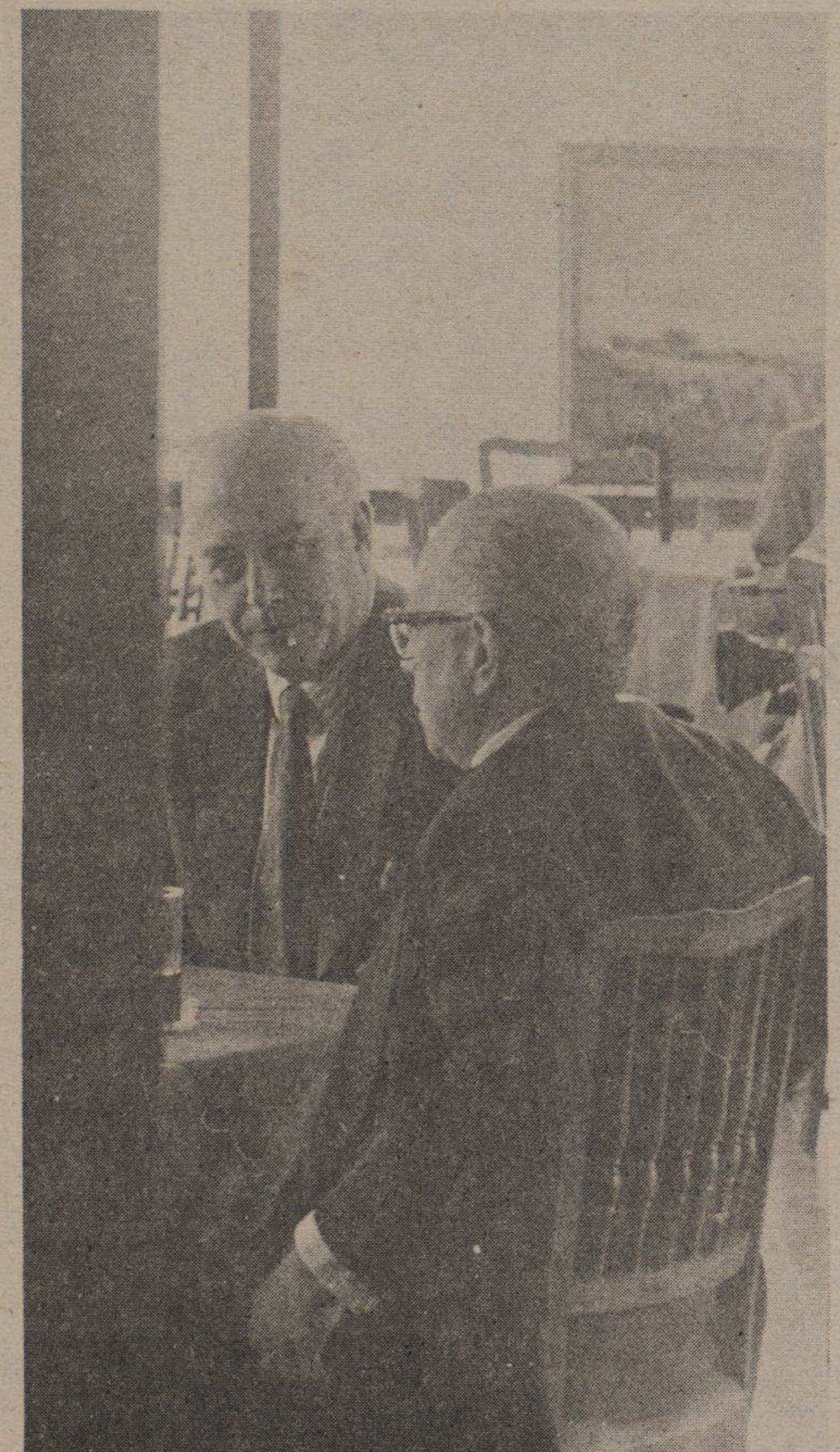
O quadro, dessa forma, fica um pouco confuso, pois é difícil prever o comportamento em bloco desses quatro novos generais e 20 coronéis. É certo, porém, que tudo é uma manobra de Alvarez em sua intenção de ser o próximo Presidente da República.

O seqüestro dos uruguaio em Porto Alegre e sua conseqüente repercussão, dessa forma, entram aí complicando os planos em andamento. Por exemplo: a economia deve ser uma filha bem comportada. Por isso causou apreensão entre estes senhores as notícias de que o Brasil começou a negociar a importação de carne da Austrália, o que poderia significar para o Uruguai a perda do mercado cativo do Brasil, em franca expansão. O Governo de Montevidéu, assim, parece estar disposto a muitos concessões a seus irmãos brasileiros, evidentemente em troca de mais apoio.

da fez

ado não está
entido.
em breve?
autoridades e
o, é palpíte.
asil em Mon-
s anunciadas
bertar Flávia
Agenor deixa
ser a dispo-
lar Azeredo
redo fez as
da Bacia do
interferência
é a nível de

a na depen-
como as exer-
perspectiva
mar medidas
o regime do



O ministro Azeredo da Silveira (de costas), com o chanceler uruguaio, Folle Martinez, em Montevidéu: Ele pediu por Flávia?

Querida família:

"As cartas de Flávia Schilling constituem o depoimento comovedor de um ser humano que fez uma opção política clara e a ela se dedicou com todas as suas forças"

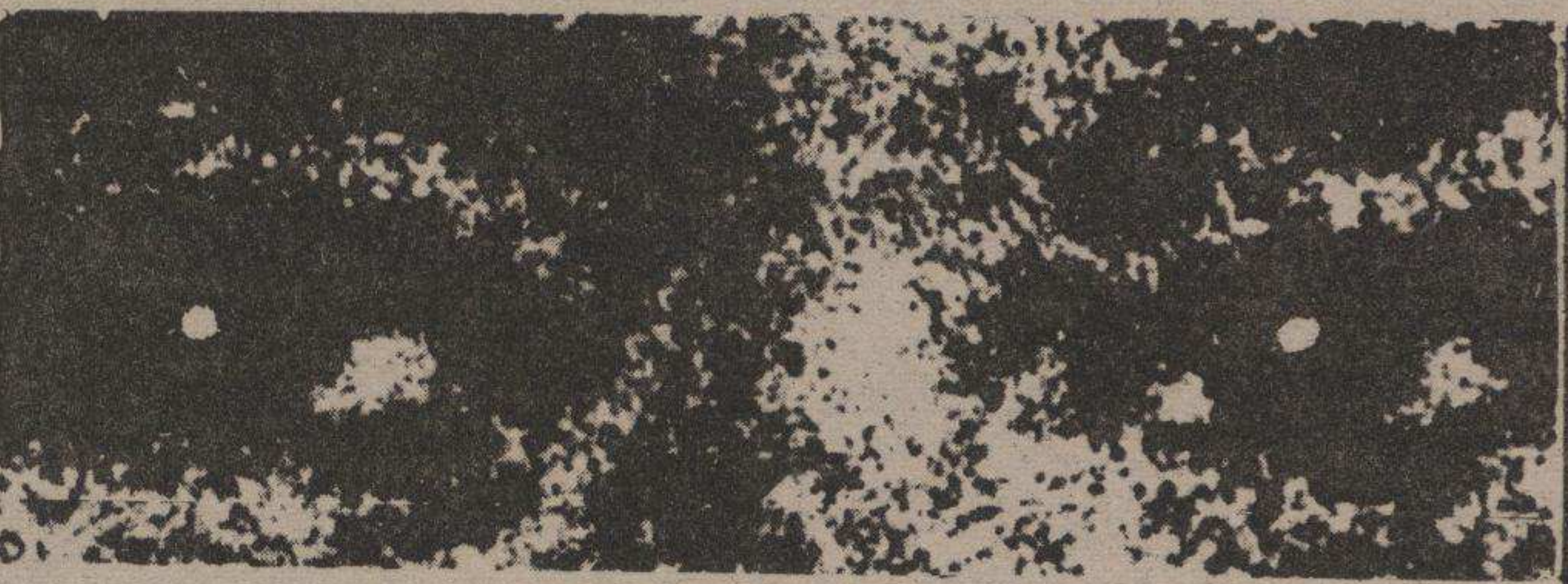
VEJA

"Com incrível lucidez, Flávia relata momentos vividos no presídio e analisa situações dramáticas, como a relação torturado-torturador".

ISTO É

"Flávia lembra Anne Frank, assassinada pelo nazismo no campo de Bergen-Belsen, em 1945. A diferença é que Flávia está viva, apesar de já ter passado por toda a sorte de violências e torturas"

FOLHA DA MANHÃ



"É um dramático documento de uma jovem que não se deixou sucumbir pelos momentos terríveis de violência que caíram sobre si de um momento para outro"

ZERO HORA

"É um documento estupendo de humanidade, e, simultaneamente, possibilidade de uma profunda reflexão a respeito da liberdade e da prisão, da força que o ser humano encontra em seu próprio interior para vencer e ultrapassar as dificuldades externas"

CORREIO DO POVO

"Mais do que uma expressiva forma de comunicação de uma moça de 19 anos com sua 'querida família', as cartas revelam o extraordinário vigor de caráter de uma brasileira condenada no Uruguai por envolvimento com os tupamaros"

JORNAL DO BRASIL

Faça seu pedido pelo reembolso postal, preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojornal

Solicito exemplar(es) do livro "Querida Família:", ao preço de Cr\$ 70,00 cada. Rua Comendador Coruja, 372 90.000 — Porto Alegre — RS

Nome: _____

Rua: _____ Bairro: _____

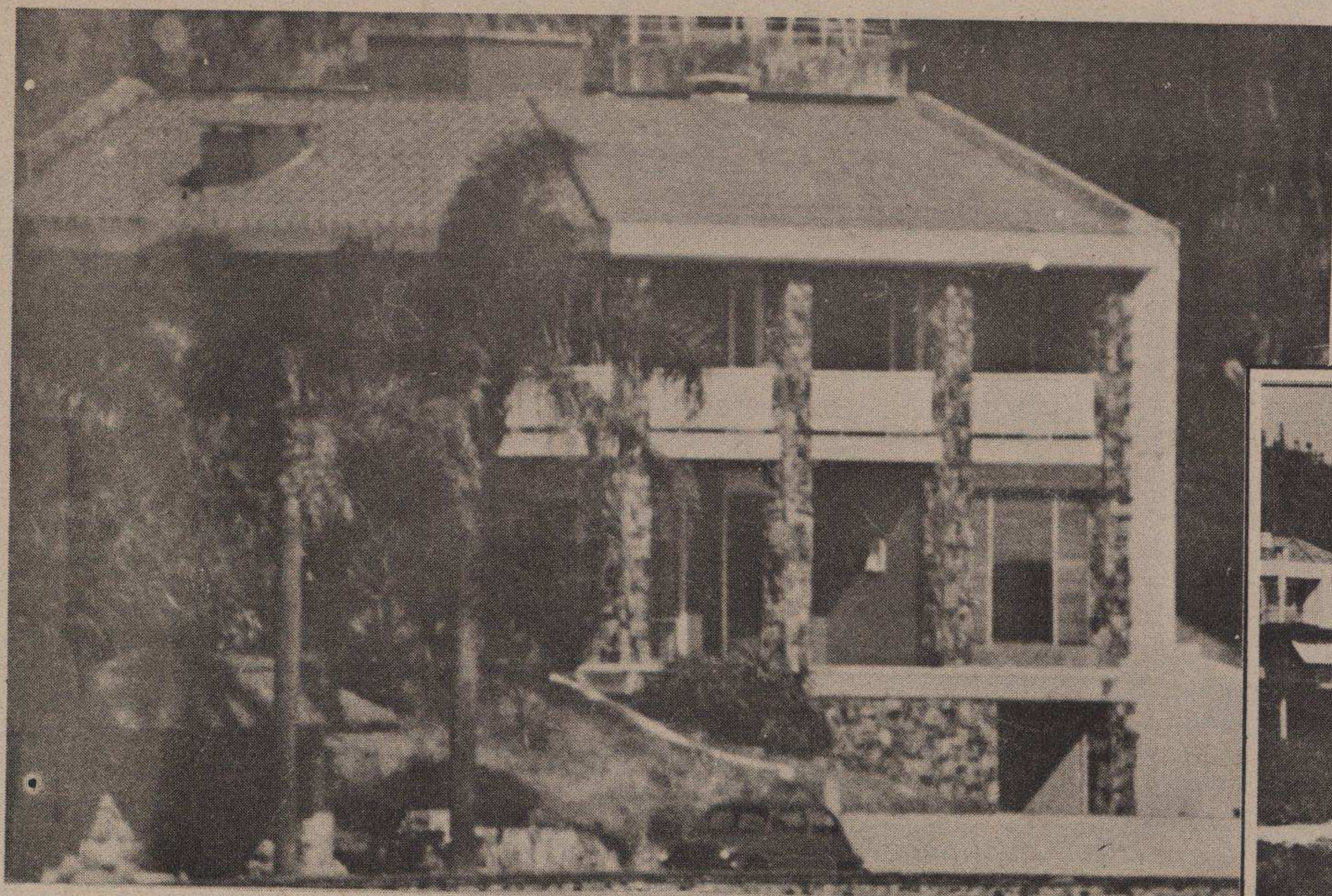
Cidade: _____

CEP _____ Estado _____

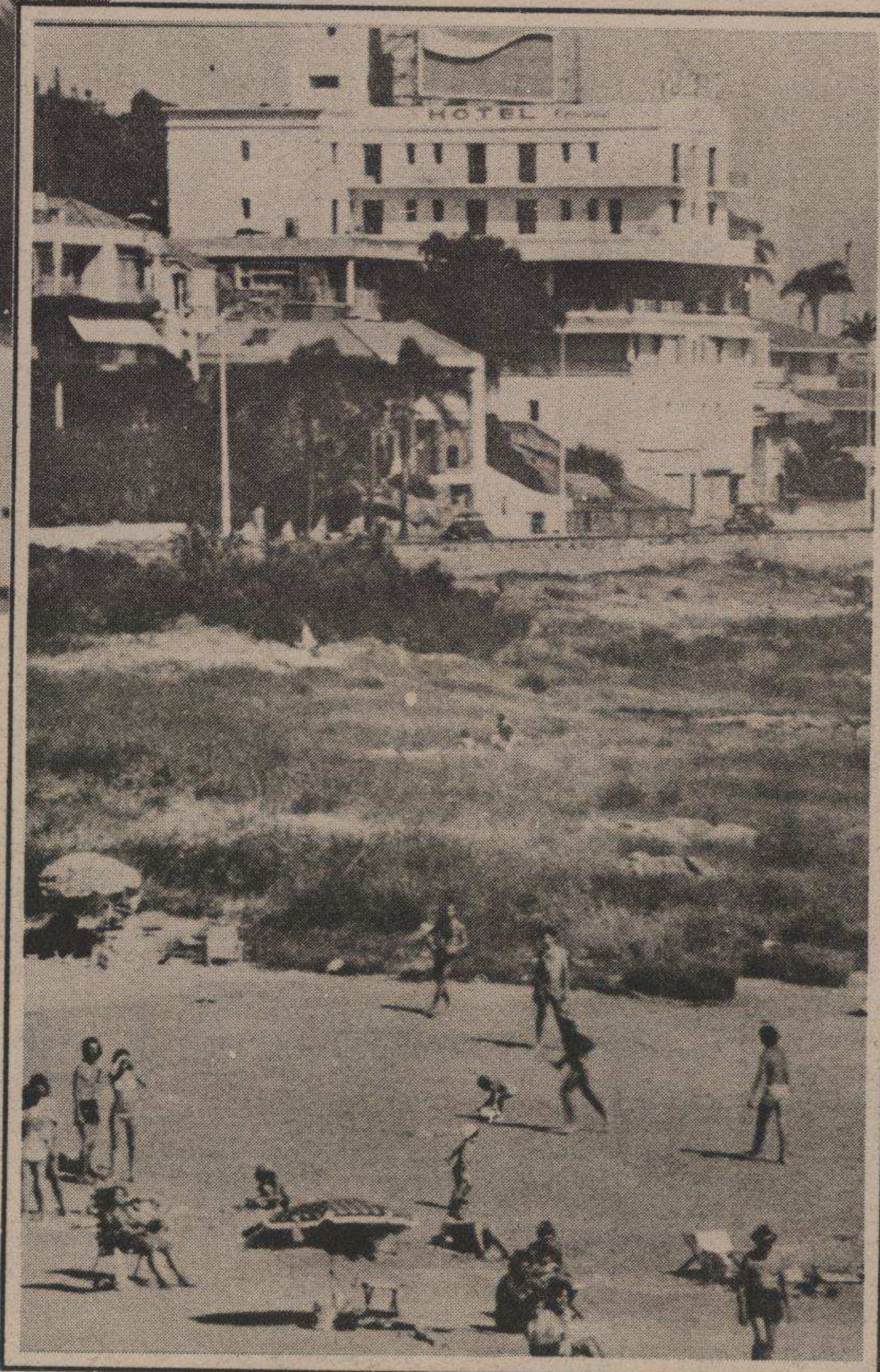
Assinatura _____

Não mande dinheiro. Só pague ao receber o livro.

cooJORNAL



Estas duas fotos mostram a casa em que refugiados uruguaios dizem que estão Lilian e Universindo. Um jornalista gaúcho reconheceu-a: ele esteve 10 dias lá



“Estive preso na casa onde estão Lilian e Universindo”

Jornalista gaúcho reconheceu pelas fotos. É a casa onde ele foi preso e torturado

Nelson Rolim de Moura, jornalista de 27 anos, é outro brasileiro que testemunhou e sofreu a violência dos órgãos de segurança uruguaios. Em 1975 foi preso em Colônia quando de volta da Argentina se dirigia a Porto Alegre. Durante 15 dias foi interrogado e torturado para confessar nomes e ligações com organizações clandestinas. De nada adiantou ele insistir que suas ligações políticas eram com o setor jovem do MDB, em Porto Alegre.

Nelson vive hoje em Florianópolis e rompeu um silêncio de três anos — seguindo recomendações de não falar à imprensa sob pena de represálias — para denunciar que a casa em que estão presos Lilian Celiberti e Universindo Dias, os uruguaios seqüestrados no Brasil, é a mesma onde ele esteve detido e torturado durante 10 dias em 1975. Rolim reconheceu a casa pelas fotografias distribuídas pela organização Partido Pela Vitória do Povo e publicada em alguns jornais brasileiros.

Segundo Rolim, esta casa — situada no bairro residencial de Punta Gorda, na Rambla Costanera — “é um aparelho policial internacional” onde os órgãos repressivos de vários países trabalham em conjunto. O jornalista gaúcho comprova também o intercâmbio entre a polícia gaúcha e uruguia: objetos pessoais e textos manuscritos apreendidos pelas autoridades uruguaias, lhe foram apresentados pela Polícia Federal.

Líder estudantil, ao tempo de universitário no Rio Grande do Sul, Nelson Rolim viveu na Argentina em 1974 para escapar à repressão política. Retornou ao Brasil em novembro de 1974 e filiou-se ao setor jovem do MDB, de Porto Alegre. Um ano mais tarde voltou para a Argentina para visitar amigos e buscar livros, documentos e manuscritos que lá deixara. Acompanhou nesta viagem Elizabeth Karan Correa Magalhães que hoje vive em Paris.

A história de Nelson começa no dia 30 de novembro ao desembarcar do aliscafo que liga Buenos Aires a Montevidéu através do Rio da Prata. A estação do aliscafo fica em Colônia (há 100 km de Montevidéu) e lá Nelson e Elizabeth tomariam

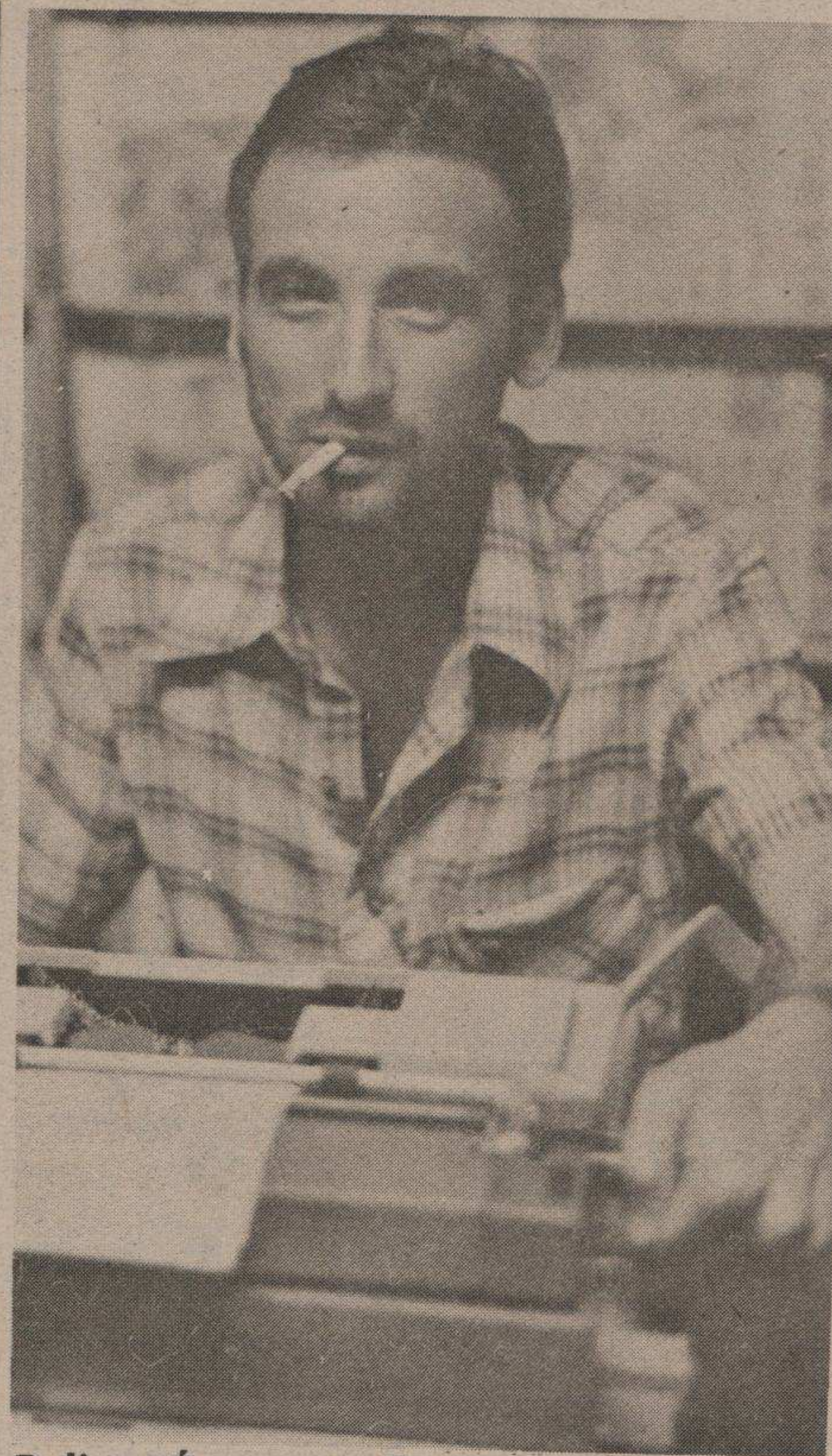
um ônibus para seguir a viagem a Porto Alegre. O depoimento de Nelson:

“Próximo ao meio-dia, chegamos em Colônia. No posto alfandegário nos deparamos com uma rigorosa inspeção de bagagens por parte das autoridades uruguaias. Confiante de que o material que trazia não seria motivo para qualquer represália, por parte dos policiais uruguaios, tranqüilamente ingressamos na fila aguardando nossa vez. Os policiais abriram a mala na qual levava meus pertences e em seguida perguntaram a quem pertenciam aqueles livros. Imediatamente identifiquei-me, assim como minha companheira de viagem. Entre os livros adquiridos em livrarias de Buenos Aires, estavam autores como Trotsky, Eduardo Galeano, Marx, Ivan Illich, Paulo Freire e revistas e documentos, além de discos de Mercedes Sosa, Violeta Parra e Beatles. Não houve um momento de vacilação da parte dos agentes que convidaram-me a acompanhá-los até um posto da Guarda Naval uruguia. Recolheram-me a uma minúscula cela, enquanto Elizabeth aguardava no saguão da guarda.

Um tenente da Marinha uruguia e, suponho, um aspirante ou algo parecido, foram meus primeiros interrogadores. Tiraram toda a minha roupa para uma detalhada revista sob os olhares atentos de soldados munidos de cassetetes. O tenente passou logo a acusar-me de comunista, subversivo e a ofender-me. Eu reivindicava a presença do cônsul brasileiro, o que, evidentemente, foi negado. O oficial queria que eu confessasse que pertencia a organizações clandestinas. Eu afirmava que era filiado ao MDB.

Os interrogatórios sucederam-se durante toda a tarde do dia 30 de novembro de 1975. De Elizabeth eu não sabia nada, nem ao menos onde se encontrava. Por volta das 22h fui retirado da cela e deparei com quase uma dezena de soldados armados de metralhadoras e com uniformes de batalha. Disseram que iriam fuzilar-me. A princípio, mantive-me calmo pensando que iriam tentar intimidar-me e, talvez, fosse liberado em seguida. Errei em minhas previsões, porque neste momento se iniciaria uma série interminável de interrogatórios que duraria 15 dias.

Fui levado a um quartel da Marinha, localizado em Colônia, onde fiquei preso numa cela de péssimas condições. Evidentemente não pude dormir. Durante a tarde, dia 1º de dezembro, um soldado foi escalado para me insultar e acusar-me de tupamaro, dizendo: “Vou matar a todos vocês”. À noite, não posso precisar a hora,



Rolim: “É um aparelho internacional”

fui conduzido para uma camioneta custodiada por uma equipe chefiada pelo tenente que me interrogou. Ele apresentou-me um depoimento que, segundo ele, eu havia prestado, para que assinasse. Neguei-me a assiná-lo. O tenente atingiu-me com um soco e disse que assinaria ou voltaria a ser interrogado com outros métodos. Não tinha outro recurso senão assinar. Na camioneta estava Elizabeth, muito abatida pelo que poderia nos esperar na próxima parada.

No trajeto para Montevidéu não podia sequer movimentar-me, pois uma metralhadora apontava para o meu rosto. No entanto, numa parada do caminho, tive oportunidade de conversar alguns segundos com Elizabeth e disse: “Beth, fala a verdade para que não entremos em contradições. Acho que passaremos por maus momentos”. E foi só.

Na madrugada do dia 2 de dezembro chegamos a Montevidéu. Fui recolhido para o subsolo do imenso prédio do quartel-prisão da Marinha onde teriam, talvez, mais de uma centena de celas. Pelo corredor onde me encontrava durante a

madrugada um agente cruzava de 10 em 10 minutos conduzindo jovens de não mais de 18 anos, vendados, para interrogatórios nos andares superiores. O inferno durou toda a noite.

Por volta de 17h levaram-me ao primeiro andar. Conduziram-me a uma sala onde pude ler Serviço de Inteligência. Um oficial me interrogou desinteressado. Pedi para que minha família fosse avisada, mas de nada adiantou. Ele disse: “Agora vou te encapuzar e amarrar tuas mãos para tua própria segurança e, para que não te machuques”. Em seguida me disse que eu seria conduzido para um local onde existiam pessoas vinculadas aos organismos policiais brasileiros. Senti que o pior estava por vir.

Ao ser conduzido para uma viatura, não sem antes ficar de pé por algumas horas, percebi pela abertura inferior do capuz que Elizabeth estava próxima. Ao chegar ao que denominei de quartel, pude perceber através do capuz que nem todos usavam fardas militares. Novamente fui levado a uma viatura com sirenes abertas para um local ignorado.

Viajamos por alguns minutos, e chegamos a um local. Escutei o ruído de uma cortina de ferro sendo levantada, e, em seguida, fechada as minhas costas. Subi um lance de degraus e depois outro, sempre conduzido por agentes. Senti que estava num aparelho policial clandestino e escutava um rádio transmissor orientando operações militares.

Um guarda me levou para um interrogatório agredindo-me constantemente. O interrogador, um major uruguio como depois descobri, exigiu que eu falasse espanhol e acusou-me de pertencer a uma organização internacional que reunia o MIR (chileno), TupamaroseFRP (Argentino). Neguei e reafirmei a minha filiação ao MDB. “Quais foram as pessoas que fizeram treinamentos em Cuba?” “Para quem ias deixar o material subversivo em Montevidéu?” E as perguntas absurdas prosseguiram insistentes. Percebi que seria muito difícil livrar-me daqueles interrogatórios, verdadeiras ameaças, pois não possuía respostas e eles exigiam que eu confessasse. Passado algum tempo, o oficial me disse que eu seria colocado num caixão e transportado num avião da Força Aérea Brasileira para o Brasil, pois, segundo ele, “lá tem gente que quer a tua cabeça”. Ao encerrar o interrogatório, ele me disse que seria bom que eu confessasse a verdade, pois iria manter um contato com policiais brasileiros e retornaria em seguida.

Passei mais uma noite sem comer. Tentava descobrir onde estaria seqüestrado. Percebi que era uma residência porque ouvia pessoas conversando na rua e inclusive uma festa de jovens. Aos poucos fui me encorajando a levantar a venda que cobria os meus olhos e percebi que realmente estava em uma residência, mas toda forrada com isopor para que os ruídos não saíssem à rua. Nas paredes do quarto em que me encontrava, havia quadros, espécies de organogramas que continham a forma de organização dos Tupamaros, do ERP argentino e do MIR chileno, inclusive com os nomes dos militantes. Suponho que à medida que iam prendendo pessoas, completavam aqueles quadros. Também havia uma cartolina com os nomes de pessoas que teriam viajado a Cuba. Isso era o suficiente para entender que me encontrava num local onde funcionava um aparelho policial internacional. Um torturador revelou-me que muitas pessoas importantes haviam estado ali, inclusive uma jovem brasileira. Não recorro claramente os apontamentos desses quadros porque fiz um esforço para não gravá-los com medo de, num interrogatório, para livrar-me de torturas, ter que repetir os nomes que havia lido.

Como estava com a venda nos olhos não podia controlar o tempo, e perdi a conta dos dias. Em determinada oportunidade, percebi que enchiam uma banheira. Pensei que seria interrogado e afogado para confessar.

Mais tarde houve uma grande movimentação na casa. Levantaram a cortina de ferro e subiram aos gritos com um prisioneiro. Era um uruguio seqüestrado na Argentina, como pude perceber durante os interrogatórios. Os policiais perguntavam, sob pancadas, a respeito de pessoas que viviam na Argentina. O rapaz resistiu o que pode, mas durante uma sessão de afogamento acabou confessando. O major retirou-se dizendo que pela manhã retornaria trazendo os companheiros da Argentina.

PRODUZIDO NA ZONA FRANCA DE MANAUS



Processo MF n.º 1080-12.902/78. Certificado de Autorização n.º 01/616

Honda CG125 em **24 meses** **sem entrada.**

— Crédito pra já, sem complicação — Você faz o seu próprio plano de pagamento
— Se você preferir, sua moto usada vale como entrada

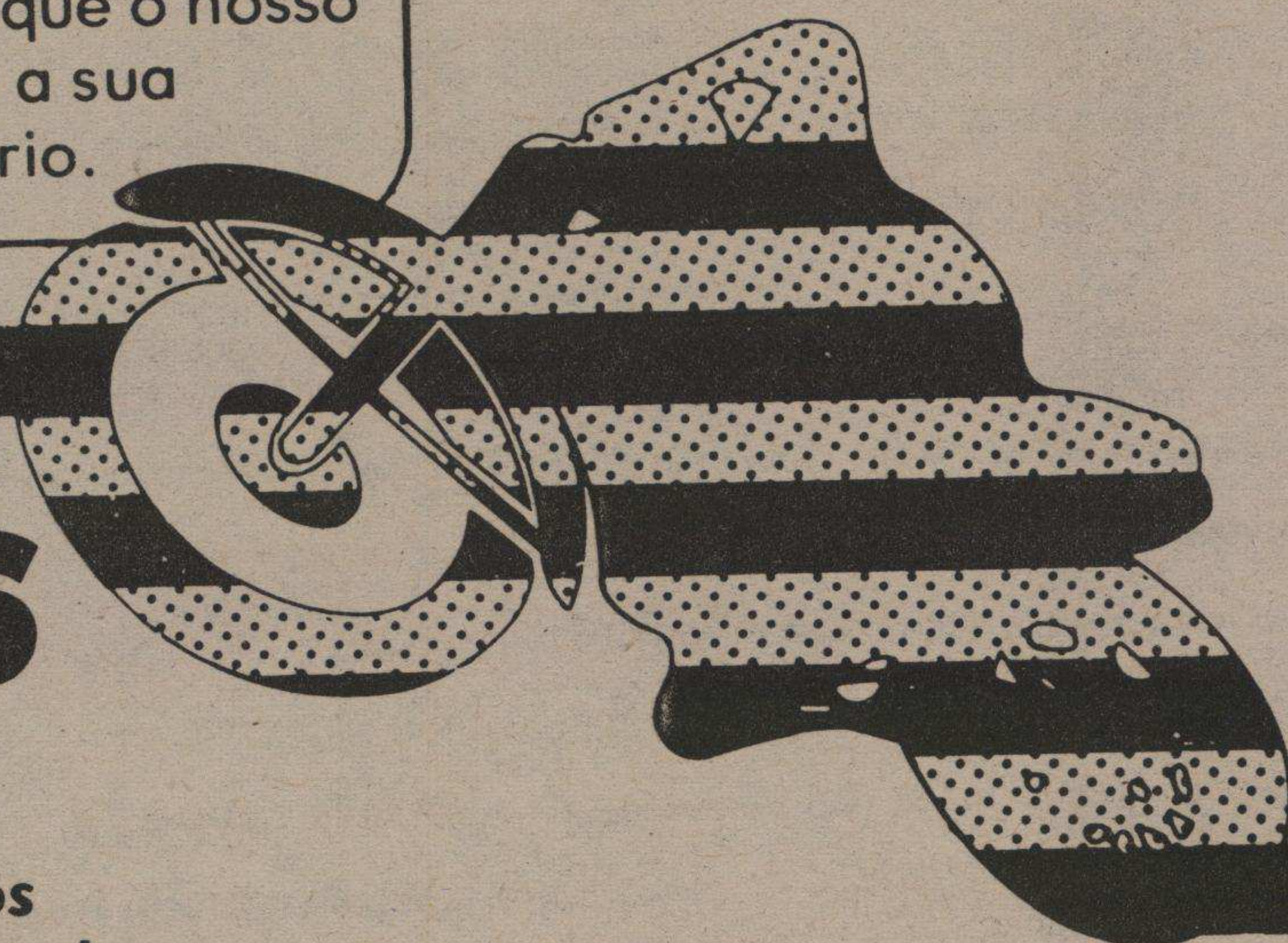
Na compra de sua moto ou acessório, você ganha cautelas para concorrer a 5 Honda CG 125 da GaúchaCross. A próxima corre agora, dia 6 de março.

Se você não tem tempo de ir até a GaúchaCross, ligue para o 31-3333 que o nosso pessoal vai até a sua casa ou escritório.

GaúchaCross

Mais uma abertura da GaúchaCar
Protásio Alves, 4.194 - Fones: 31-3333 e 31-1277
Aberta 24 horas também aos sábados, domingos e feriados
Tramandaí: Av. Emancipação, ao lado do Supermercado Real

Revendedor Autorizado
HONDA



Durante o tempo em que estive na casa, fui retirado dela uma vez para ser interrogado num quartel e posso afirmar que possuía uma parte térrea e dois pisos acima. Estava no último andar da residência. Na primeira janela do lado esquerdo da foto divulgada pelo Jornal Movimento como sendo o lugar onde se encontram Lilian Celiberti e Universindo Diaz, seqüestrados em Porto Alegre.

Transportaram-nos amarrados com fios de luz para Rivera, cidade fronteiriça com o Brasil. Em seguida fui conduzido a Livramento, cidade brasileira, onde o coronel manteve uma conversa com o comandante de um quartel brasileiro.

Retornamos a Rivera onde fomos colocados num caminhão frigorífico pertencente ao Exército uruguaio. Num determinado dia fui conduzido à presença de um agente da Polícia Federal brasileira, que, por ironia tem o meu sobrenome, Rolim. Pedi para que ele me retirasse daquele inferno, pois queria escapar das mãos dos uruguaios. Ele foi claro: "Teu problema é com as autoridades uruguaias e nada posso resolver". Assim mesmo este agente me informou que no Brasil havia uma grande movimentação para nossa libertação.

Desesperado, fui metido num carro que iria me conduzir mais uma vez a Montevideu. Angustiado, percebi que nem o Exército Brasileiro, nem tampouco a Polícia Federal quiseram me recolher. Durante toda a viagem pensei que seria assassinado e dado como desaparecido. Para minha surpresa, retornei à mansão.

Desta vez, eu e Beth permanecemos no primeiro piso. Os torturadores retiraram-nos a venda e pudemos observar o interior da casa.

Outro dia fui transportado para o andar superior. As janelas da sala que fiquei são idênticas às da fotografia divulgada. Percebi palmeiras na frente da casa e podia escutar o mar. Não tenho a menor dúvida de que é a mansão onde se encontram Lilian e Universindo. Posso descrever parte do interior da residência e tudo confere com a foto divulgada.

E se alguém negar que este foi o lugar onde fui submetido a torturas físicas e psicológicas, que digam então em que residência estive seqüestrado durante 10 dos 15 em que fiquei detido em Montevideu.

Num determinado dia fui conduzido juntamente com Beth para o Aeroporto de Carrasco, onde não passei por nenhum controle, indo diretamente para um saguão de espera, isolado dos outros passageiros.

Ao chegar a Porto Alegre fui recebido por agentes da Polícia Federal que me informaram que na manhã seguinte teria que prestar um depoimento rotineiro nas dependências da Polícia Federal. No saguão do Aeroporto Salgado Filho inúmeros companheiros do setor jovem do MDB, familiares, amigos e jornalistas aguardavam-me e neste instante percebi que devia o meu retorno ao Brasil a sua ampla solidariedade.

No outro dia, fui interrogado pelo delegado Edgar Fuques. Nos interrogatórios a que fui submetido na Polícia Federal foram usados materiais de minha propriedade que haviam sido apreendidos pelos agentes uruguaios em Colonia. Suponho que, em vista disso, a polícia brasileira tenha estreitas ligações com os setores de polícia repressiva do Uruguai. O delegado Fuques, neste interrogatório, apresentou-me materiais manuscritos a mim pertencentes.

Militares montam o paraíso financeiro

Plano para salvar a economia: atrair para o Uruguai o dinheiro de qualquer origem

O novo sonho dos militares uruguaios é transformar seu país numa grande praça financeira. Para isso, exatamente 16 processos para a instalação de novas casas bancárias, quase todas de capitais estrangeiros, estão circulando neste momento no Ministério da Fazenda, enquanto algumas já autorizadas começam a abrir suas agências.

De acordo com o plano, elaborado por economistas ligados ao Governo e a grupos financeiros que dominam o Uruguai, Montevideu pode transformar-se num dos maiores centros financeiros da América Latina. Para atrair o capital internacional, os economistas uruguaios contam com dois fatores: primeiro, a excelente liquidez (quantidade de dinheiro) internacional do momento e, segundo, a liberalidade com que esses capitais serão tratados no Uruguai.

Esse dinheiro, na verdade, não se destina a aplicação no Uruguai, mas apenas "a transitar no país, legalizando-se aqui e seguindo depois para investimento em alguma outra nação", segundo explicou um influente economista uruguaio. Ou seja, mediante a garantia de um rigoroso sigilo bancário, como existe na Suíça, empresas e homens de negócios do mundo inteiro e especialmente da América Latina terão no Uruguai um local onde depositar dinheiro que não pode aparecer no país onde foi gerado, ou porque é ilegal, ou porque seus proprietários pretendem fugir da legislação e dos impostos.

A alternativa é vista como uma solução para a débil economia do Uruguai, um país que não dispõe de recursos naturais e tem uma estrutura econômica bastante atrasada. Além disso, é uma alternativa que regará o país com os dólares que necessita para cobrir o déficit de seu balanço comercial, sem causar o único problema e ainda oferecer muitas vantagens aos dois aliados táticos do regime: grupos financeiros e o latifúndio, sem falar no capital internacional.

SOLUÇÃO DUVIDOSA

Nem todos os economistas uruguaios, entretanto, estão vendo a criação da praça financeira como a solução ideal para o país. Um deles, por exemplo, argumentou que "esse tipo de solução não oferece emprego à população, incentivando apenas a especulação, inclusive imobiliária, e oferece uma rentabilidade para o país bastante duvidosa". Para esse economista, que já esteve ligado a governos passados e conhece muito bem a economia uruguaia "não adianta criar-se soluções artificiais porque os problemas estão na nossa estrutura econômica: os latifúndios continuam pouco produtivos, enquanto os minifúndios não têm condições de produzir melhor, falta tecnologia. As soluções são buscadas mas sem que modifique a estrutura, o que não resolve".

Seja como for, as autoridades acreditam que estão certas, e as novas casas bancárias vão abrindo suas portas. Dia 30 de janeiro foi a vez do Grupo Santander, uma das maiores instituições financeiras da Europa, com sede na Espanha. No outro dia, todos os jornais de Montevideu publicaram a mesma foto com exatamente o mesmo texto falando da inauguração e avisando: o Banco Santander pretende em breve abrir sucursais em Punta del Este, Colonia e Paisandu. Com esta, já são quase uma dezena de novas instituições que chegaram do exterior desde o início de 1978, sem contar as mais de duas dezenas que se encontravam instaladas no país, de capitais nacionais e estrangeiros, e as que tramitam no Ministério da Fazenda.

Para decidir sobre a abertura do país in-

discriminadamente aos capitais estrangeiros, o Governo deparou-se com um problema: segundo a Constituição em vigor no Uruguai, era praticamente impossível a abertura de novos bancos comerciais no país, e as casas bancárias, instituições que são um misto de financeira e agência de turismo no Brasil, não podem receber depósitos populares ou pessoais. Um grupo de juristas contratado pelo Governo, entretanto, achou uma solução. Segundo eles, a Constituição é clara: as casas bancárias não podem receber depósitos internos no país, mas não há nada contra a depósitos vindos do exterior. Se não há nada contra, basta criar um dispositivo a favor, e foi o que aconteceu.

TUDO EM SEGREDO

Dentro do Uruguai, obviamente, nada disto foi divulgado até agora. Mesmo entre alguns círculos oficiais é desconhecida esta disposição governamental e na última semana de janeiro um economista afirmou, em Montevideu, que até então não havia entendido por que de repente o país passou a assistir a inauguração de tantas casas bancárias. "Afim, nosso turismo não está tão bom assim", comentou ele.

Esta liberalidade para com o capital — e especialmente o estrangeiro — representará uma mudança radical na história econômica do país. Até o golpe militar de 1973 o Uruguai era um dos países que possuía a economia mais dirigida do Ocidente, chegando ao requinte de tabelar num bar, um sanduíche no balcão e, posteriormente na mesa, taxando assim o ganho do comerciante e garantindo um preço justo ao consumidor.

Um dos reflexos da crise econômica que atingiu o país foi um profundo déficit na balança comercial — déficit de mais de 100 milhões de dólares para exportações que não iam além de 400 milhões. O Governo Militar então passou a pagar esse déficit através de estímulos à entrada de capitais sob a forma de investimentos ou de empréstimos externos, ao mesmo tempo em que estimulou as exportações através da política de reintegros, pela qual a empresa recebe do Governo um "estímulo" pela sua exportação. Estas duas soluções geraram dois problemas sérios à economia, sem falar na elevação da taxa de inflação.

Os reintegros, na medida em que o Governo paga para as empresas exportarem, provocam um pesado custo social e, segundo um economista uruguaio, "ninguém sabe a quanto vão esses custos, pois não há nenhum estudo a respeito". Já a entrada de capitais, se resolveu o problema do déficit da balança comercial, aumentou excepcionalmente a dívida externa uruguaia (a operação é a seguinte: o país ganha 400 milhões de dólares com suas exportações, mas precisa 500 milhões para pagar as importações. Então, precisa ir lá fora buscar os 100 milhões que faltam, pedindo emprestado). Assim, o país devia 700 milhões de dólares em 1971 e chegou a 1978 devendo 1,3 bilhão, segundo o Banco Central, mas de acordo com economistas a dívida real passa dos 1,5 bilhão, devido ao lançamento interno de bônus do Governo.

Além desses aspectos, o Uruguai hoje está convertido numa das economias mais internacionalizadas do Continente Americano. O capital estrangeiro já comprou a maioria das terras disponíveis no país, enquanto todos os grandes bancos do país passaram ao controle estrangeiro. O Comercial, maior banco uruguaio, foi comprado pelo Chase Manhattan; o Union de Bancos del Uruguai passou ao controle de um grupo americano ainda não identificado, o mesmo acontecendo com o Banco La Caja Obrera, que nas décadas de 30 e 40 nasceu de uma campanha da Igreja Católica em favor de um banco que financiasse moradia aos operários de baixa renda. As Cajas Obreras do interior, independentes, fundiram-se todas no Banco del Litoral e é desconhecido até o momento quem controla esta instituição, existindo indícios que seu controle também tenha passado ao exterior. O quinto banco uruguaio em importância é o Real, brasileiro. E, finalmente, o Banco de La República, o sexto em importância e controlado pelo Governo.

Os dez dias que abalaram o mundo, a origem do capital, a nova mulher e outros assuntos reunidos numa coleção revolucionária.

COLEÇÃO BASES, da GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA. Textos relevantes, acessíveis ao grande público, nos mais diversos domínios, necessários à sua formação cultural básica.

A1 JOHN REED
"DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO"
2ª ed.
O mais vivo relato jamais publicado dos dramáticos acontecimentos que tiveram lugar na Rússia em 1917. Cr\$ 90,00.

A2 MAIAKÓVSKI
"POÉTICA — COMO FAZER VERSOS"
Trata-se da mais importante obra teórica de Maiakóvski.

A3 KARL MARX
"A ORIGEM DO CAPITAL: A ACUMULAÇÃO "PRIMITIVA"
Mostra objetivamente de que modo teve início o processo de acumulação do capital. Cr\$ 50,00.

A4 MARTA HARNECKER
"O CAPITAL — CONCEITOS FUNDAMENTAIS"
A autora assinala com grande precisão a validade teórica atual de "O Capital" e propõe um rigoroso plano de leitura destinado àqueles que se iniciam no seu estudo. Cr\$ 80,00.

MANUAL DE ECONOMIA POLITICA
LAPIDOS E OSTROVITIANOV



A5 TURGOT
"REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RIQUEZAS."
KARL MARX
"TEORIA DA MAIS VALIA: OS FISIOCRATAS". Cr\$ 70,00.



A6 ALEXANDRA KOLLONTAI
"A NOVA MULHER E A MORAL SEXUAL"
Alexandra, porta-voz de uma visão ideológica de classe. Cr\$ 60,00.



A7 LEON TROTSKI
"COMO FIZEMOS A REVOLUÇÃO"
Os métodos, a organização e a estratégia utilizados na Revolução de Outubro. Cr\$ 50,00.

A8 WILHELM REICH
"PSICOPATOLOGIA E SOCIOLOGIA DA VIDA SEXUAL". Cr\$ 140,00.

A9 LENIN
"AS TRÊS FONTES E AS TRÊS PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO". Cr\$ 50,00.

A10 STALIN
"MATERIALISMO DIALECTICO E MATERIALISMO HISTÓRICO". Cr\$ 40,00.

Faça já seu pedido. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com um X:

A1... A2... A3... A4... A5... A6... A7... A8... A9... A10...

NOME: BAIRRO:

RUA: CEP: ESTADO:

CIDADE:

Global Editora e Distribuidora Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
90.000 - Porto Alegre - RS

ASSINATURA

* cobramos despesas de remessa.

PRATO FEITO, NÃO!

Entrevista exclusiva de
Paulo Schilling,
ao repórter Tomás Pereira

Em 1961, o então governador do Rio Grande do Sul, engenheiro Leonel Brizolla, mandou um de seus homens ao Rio de Janeiro. O prestígio popular de Brizolla estava no auge, devido ao episódio da Legalidade — quando garantiu a posse de Jango, depois da renúncia de Jânio — e ele tinha planos de canalizar essa popularidade para, quem sabe, um partido mais definido, mais firme ideologicamente do que o PTB.

O emissário deveria fazer articulações no Rio. O plano não vingou, como se sabe. Foi tragado pela efervescência dos acontecimentos políticos e pela incapacidade dos setores brizollistas de darem forma e conteúdo a uma organização de massa.

O homem que Brizolla mandou ao Rio, hoje diz: "Ele perdeu aí a sua primeira chance, uma oportunidade preciosa, de se tornar um grande líder popular, capaz de mudar a história do País". Paulo Schilling, aos 53 anos, lembra do episódio para dar uma idéia das suas preocupações no momento em que se fala num novo PTB e que Brizolla está pronto para voltar. Ele teme que o erro se repita.

Aliás, ele teme que este e muitos outros erros se repitam pela falta de uma auto-crítica profunda e de uma discussão o mais ampla possível de todas as experiências anteriores do trabalhismo. Foi por isso que ele recusou o convite agora em janeiro para participar da elaboração do programa do novo PTB. E é por isso que ele decidiu falar, depois de muitos anos de silêncio.

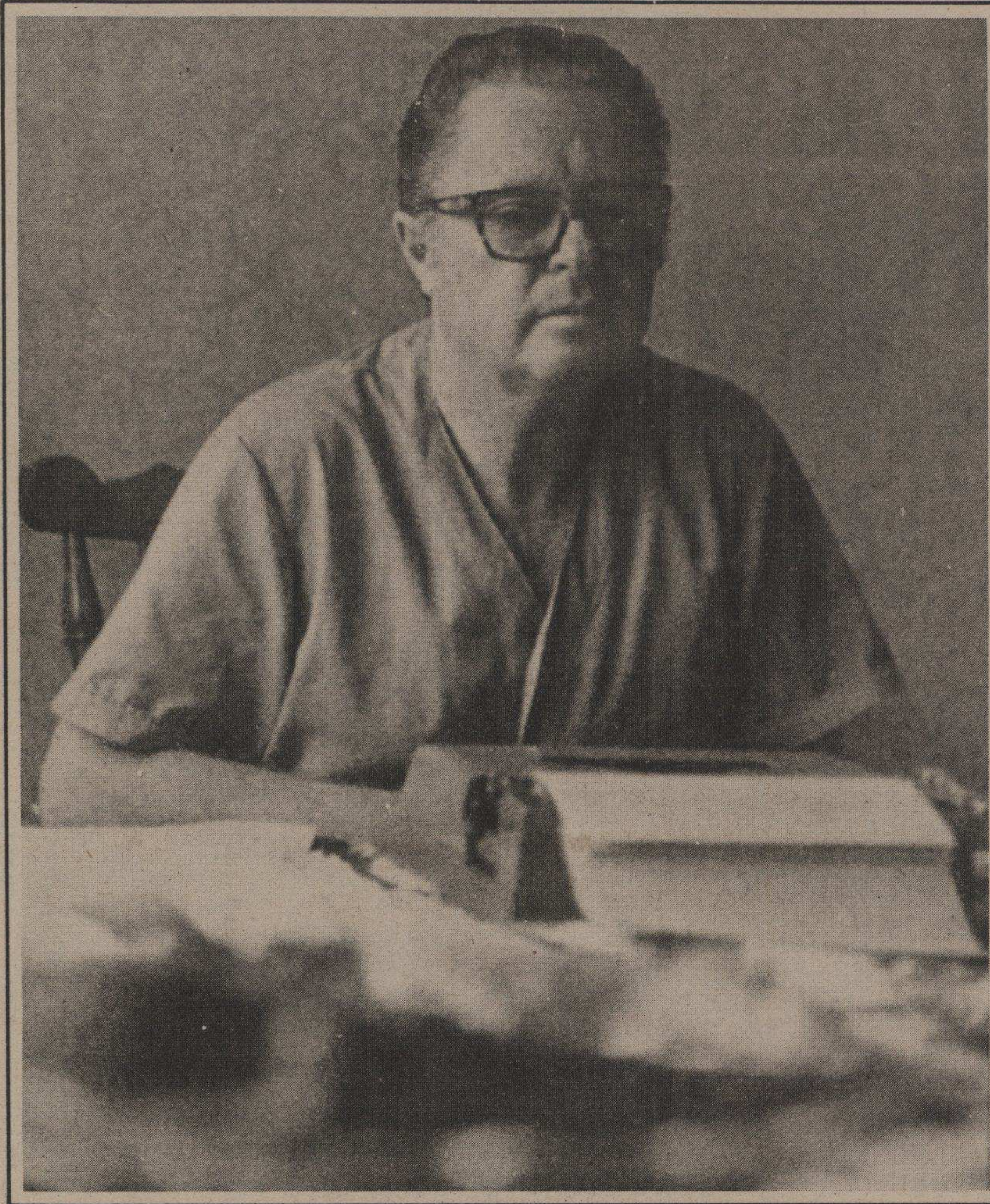
Jornalista, escritor e economista, Paulo Schilling começou suas atividades políticas na década de 50. Foi um dos líderes da célebre Campanha do Trigo, que resultou na reorganização das cooperativas de agricultores no Rio Grande do Sul. Foi fundador e integrou a primeira diretoria da Federação das Cooperativas Triticolas — a hoje poderosa Fecotrigo — presidida pelo general Henrique Geisel, irmão do atual Presidente da República.

No Governo de Brizolla, foi seu assessor para assuntos agrícolas. Organizou, com Ruy Ramos, o Movimento dos Agricultores sem Terra, foi Secretário do Rio (como representante de Brizolla) da Frente de Libertação Nacional, a frustrada tentativa de reunir, numa só, todas as organizações de esquerda. Foi, depois, Secretário da Frente de Mobilização Popular, que reunia CGT, UNE, Ubes, PCB, Frente Parlamentar Nacionalista e grupos de sargentos, oficiais e marinheiros nacionalistas. Com Helder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, integrou o Conselho Nacional de Reforma Agrária. No exílio, onde vive desde 64, escreveu e publicou dez livros sobre o Brasil e a América Latina.

Foi uma espécie de assessor político de Brizolla até 74, quando, por pressões do Governo Brasileiro, foi expulso do Uruguai, indo para Buenos Aires onde vive atualmente. No seu apartamento, no Bairro Once, próximo ao centro da capital argentina, ele recebeu o repórter do *Coojornal* para esta entrevista.

COOJORNAL — Como você se sente, depois de 15 anos fora do Brasil?

PAULO SCHILLING — O duro que é viver longe de sua terra e de seu povo, da família e dos amigos, já foi dito milhares de vezes, inclusive nos versos admiráveis de Gonçalves Dias. Insistir no tema será masoquismo e autocompadecimento. Além disso, nós, os gaúchos, que nos refugiamos no Uruguai e na Argentina fomos privilegiados. As mudanças não foram demasiadas, inclusive a dieta é fundamentalmente a mesma (ou melhor, era, pois hoje, como uma das conseqüências do milagre, os gaúchos já não comem tanta carne): o churrasco e o chimarrão. Estar no Uruguai ou na Argentina é estar com um pé no Brasil: às 4 da tarde chegam os diários brasileiros, se escuta a Gaúcha e a



Tomás Pereira

Um dos principais assessores de Brizolla até 1974 fala da volta do ex-Governador: "Ele deve ter cuidado para não vir fazer gol contra". E explica por que recusou-se a participar da elaboração do programa do novo PTB: "Há muita pressa, improvisação e oportunismo. Não se pode apresentar mais um 'prato feito' ao povo brasileiro"

Guaíba como se fossem locais; se vê e se fala com brasileiros de dentro cada dia. É verdade que agora são menos. A nova classe média brasileira já não toma de assalto a *calle Florida*, como fazia no auge do milagre.

Por tudo isso foi possível seguir passo a passo a evolução dos acontecimentos brasileiros dos últimos 15 anos, sofrer e, eventualmente, vibrar de satisfação com o povão. Paralelamente, tivemos o privilégio de descobrir esse mundo apaixonante que é a Hispanoamérica e que continua sendo olímpicamente desconhecida pelos brasileiros. Como decorrência da própria dependência econômica, continuamos olhando a Europa e os *States*, importando os subprodutos de sua cultura, de costas

aos povos irmãos a cujo destino estamos, por uma fatalidade geográfica, histórica e cultural, irremediavelmente vinculados. Aquilo que dizia Perón: "El año 2000 nos encontrará unidos o dominados".

COOJORNAL — A experiência, então, foi bastante rica?

SCHILLING — Sem bancar o amigo da onça, eu lamento que todos os brasileiros que exercem alguma liderança ou militância política ou social não tenham sido forçados a viver pelos menos um ano num país irmão. Porque, entre as causas do fracasso quase total de regimes progressistas latino-americanos nos últimos 20 anos eu incluiria, em lugar destacado, a falta de comunicação, o não intercâmbio de experiências entre nossos povos. A grande

maioria dos erros fatais cometidos foi a repetição de outros praticados pelos vizinhos. Ter podido estudar a história dos povos vizinhos, observado diretamente, ou muito de perto, seus processos políticos-sociais nos últimos 15 anos e intercambiado experiência com milhares de outros latino-americanos, foi uma experiência muito rica, gratificante. Como editor (com quase 50 livros editados), como escritor (dez livros editados em vários países e cinco ou seis inéditos por motivos políticos) e como jornalista (com quase mil artigos publicados em muitos países), me sinto relativamente realizado. Essa realização seria plena se conseguisse colocar essa experiência, esses conhecimentos e essa informação a serviço do nosso povo. Por tudo isso, apesar da saudade ser imensa, intenso o desejo de abraçar familiares e amigos, de caminhar pela Rua da Praia ou por Copacabana, de assistir um desfile de escola de samba, de comer um *galeto al primo canto* em Caxias, um *vatapá* na Bahia ou carne de sol em Garanhuns, e de ver tanta coisa linda no nosso Brasil, a gente vai agüentando.

A sobrevivência, em condições psicológicas boas e com dignidade, foi possível fundamentalmente porque o *front* interno, a família, se manteve. Graças fundamentalmente a minha mulher, uma mãe excepcional e a quatro filhas que são antes de tudo o meu orgulho. Daí a decisão de não voltar a qualquer preço, desesperadamente. A volta se dará quando possível, sem humilhações, nem condicionamentos, sem o recurso a soluções individuais. Somente quando uma anistia plena e irrestrita, que permita o retorno de todos, seja votada por um Congresso soberano e quando existirem condições para contribuir, modestamente, à causa da libertação do nosso povo, é que penso voltar.

COOJORNAL — Você, que acompanha minuciosamente o que acontece no Brasil, como está vendo a atual situação política?

SCHILLING — É inegável que o povo brasileiro avançou em forma considerável pelo caminho da redemocratização, principalmente durante o ano que passou. As vitórias conseguidas são tão importantes que geram uma euforia generalizada. E aí há um perigo: essa euforia pode conduzir a um baluartismo, a um triunfalismo perigoso, que já em outras oportunidades foi a antecâmara de novos fracassos e retrocessos. É histórica a tendência dos setores populares de superestimar suas forças e subestimar as do inimigo. Para evitar esse perigo concreto e real é necessário proceder um exame profundo, frio, dialético e continuado do processo, para aquilatar as verdadeiras proporções dos avanços já concretizados e as metas a serem alcançadas. É necessário também distinguir claramente entre as vitórias autênticas — as efetivamente conquistadas pelo povo — e as artificiais, as outorgadas. São muitos os avanços reais, efetivos, autênticos. Em primeiro lugar há que destacar um, básico, fundamental: depois de 15 anos de ditadura, de total monopólio da informação, de todo tipo de pressões e condicionamentos, resulta evidente que não conseguiram domesticar o povo.

COOJORNAL — Que outras mudanças significativas é possível anotar?

SCHILLING — Entre as mudanças positivas assume um papel de decisiva importância a evolução da Igreja Católica Brasileira, depois do Concílio Vaticano II. Já há vários anos, o general Vianna Moog, então secretário da Segurança de São Paulo, lamentava que uma das colunas que sustentavam o sistema — a Igreja — estava quebrada, restando somente a coluna Forças Armadas. Hoje o clero católico é um fator decisivo na defesa dos direitos humanos, dos direitos dos índios, dos camponeses sem terra e dos minifundiários, dos trabalhadores urbanos, dos marginais. E na

(Continúa na página seguinte)

"Janguismo significou o populismo, a corrupção e a traição aos anseios do povo"

crítica aos desmandos do poder político, à desumanidade do modelo econômico e ao anacronismo do sistema social. As comunidades de base — frutos do trabalho paciente de uma organização que tem dois milênios de experiência e que, por isso mesmo, contrasta radicalmente com a pressa pequeno-burguesa e com o oportunismo de outros setores — constituem o fator político mais importante da atualidade brasileira, apesar de seu caráter declaradamente não político. Essa experiência, que já congrega mais de um milhão e meio de ativistas sociais em milhares de núcleos espalhados por todo o país, constitui um avanço da maior importância para a conscientização e organização populares. São igualmente promissoras as transformações qualitativas que se processam entre as classes trabalhadoras e nos sindicatos, especialmente em São Paulo. Saindo do pior populismo — o adhemarismo e o janismo — São Paulo assume o papel que lhe corresponde por abrigar quase a metade dos trabalhadores urbanos do país, de vanguarda no processo político. É evidente, também, a melhoria da situação político-partidária. Um milhão e meio de votos conseguidos por um candidato ideologicamente definido como Fernando Henrique Cardoso e a eleição de cerca de setenta deputados federais autênticos constituem provas de que maduram as condições subjetivas para a futura organização de um partido popular.

Seria injustiça não reconhecer inclusive a melhoria que se verifica dentro do MDB, tomado como um todo. Inclusive líderes liberais como Ulisses Guimarães, Paulo Brossard, Tancredo Neves e outros tiveram papel altamente positivo nesta difícil etapa da redemocratização. É impressionante o avanço que se observa a nível da intelectualidade brasileira, nos organismos que congregam os profissionais liberais, como a OAB, a ABI e tantos outros, nos organismos de defesa dos direitos humanos e nos que lutam pela anistia, nas organizações estudantis, etc.

COOJORNAL — Você é um estudioso da Geopolítica... Qual é o grau das influências externas nesse processo todo?

SCHILLING — Bom, até aqui eu disse apenas o positivo, que é muito. Mas, realisticamente, há que considerar também o negativo, o artificial e o contraditório existentes no processo. Uma análise do atual processo de abertura política chega a uma conclusão inequívoca: as origens externas do fenômeno político. É absolutamente impossível entender o que ocorre no Brasil a partir de 1974 sem considerar as mudanças que se verificaram, nos últimos anos, na situação mundial. O Governo Militar brasileiro e seus similares em quase toda América Latina surgiram, a partir de 64, da ameaça revolucionária no continente (o enorme impacto da revolução cubana sobre os demais povos) e do fracasso da alternativa paternalístico-colonialista tentada por Kennedy: a Aliança para o Progresso.

O duro texano Johnson entendeu que a única garantia efetiva para os imensos interesses dos monopólios norte-americanos no subcontinente eram regimes militares duramente repressivos. Nos últimos anos, a distensão no enfrentamento Leste-Oeste e a divisão do mundo socialista protagonizada por Pequim, se consolidou na política de coexistência pacífica. Com ela e sob o comando de Kissinger, os Estados Unidos conseguiram consolidar as fronteiras exteriores de seu império. Por outro lado, o fracasso generalizado dos movimentos revolucionários na América Latina e no Terceiro Mundo e a eficiente repressão a cargo dos Governos Militares asseguraram as fronteiras interiores do império, consolidando a dominação capitalista-imperialista.

Paralelamente se verifica uma acelerada mudança em todo o sistema capitalista mundial. Esse é cada vez menos nacional, cada vez mais multinacional. Se multiplicam os "centros exteriores de poder e decisão". Os destinos imediatos de nossos países já não se decidem exclusivamente em Washington e em *Wal Street*.

Bonn, Tóquio, Paris, Roma, Estocolmo e outros também opinam e pesam nas decisões. Em consequência, os Estados Unidos foram parcialmente liberados do papel de *Polícia do mundo*, assumido ao tempo de Truman. A dominação econômica, que não diminuiu em absoluto, assume novas características: a Comissão Trilateral e outros organismos das empresas transnacionais assumem cada vez mais o papel de reitor. Isso permitiu uma relativa ausência norte-americana no Continente. Isso chegou a provocar uma certa euforia entre alguns ingênuos de esquerda e assustou em dados momentos as nossas classes dominantes. A nova situação permite inclusive ao presidente Carter empunhar a bandeira dos direitos humanos. E tornou totalmente anacrônicos — por desnecessários — os Governos Militares latino-americanos.

COOJORNAL — Sai a abertura, lenta e gradual...

SCHILLING — Quando, no futuro, algum *brazilianist* (uma de nossas tristes realidades: como consequência do nosso subdesenvolvimento econômico e cultural, os professores ianques assumiram nos últimos anos, no fundamental, a tarefa de interpretar a realidade brasileira e de reescrever nossa História)... mas, quando um deles estudar a primeira etapa do atual processo de redemocratização, chegará inevitavelmente à conclusão que a origem da abertura é a mesma do fechamento de 1964. Inclusive alguns dos protagonistas dos dois processos foram os mesmos. Foi o general Vernon Walters (que com o embaixador Lincoln Gordon constituiu a dobradinha assessora do golpe), já com sua verdadeira identidade de *capo da CIA*, que em duas missões, a primeira por ocasião da posse do general Geisel e a segunda em agosto de 74, quando os ultras ameaçavam interromper o processo, trouxe o recado. Outro detalhe que revela o grau de alienação alcançado: nem os militares da Escola Superior de Guerra, que criaram, ou melhor, traduziram a teoria do *estado militarista dependente*, nem o setor da intelectualidade acadêmico ao regime, foram capazes de elaborar uma teoria da redemocratização. Foi necessário importar o professor Samuel Huntington. É dele a doutrina da *descompressão gradual* que se aplica atualmente. Uma maneira de transformar lenta, gradualmente um regime militar em um Governo relativamente democrático. Tudo de cima para baixo, controladamente, para evitar sobressaltos e riscos para os privilégios das classes dominantes e das empresas transnacionais. A prática de abertura comandada pelos generais Geisel-Golbery se enquadra matematicamente na tese do professor de Harvard. Um parêntese para fazer uma sugestão a algum colega em disponibilidade: elaborar um estudo sobre o papel decisivo dos *homens de Harvard*, a famosa universidade americana, no destino do Brasil no período 1962/79. Seria interessante conhecer nos mínimos detalhes a atuação de Lincoln Gordon (no golpe de abril), de Kissinger (na promoção do Brasil ao posto de satélite privilegiado) e de Huntington, no processo de abertura. Uma rápida retrospectiva comprova o afirmado: em inícios de 1974 se iniciou a distensão, que incluiu uma pequena abertura na TV e rádio. Apesar de insignificante, esse resultado *demiado*: a Oposição conseguiu eleger 16 senadores em 22, uma verdadeira goleada. Foi necessário um remendo, que veio com a Lei Falcão. E nesse abre e fecha, nesse avanço e retrocesso — o gradualismo de Huntington — chegamos ao *pacote de abril* com seus biônicos e outros bichos mais: era necessário assegurar a maioria parlamentar ao futuro Governo mesmo contra a inevitável maioria dos votos populares. A mudança das regras acabou assegurando, junto com a eleição



Brizolla em Lisboa, em janeiro de 78: amigo da Social-Democracia...



E antes de 64: mais perto de Getúlio

do general Figueiredo, a continuidade do regime militar até 1985. Isto é, se cumpre, inclusive com excesso, o estabelecido em abril de 1964: uma *Era Militar* com a duração de 20 anos.

COOJORNAL — Quer dizer, tudo está sob controle. E nestas condições quem abre pode fechar... não?

SCHILLING — Todo o progresso político outorgado é frágil e pode ser efêmero, pois depende da vontade do poder concedente. É algo totalmente diferente dos avanços conseguidos através das lutas populares. Além disso, assim como água fria na fervura estão as salvaguardas e permanece quase intacta, com pequenas modificações numéricas (redução de penas) a Lei de Segurança. Basta que um jornalista escreva que o atual Presidente é feio ou que o futuro é grosso para que pese sobre ele o fantasma da cana. Todo o fabuloso aparelho de segurança montado nos últimos 15 anos está intacto: os DOPS, os DOI-CODI, o SNI. Recentemente, o deputado Ulisses Guimarães preconizava a instituição de uma CPI para estudar o SNI, esse ilustre desconhecido, que, segundo um cálculo do *Jornal do Brasil*, tem um efetivo de 100 a 200 mil agentes. É tal o poder do organismo de inteligência que o próprio Exército foi passado para trás na condução política. Ou será por casualidade que o SNI fez dois dos cinco presidentes e que o seu criador e primeiro chefe, o general Golbery, seja desde 1964 (e até 1985?) o poder atrás do trono? Não se pode fechar os olhos à evidência. Diz o *Estado de S. Paulo* na edição de oito de janeiro último: "Se duro já foi um adjetivo usado para qualificar alguns dos integrantes do Alto Comando do Exército, no passado próximo, hoje ele se aplica a todo o colégio da força terrestre, com uma ou outra exceção". São os coronéis de 1964, hoje generais de quatro estrelas, os que integram o Alto Comando. Pergunto eu: o que significa o general Antonio Bandeira no comando do III Exército? Uma comissão de recepção à Brizolla? Todos esses aspectos negativos do panorama político não são, é óbvio, insuperáveis. Creio que a segunda etapa da liberalização, a iniciar-se agora, daqui há seis meses, um ou dois anos, seja protagonizada pelo povo e se processará de baixo para cima. A experiência histórica mundial mostra que mesmo depois de longos períodos de repressão e estancamento político e social, o povo — com base numa luta persistente e sacrificada — consegue recuperar plenamente seus direitos políticos. Exemplo recente, Espanha.

COOJORNAL — Nesta segunda etapa, que pontos podemos destacar como importantes a conquistas?

SCHILLING — É óbvio que não existe nenhuma receita. Entre as causas fundamentais dos fracassos das forças progressistas latino-americanas, nos últimos vinte anos, se destaca a *importação* de estratégias e táticas políticas ou revolucionárias. As revoluções vitoriosas, explicavelmente eufóricas com seu sucesso, tratam de instituir o seu caminho como sendo o *caminho* e de vender o seu modelo como panacéia. Depois de 35 anos de militância, de muito estudar e de haver tido a sorte de seguir de dentro as experiências brasileira, uruguaia e argentina — três das mais importantes verificadas no Continente — e acompanhado muito de perto o que passou nos demais países hemisféricos nos últimos 15 anos, de haver arquivado toda uma série de dogmas, esquemas e *slogans*, não descobri nenhuma solução mágica. Cheguei porém a duas ou três conclusões que parecem ser inquestionáveis: 1) Sem povo não se faz revolução (por maior que seja o heroísmo de pequenos grupos de vanguarda). 2) Cada povo tem que encontrar o *seu caminho*, consideradas as condições objetivas e subjetivas próprias. 3) A população de um país somente passa a ser efetivamente povo quando toma consciência de seu papel histórico e se organiza para protagonizá-lo. Vejo, com otimismo, que muita gente está convencida disso. É impressionantemente rico o debate político que se generaliza por todo o país: sobre tática e estratégia, sobre como melhorar o nível ideológico, sobre o tipo de organização mais adequada, etc. E, vejo com pessimismo algumas tendências à improvisação e claras manifestações de oportunismo.

COOJORNAL — Por exemplo?

SCHILLING — Vejo algumas pressas injustificadas e muita improvisação na tentativa de formar novos partidos que expressem melhor os sentimentos do povo. Proliferam os planos de criar um *novo PTB*, um *novo PS*, um partido dos trabalhadores, etc. Modestamente, diria que existe toda uma série de tarefas prévias, prioritárias.

COOJORNAL — Quais seriam estas tarefas?

SCHILLING — Gostaria que 1979 fosse o ano do grande debate nacional. Que as forças progressistas fizessem, inicialmente, uma profunda e honesta autocrítica de sua atuação, antes e depois de 64. Sob pena de repeti-los no futuro, não se pode deixar de discutir os erros trágicos cometidos por organizações e líderes populares, assim como desprezar experiências positivas vividas.

COOJORNAL — O que você sugere é que as soluções só sejam tiradas depois desse grande e honesto debate?

SCHILLING — Exatamente. Esse debate crítico e autocrítico é de fundamental importância para que o povo decida, com pleno conhecimento de causa e não só emocionalmente, sobre quais os líderes remanescentes e os que surgem agora são merecedores de sua confiança e seu apoio, e que tipo de organização pode ser mais útil para o País. Além disso, considerando que quase a metade da população em idade política — os jovens de 18 a 33 anos — não sabe nada ou sabe muito pouco do ocorrido antes do golpe, é necessário uma ampla discussão sobre o que se passou nos anos 50 e 60, principalmente entre 1961 e 64, seguramente o período politicamente mais rico da história do País.

COOJORNAL — Ao lançar essa idéia de que primeiro se debata para depois tomar decisões importantes, você deixa a entender que algumas soluções encaminhadas não são boas...

SCHILLING — Veja bem, se não discutirmos muitos antes, estaremos lançando as sementes de um novo e trágico fracasso. Afirmo isso com toda a convicção porque vivi muito de perto a experiência do peronismo. As massas peronistas deram um crédito de confiança total ao caudilho. E Perón voltou, 18 anos depois, sem haver aprendido nada: sem considerar as profundas transformações sociais que se haviam

“Um PTB apadrinhado pela Social-Democracia poderia combater o acordo nuclear ou a Volkswagen?”

verificado no período, voltou com a velha fórmula populista. Insistiu inclusive na manutenção do policlassismo dentro do movimento peronista, quando as contradições de classe da sociedade argentina já não o permitiam. E foi aquela tragédia.

O enfrentamento mais dramático se registrou não entre peronistas e antiperonistas e sim dentro do próprio partido: o lopezreguismo de ultradireita agarrado a *balazo puro* com o montoneirismo, a vanguarda revolucionária. Foi o início do amargo fim. E quando falo de autocrítica e análise do passado penso em coisas sérias, que não têm nada que ver com algumas versões mistificadoras que estão surgindo, nascidas do mais vulgar oportunismo. Por exemplo: esse aborto produzido pelo meu amigo Moniz Bandeira. Tentar impingir como popular e nacionalista o Governo de João Goulart seria possível sob um regime totalitário, nunca agora quando se inicia o debate popular. Não se pode ocultar indefinidamente a verdade ao povo, assumindo a posição oportunista do silêncio. Muito menos tratar de passar-lhe o histórico conto do vigário. Existe sobre o Governo Goulart muito material importante já elaborado, arquivado e que em meu entender deveria ser divulgado agora para alimentar o debate popular. Meus amigos Almino Afonso e Maria José Jaime — para citar os seguramente mais importantes — fizeram um trabalho admirável no exílio. Durante anos tomaram dezenas de depoimentos de quantos participaram no processo e colecionaram uma impressionante documentação.

Muita gente que tem condenações ou processos pendentes na Justiça Militar está lutando pela sua anulação, o que é plenamente justificável, porém não o mais importante. O que mais importa neste momento é que todos os que tivemos algum tipo de participação e responsabilidade no ocorrido antes e depois de 64 explique a sua atuação. A absolvição (ou não) por parte do povo para nossos erros (que foram muitos) e a sua aprovação para o que de positivo fizemos (que não é pouco) são, em meu entender, muito mais importante que a anulação de um processo, que a comutação ou prescrição de uma pena dada por um tribunal de exceção. O que interessa é o julgamento do povo e esse somente poderá ser justo com pleno conhecimento de causa.

COOJORNAL — Nesse debate deveriam ser analisadas também as demais experiências americanas?

SCHILLING — Isso é também de fundamental importância. A incomunicação entre as forças políticas progressistas do Continente têm produzido resultados trágicos. Nestes anos de exílio assistimos assombrados e impotentes à repetição — em países como o Uruguai, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Peru, etc. — dos erros mais grosseiros cometidos por nós no Brasil. Esses são os contatos, o intercâmbio de experiências e a colaboração que interessam. Entretanto, muitos preferem cultivar as relações com nossos aliados circunstanciais, táticos (na luta pelos direitos humanos), porém inimigos estratégicos (já que constituem a superestrutura do capitalismo e do imperialismo europeus), os social-democratas da Europa. Outros, de formação mais ideológica, depois de haverem rompido com vários e sucessivos *Vaticanos*, buscam a verdade no último documento do PC da Albânia. A alienação faz com que se procure do outro lado do oceano a solução que está dentro e perto do País.

COOJORNAL — Além do PTB, há também articulações em torno de um Partido Socialista. Como vê isso?

SCHILLING — Vejo com algumas reservas. Apesar de que a articulação do possível futuro PS esteja a cargo de Almiro Afonso e um grupo de dirigentes e intelectuais de primeira grandeza, a solução não me entusiasma. A experiência histórica dos partidos socialistas em nosso Continente, com a única exceção do chileno, é decepcionante. No Brasil, antes do golpe e apesar do clima de total liberdade vigente por ocasião das últimas eleições parlamen-



PTB: é preciso discutir o velho antes de fazer o novo



Os apelos socialistas: qual a força junto ao povo?

tares, o Partido Socialista Brasileiro havia conseguido somente quatro ou cinco cadeiras, 1% do total. Na Argentina a sigla PS lembra o Governo do general Justo e a *década infame* (os anos 30). Os três ou quatro partidos socialistas argentinos atuais somaram nas últimas eleições — igualmente livres — 2 ou 3% dos votos. No Uruguai *suíço*, depois de 70 anos de democracia plena, eram dois, numa Câmara de 99 membros, os deputados socialistas. Performances ainda mais melancólicas do que as obtidas pelos partidos comunistas que, também com a única exceção do chileno, nunca conseguiram capitalizar o voto popular. Com toda experiência negativa do passado, o PS seria uma fórmula política difícil de vender. Além disso, há que considerar a vinculação com a II Internacional, uma aliança totalmente absurda para um partido popular do Terceiro Mundo que, em sua primeira etapa, terá como tarefa prioritária a luta anticolonialista. O apoio que a Social-Democracia européia empresta atualmente à causa dos direitos humanos e ao processo de liberalização política em alguns países é, inegavelmente, importante. Porém, termina nisso. Quem poderá negar, por exemplo, que o partido dos senhores Willy Brandt e Hellmuth Schmidt representa no poder os interesses do capitalismo e imperialismo germânicos, tão ou mais vorazes que o norte-americano? É impossível dissociar os sociais-democratas alemães da Volkswagen, que não contem com o domínio do mercado automobilístico brasileiro se lança à conquista da Amazônia, ou com esse monstruoso acordo nuclear, que oculta muito precariamente os propósitos revanchistas dos militares germânicos. Ou não pensar no papel cumprido por Mário Soares, esse Kerenski ao revés, na contrarrevolução portuguesa.

COOJORNAL — Mas é Brizolla quem surge atualmente vinculado à Social-Democracia européia...

SCHILLING — De acordo, e isso é ainda mais grave. Uma aliança desse tipo choca frontalmente com a melhor e mais autêntica herança do trabalho, ou seja, o nacionalismo de Vargas, que pela pregação radical do próprio Brizolla, se havia transformado em nacionalismo popular e revolucionário. Como poderia um PTB futuro

apadrinhado pela Social-Democracia combater o acordo nuclear ou apoiar uma greve dos operários da VW brasileira? Considerando as restrições levantadas contra o PS e considerando que o PC (sempre muito mais prestista ou positivista do que marxista) também esteve quase sempre marginalizado pelo povo brasileiro (no último Congresso os representantes do partido também não ultrapassavam à meia dúzia), resta como herança positiva do passado unicamente o PTB. Apesar de toda uma série de deformações originadas na falta de definição ideológica, de unidade a nível nacional, de estrutura orgânica das bases e em vícios populistas e caudilhescos, o Partido Trabalhista representou um papel positivo na representação dos interesses populares e na defesa da soberania nacional. Sua última representação na Câmara de Deputados ia além dos 100 representantes.

COOJORNAL — Como era esse PTB?

SCHILLING — Essa deve ser uma preocupação, pois não se pode idealizar o PTB. O trabalhismo — surgido da convicção de Vargas (já em 1945) da impossibilidade de congregar numa mesma organização política a burguesia e os trabalhadores (nesse particular o velho caudilho revelou muito mais sabedoria política do que Perón, que morreu *peleando* pelo policlassismo), — constituiu um fenômeno bastante regional. Foi relativamente autêntico somente no Rio Grande e nos núcleos gaúchos de Santa Catarina e Paraná. E durante o período 1961/64, em razão da atuação direta de Brizolla, na então Guanabara. Em São Paulo, de onde já se encontrava então o grosso da população operária, o PTB era uma vergonha. Aliás, é insólito, por isso, que minha amiga Ivete Vargas se apresente agora como a dona do futuro partido. Em muitos outros estados, especialmente no Nordeste, o PTB não era mais que uma legenda para concorrer às eleições e estava, em alguns casos, à direita da própria UDN. E não se pode esquecer que no período 1961/64 o PTB esteve radicalmente dividido em duas frações lideradas por Jango e Brizolla. O janguismo significou o populismo, a corrupção, a conciliação com as classes dominantes e com o imperialismo, a traição aos anseios de reforma do povo e, finalmente,

a entrega do Poder aos militares de direita, sem luta. O brizolismo, com todas suas limitações, tratou de encontrar um caminho revolucionário. Sem chegar ao extremo do enfrentamento armado, como na Argentina no seio do peronismo, a luta entre janguistas e brizolistas havia se tornado violentamente antagônica. Por isso não compreendo a atual tendência de juntar “todo mundo” num novo PTB. Aparentemente se cultiva como um bem absoluto a unidade, quando é sabido que esta, além de determinados limites, equivale a uma soma algébrica: pode diminuir.

COOJORNAL — Fala-se que está sendo elaborado um programa para o novo PTB...

SCHILLING — Sei disso e também neste ponto tenho reservas. Além da convicção já expressada de que existe toda uma etapa prévia a ser cumprida antes do lançamento de um autêntico partido popular, resisto a aceitar a metodologia aplicada até agora na formação do novo PTB. Seria um desastre político que o futuro partido surgisse em forma improvisada, forçada, antidemocrática. Recebi um convite desde Lisboa para participar na confecção do futuro programa. Recusei porque considero que coisas elaboradas fora do País, longe do povo, não podem ser apresentadas como *prato feito*, à velha maneira stalinista, às bases. Teria que anotar ainda várias dúvidas sobre a conveniência e sobre as possibilidades de um lançamento partidário agora. Considerando o limitado da atual abertura política, me pergunto: existe já espaço legal para a existência de um partido ideologicamente definido? Conseguiria um novo partido — inclusive um PTB (nem falar nos outros) a adesão dos deputados e senadores necessários para estruturar-se legalmente? Seria preciso conseguir a incorporação de quase todo o setor autêntico do MDB, o que, convenhamos, é praticamente impossível. Além disso, dividir a Oposição neste momento não seria prematuro, não seria fazer o jogo do regime? Que existe de verdade nos rumores sobre o interesse do general Golbery na constituição de um partido trabalhista instrumentado através de Ivete Vargas? Não seria mais correto, nesta primeira etapa, tratar de estruturar organicamente o setor autêntico e pressionar, a nível popular, todo o MDB para que assuma cada vez mais as responsabilidades do processo de redemocratização?

COOJORNAL — Você colaborou com Brizolla no Rio Grande, depois a âmbito nacional e viveu com ele no exílio. Como vê Brizolla, antes e agora?

SCHILLING — Efetivamente minha colaboração e minha convivência com Brizolla durante esse longo período, iniciado em 1960, foi muito diversificada e rica de experiências. E é evidente que nos conhecemos bastante, mutuamente. Quinze anos depois, e apesar de haver desenvolvido nesses anos um espírito crítico muito acentuado, sigo pensando que Brizolla foi, no período 1958/64, o mais atuante, o mais combativo, o mais autêntico dos líderes populares brasileiros. Sua pregação e atuação nacionalistas, anticolonialistas, transcenderam as próprias fronteiras do País. Quando chegamos ao exílio nos surpreendemos inclusive com a popularidade de Brizolla em toda América Latina. Havia muita gente, inclusive um tipo muito badalado na época (Régis Debray, que afirma isso num de seus livros), que estava convencido de que Brizolla seria uma versão sul-americana de Fidel Castro. As expropriações da *Bond and Share* e *ITT* foram depois das protagonizadas por Castro, as primeiras que se verificaram na América Latina. Essas medidas de nacionalização, tanto por sua importância em si, como por estabelecer um perigoso precedente que poderia afetar a própria dominação norte-americana no Continente, tiveram uma enorme repercussão. Nos Estados Unidos chegaram a originar uma lei do Congresso: a Emenda Hickenlooper, posteriormente também aplicada contra o regime militar nacionalista peruano. As denúncias de Brizolla contra a Aliança para o Progresso, contra o Acordo do Trigo, contra os

(Continua na página seguinte)

"Brizolla é o grande líder. Mas, se não estiver em boa forma, é melhor que fique mais um tempo"

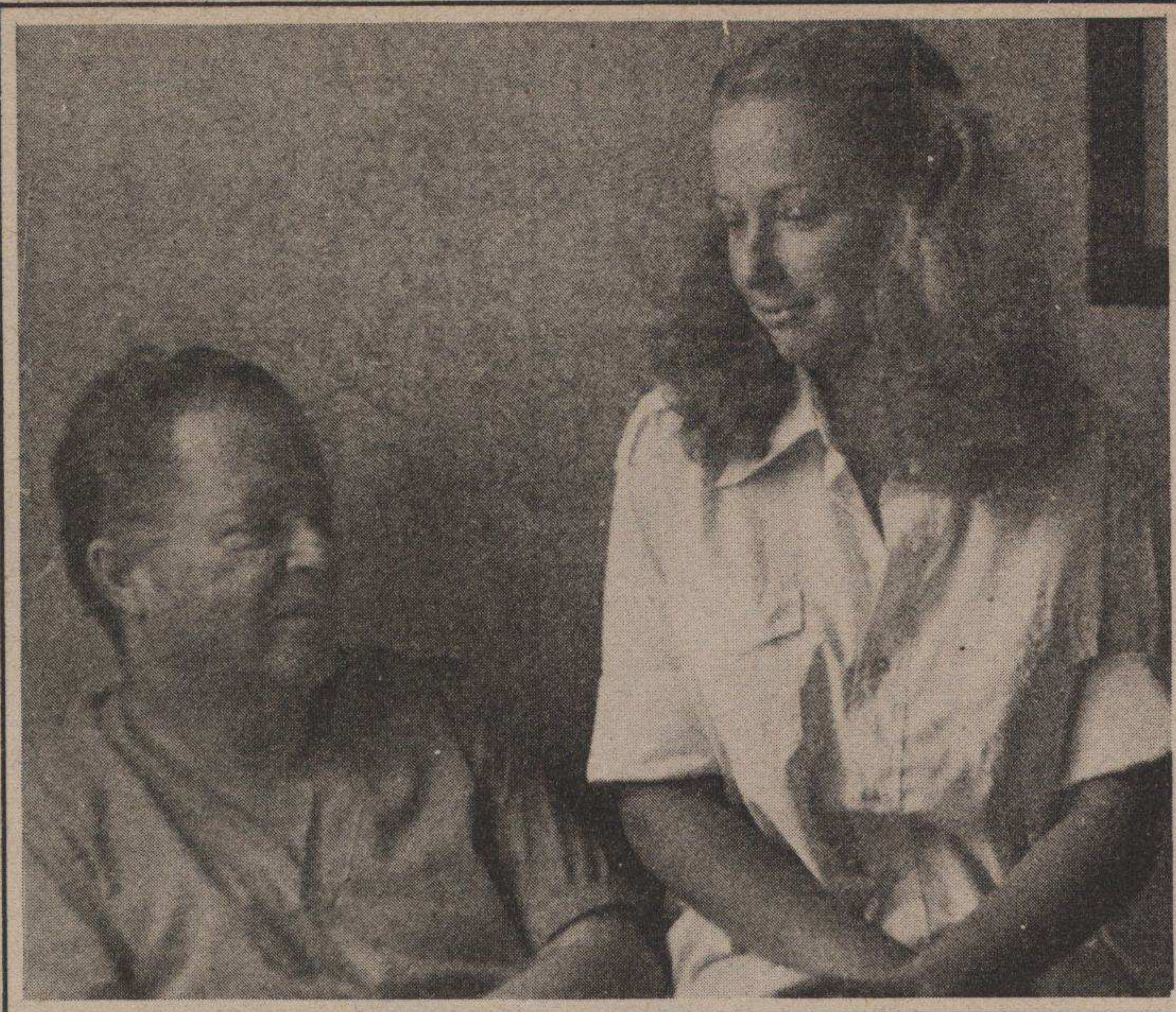
monopólios internacionais que exploram o País, contra a política econômica totalmente entreguista dos sucessivos Governos Centrais (Juscelino, Jânio, Jango), contra a descarada intromissão nos assuntos internos brasileiros do embaixador americano e da CIA, contra a ação dos Voluntários da Paz (os que estavam no Rio Grande do Sul foram expulsos), contra a tentativa de colocar as políticas estaduais abaixo da tutela da CIA (o Governo de Brizolla foi o único que se recusou a entregar o fichário do DOPS à inteligência norte-americana em troca da ajuda do Ponto Quatro; e, para evitar que isso ocorresse posteriormente, mandou queimar o arquivo antes de transferir o Governo), constituem um todo coerente e homogêneo. Nenhum outro governante brasileiro e muito poucos no Continente foram tão longe na luta contra o imperialismo. Paralelamente, sua pregação nacionalista (que assumia autenticidade excepcional já que comprovada por fatos) foi de fundamental importância para a formação da consciência nacionalista, anti-imperialista do povo brasileiro. Principalmente entre 1961/64, quando tínhamos em mãos um veículo de divulgação de primeira grandeza — a Rádio Mairink Veiga — cujos programas políticos diários e as palestras de Brizolla nas sextas-feiras chegavam a cerca de dez milhões de ouvintes.

COOJORNAL — Isso no campo político. E no campo social, o que deixou o brizolismo?

SCHILLING — No campo social sua atuação foi igualmente muito importante, especialmente no relativo à reforma agrária. Iniciativas concretas no plano estadual: a criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, o total apoio às Associações dos Agricultores sem Terra, a instalação de experiências piloto, etc. No âmbito nacional sua atuação foi decisiva para a criação da Supra (Superintendência da Reforma Agrária), cujo primeiro presidente foi o deputado João Caruso. O mais completo e mais avançado projeto de reforma agrária elaborado no país foi apresentado ao Congresso — depois de haver dormido meses na gaveta de Jango — por Brizolla e os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista. Junto a esses e muitos outros acertos (que não cabe analisar aqui e agora), o setor brizolista cometeu muitos e grandes erros. Entre esses, por decisivo, é preciso citar um: a incapacidade de organizar um partido revolucionário. Se logo depois de agosto de 1961, quando transformado no herói da Legalidade, Brizolla tivesse canalizado seu enorme prestígio popular no sentido de uma autêntica organização de massas, a história dos últimos 17 anos teria sido completamente distinta. Seguramente estaríamos vivendo hoje uma etapa avançada do processo de libertação nacional e social do povo brasileiro. Considerando tudo isso e dentro da convicção de que a História consagrará no futuro, não a versão mentirosa das classes dominantes e sim o ponto de vista popular, tenho a certeza de que Brizolla poderá ter um lugar destacado entre os líderes populares do Continente. Isso vai depender fundamentalmente de sua atuação no futuro. Existe sempre o perigo de um líder popular, em uma determinada etapa de sua vida, por falta de perspectivas históricas, perder o rumo, neutralizar-se e inclusive passar ao campo inimigo.

COOJORNAL — O exílio pode ter mudado Brizolla?

SCHILLING — O exílio é desgastante, um verdadeiro devorador de homens, especialmente quando se prolonga indefinidamente como o nosso. É necessário ser muito forte, convicções ideológicas muito claras para não apodrecer. Viver longe de seu povo é ainda mais duro para um líder de massas como Brizolla. Existe um processo dialético entre as massas populares e seus caudilhos. Um processo de inter-relação, de emulação, de complementariedade que estabelece uma verdadeira simbiose. Um líder popular recebe os influxos, os estímulos, a inspiração de seu povo nos contatos diretos que estabelece com ele. Tirar o líder do convívio popular é



Schilling com a filha Valéria: nada de desespero para voltar

como tirar o peixe da água. Alguns, como Perón, conseguem superar o negativo da situação à base de contatos indiretos com o seu povo, através de um trabalho intenso, paciente, um trabalho de formiga. O caudilho argentino, apesar de haver sido forçado a viver 18 anos no exílio e muito mais longe de seu País do que Brizolla (na Espanha), conseguiu manter e inclusive ampliar sua influência política através de milhares de cartas, que escrevia permanentemente e, numa segunda etapa, mais tecnológica, por intermédio de centenas de cassetes que mandava às bases políticas e sindicais do peronismo. Brizolla, por seu temperamento de homem de ação, não é dado a esse tipo de trabalho. Isso explica, em grande parte, a diferença entre as duas voltas. Perón, por haver conseguido manter vivo seu movimento político e sua influência sobre os sindicatos, voltou triunfante, diretamente ao Poder. Brizolla,

pagando o preço de sua inércia política nesses anos, é forçado a lutar pela simples entrada em liberdade no País. E, se a consegue, estará limitado, imobilizado e condicionado, pelo menos no futuro imediato. Terá que começar tudo do marco zero.

COOJORNAL — E o período pós-Uruguaí?

SCHILLING — Todos nós, os que nos sentimos identificados com o Brizolla de 1961/64 nos preocupamos muito com outros tipos de condicionamentos gerados pela sua expulsão do Uruguaí: o retorno via Estados Unidos-Europa, os possíveis compromissos com Carter e com a Social-Democracia européia, a preocupação de alguns de seus porta-vozes em apresentá-lo recuperado, como bom moço, etc. Isso poderia comprometer em forma irreversível seu futuro político. E, inclusive, borrar todo o seu passado de líder popular. O que seria realmente lamentável, principalmente se considerarmos o vazio de lide-

"Todos devem prestar contas"

COOJORNAL — Você é citado no depoimento do coronel Jefferson e do sargento Alberi sobre a "Operação Três Passos". Qual sua participação?

SCHILLING — Não pensava me manifestar agora sobre esse episódio, porque ele tem muito mais de cômico do que histórico. Entretanto, como já disse, entendo que todos esses episódios devem ser divulgados e muito discutidos, "que se lave roupa suja em público", mas com sinceridade. Aliás, não adianta mentir: um dia um *brasilianist* descobre tudo. Muita gente acusava o Alberi de ser agente da CIA ou do SNI. Relembro essa tática muito usada por certos setores da esquerda, de queimar dessa maneira a todos aqueles que não lêem pela mesma cartilha. O Alberi que eu conheci era um garotão valente, aventureiro e sem nada na cabeça. A responsabilidade cabe ao Jefferson e a outro personagem não nomeado até aqui. Jefferson é o que os rioplatenses chamam *loco de atar*, um desses que se por ventura passam na frente de um hospício correm o risco de ser agarrado por algum enfermeiro. Conheci Jefferson em Montevidéu, logo depois de ser destituído de uma fabulosa sinecura: havia sido o agente do Loide Brasileiro, apesar de que nenhum barco da empresa houvesse chegado ao porto uruguaio nos dez anos anteriores. Uma das centenas de transações com que o Jango *comprou* certos setores da esquerda. Vivía então em uma casa nababesca na *Boulevard Artigas*, na zona das embaixadas, já então sofrendo pela falta dos milhares de dólares mensais que já não ganhava por haver perdido o emprego. Essa deve ter sido a causa econômica determinante da *Operação Três Passos*. Houve outra, política: como todos os militares de 35, Jefferson, dentro da mística do *velho*, sonhava como fazer a sua coluna.

COOJORNAL — Mas existiram ou não os planos do levante no Sul?

SCHILLING — Existiram, sim, esse planos, em 64/65. Planos e preparativos do setor brizolista para uma sublevação militar-popular no Rio Grande do Sul, aproveitando o que restava do esquema militar nacionalista nos quartéis do Exército e as forças da Brigada Militar, então ainda essencialmente brizolistas. Isso pode ser dito sem problema, pois já é do conhecimento público e dos serviços de inteligência:

vários dos principais colaboradores de Brizolla da época passaram com armas e bagagens para o inimigo. Basta citar dois que deram todo o serviço: o tenente José Wilson e Eno Becker. Brizolla, evidentemente influenciado pelo místico de 1930, o povo tomando os quartéis no peito, era firme partidário da quartelada.

COOJORNAL — Jefferson acusa Brizolla de traidor...

SCHILLING — Se todos aqueles projetos de 64/65 não tivessem resultado num fiasco total, os que poderiam ser acusados de traidores seriam Jefferson e Alberi. Ao acionar por sua conta uma pequena parte de um grande esquema (mentindo a pessoas que estavam atuando por conta do Brizolla, pois de outra maneira ninguém teria entrado na aventura), eles foram responsáveis pelo aborto de todo o plano.

COOJORNAL — No depoimento, Alberi disse que foram recebidos três milhões de dólares de Cuba.

SCHILLING — Em primeiro lugar é preciso esclarecer que existe muito de lenda e exagero nisso de "ouro de Moscou", primeiro, e, depois, "dólares de Cuba". Se tudo o que se disse nesse sentido na América Latina fosse verdade, Cuba já teria ido à falência. Em segundo lugar, penso que todas as organizações que receberam esse tipo de ajuda terão que prestar contas — num futuro próximo — de sua aplicação. Esses dólares significaram sangue, suor e lágrimas de um povo irmão. Penso também que todos os líderes populares, para continuarem merecendo a confiança do povo, deverão explicar a origem de seus bens. Tem muita gente que multiplicou seus latifúndios, ou seus depósitos bancários com recursos de "caixinhas", ou atuando como agentes de empresas multinacionais no país ou de grupos brasileiros no exterior. Para que seja autêntica a crítica que se faz à corrupção do atual regime é necessário que todos façamos uma prestação de contas. De uma coisa, entretanto, estou absolutamente convencido: Brizolla, que se tornou famoso pelo *pão-durismo* com que dirigiu seus recursos financeiros e que inclusive teve de valer-se da ajuda de amigos para enfrentar os gastos de sua saída o Uruguaí, é um dos que está em excelentes condições para enfrentar essa situação. Este não tem nada a temer.

rança que se verifica hoje no Brasil. A maioria dos líderes que antes desapareceram e em razão do próprio regime totalitário, não surgiram novos, nem mesmo na área militar. Dos que restam desta guerra contra o tempo, no meu entender Brizolla é o que tem melhores condições para enfrentar com êxito um segundo tempo. Seria triste que voltasse com outra camiseta. Um suicídio político para ele e uma perda para o povo brasileiro. Se não está em boa forma física para voltar ao gramado, seria preferível que ficasse mais um tempo nas arquibancadas. Que passe mais algum tempo sem fazer gols, porém que não faça gols contra, como seu amigo Mário Soares em Portugal. É o que desejamos.

COOJORNAL — Você critica o policlassismo peronista. Estaria ao lado da posição dos líderes metalúrgicos, que pretendem um partido só de trabalhadores?

SCHILLING — Considero da maior importância o que se verifica no seio da classe trabalhadora de São Paulo: o surgimento de um novo tipo de liderança, como Luiz Inácio da Silva, o Lula, uma maior consciência de classe que se traduz em medidas concretas de luta, etc. Mas, apesar disso penso que, neste particular, se verifica uma grande confusão. Aliás, perfeitamente explicável e justificável depois desse enorme interregno totalitário. O movimento sindical brasileiro tem, em meu entender, toda uma série de tarefas prévias à organização de um eventual partido de trabalhadores. Em primeiro lugar, a básica, fundamental: a sindicalização massiva. Nossos sindicatos continuam representando efetivamente a não mais de 15%, em média, dos trabalhadores urbanos. Não dá nem para falar nos rurais. Deve ser um dos níveis mais baixos do mundo e que fica desmoralizado se comparado, por exemplo, com o índice de sindicalização na Argentina: de 80 a 90%. Enquanto uma direção sindical não falar efetivamente em nome da maioria de sua categoria funcional é tremendamente vulnerável. Em segundo lugar, os trabalhadores brasileiros teriam que enfrentar outras enormes tarefas prévias para constituir efetivamente uma classe social autêntica: derrotar o peleguismo ainda dominante (isso ficou evidente no último congresso da CNTI), eliminar a tutela do Ministério do Trabalho (imposta através do imposto sindical, e que significa a própria negação da autonomia sindical), conseguir legalizar o direito de greve, restabelecer o estatuto da estabilidade e recuperar os índices de salário real. Se os líderes sindicais conseguirem tudo isso nos próximos cinco anos terão realizado um trabalho de Hércules e estarão efetivamente credenciados para assumir uma liderança política. Além disso, a idéia, assim como foi exposta, me parece muito confusa. Se se pretende efetivamente organizar um partido exclusivamente de trabalhadores, estaríamos frente a um caso inédito no mundo, a uma estranha forma de chauvinismo classista. Dá inclusive para citar exemplos. Imagine uma disposição semelhante na Rússia em 1917, na China nos anos 40/50, e em Cuba em 1958. Nem Lenin, nem Trotski, nem Stalin, nem Mao, nem Chou en Lai, nem Fidel, nem o Che — todos originários de outras classes sociais, desde a pequeno-burguesia até a aristocracia e o latifúndio — poderiam haver participado nas respectivas revoluções. Nem Marx, ou Engels poderiam haver elaborado as leis básicas do Marxismo pelo fato de não serem operários. O que evidentemente se necessita é um partido que pela sua definição ideológica e pela sua ação político-social assumam efetivamente, sem demagogia nem desvios caudilhescos, os interesses das classes trabalhadoras. Um partido em que os trabalhadores urbanos e os camponeses participem realmente em todos os níveis de direção, junto com outros setores classistas — como as classes médias, os estudantes, a intelectualidade — totalmente desvinculados do imperialismo, do capitalismo interno e do sistema social caduco vigente no campo. Tudo isso dentro de um programa político e social perfeitamente definido, cujo objetivo final fosse a libertação nacional e a instauração do pleno Socialismo.

SERÁ ESTE O NOSSO MAPA NO FUTURO?

É como ficará o mapa do Brasil, se vingar a tese da internacionalização da Amazônia, assunto que o repórter José Casado trata aqui, com base num levantamento que identifica 68 grupos estrangeiros com terras ou projetos na Região

"A presente disputa visando ao domínio de imensas extensões banhadas pela Bacia Amazônica, é do ponto de vista geopolítico a continuação da luta histórica de superação dessa mesma área por Portugal e Castela, pela hegemonia da América do Sul".

(Lewis Tambs, *Geopolitics of the Amazon*)

De fato, essa luta ainda não terminou. Chegou-se entretanto a uma etapa decisiva para os brasileiros. Consolidadas as fronteiras do Norte, no final do século passado e início deste, trava-se, agora, uma luta pela ocupação desse espaço, que alguns autores de geopolítica entendem como o *hinterland* da América do Sul.

Não se trata de deter um possível avanço dos países limítrofes. A questão está na manutenção das fronteiras com a ocupação da área por brasileiros. E isso, a julgar pelos dados oficiais, já não é uma tarefa tão fácil quanto no início deste século.

Em março próximo, o Congresso Nacional deverá constituir uma comissão parlamentar de inquérito para estudar a atuação dos grupos estrangeiros na Amazônia. Essa CPI poderá, então, acabar revelando ao País uma situação quase nunca comentada pelos funcionários governamentais: a Amazônia está sendo rapidamente internacionalizada.

Assiste-se a um processo de desnacionalização daquela região, já literalmente dividida entre as grandes corporações internacionais — os chamados **Estados Modernos**.

Trata-se de uma conquista *pacífica* que já levou o Brasil a ceder a propriedade de uma área (superior a 100 mil quilômetros quadrados) equivalente ao território que a Alemanha perdeu no final da II Guerra Mundial — as províncias orientais da Pomerânia, Silésia, Prússia e a parte velha de Brandebourg.

Hoje, as corporações estrangeiras dominam mais de 10 milhões de hectares de terras agriculturáveis e têm obtido, em escala crescente, direitos de exploração dos recursos naturais amazônicos.

E, por mais paradoxal que possa ser, foram os cofres da União — através do sistema de incentivos fiscais — que estimularam e subsidiaram a ida desses grupos para a Amazônia.

A divisão daquele território entre os grupos estrangeiros está realacionada de forma efetiva com os programas governamentais de aumento dos rebanhos, im-

plantação de um complexo minero-metalúrgico e exploração de madeiras tropicais.

A compra de terras, por exemplo, foi subsidiada com a concessão de incentivos fiscais a um grande número de projetos controlados em parte, ou totalmente, pelo capital estrangeiro. (*Coojornal* nº 35)

Nos casos em que a aquisição de áreas não ocorreu com a utilização de incentivos, quase sempre foi feita em função da concorrência aberta pelo Sistema. E, assim, surgiram os latifúndios de limites quase sem paralelo em outros países.

A FAMÍLIA ROCKFELLER

Os principais proprietários são os milionários norte-americanos. A esse respeito deve-se observar, inclusive, que a afirmação de que o velho Daniel Keith Ludwig detém o controle da mais extensa propriedade amazônica é, no mínimo, incorreta.

Os irmãos Rockefeller, que controlam o Chase Mahathan Bank e o First National City Bank, ambos com sede nos Estados Unidos, possuem um volume de terras bem maior. Apenas três de seus maiores projetos agropecuários na Amazônia têm uma

área total equivalente àquela ocupada por Ludwig.

Os Rockefeller possuem, entre outras propriedades na região, 531 mil hectares no Mato Grosso, sob controle do Chase; 163 mil hectares no Pará, em fazendas da Swift-Armour e, ainda nesse estado, 550 mil hectares registrados pela King's Ranch Incorporation. Juntas, essas fazendas somam 1,2 milhão de hectares.

Considerando-se as empresas controladas diretamente pelo Chase e outras ligadas ao grupo, pode-se chegar à conclusão de que essa família é, de longe, a maior proprietária de terras na Amazônia e, também, a que detém o maior número de concessões para pesquisa e exploração de recursos naturais (madeiras e minérios).

Basta citar cinco das grandes companhias que o Chase controla diretamente: a International Telephone and Telegraph (ITT) e a Goodyear, ambas com fazendas de mais de 200 mil hectares; a United States Steel Corporation, Bethlehem Steel e International Nickel Company, todas detentoras de mais de 100 áreas minerais.

Há ainda os casos em que participam indiretamente, ou detêm o controle minoritário do capital da empresa responsável pelo projeto. Isso acontece, por exemplo, com a Singer Sewing Machine Co. — empresa dos Rockefeller, líder no mercado de máquinas de costura — que participa da Agropecuária Barra do Garças, com área de 100 mil hectares no Mato Grosso.

O ESTILO LUDWIG

Ludwig, portanto, é apenas um dos grandes proprietários. Sobre os limites de

seu território não há — ou pelo menos não deveria haver — muito mistério.

Legalmente, a área da Jari Florestal e Agropecuária Ltda. (controlada pela "holding" do grupo, a National Bulk Carriers) é de 400 mil hectares. E disso, até a Presidência da República tem conhecimento oficial, pois recebeu um levantamento a respeito realizado pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa), órgão ligado ao Governo daquele estado.

Sabe-se que o Projeto Jari, empreendimento privado agroindustrial quase totalmente integrado, desenvolve-se em uma área restrita a 250 mil hectares, às margens do Rio Jari, que limita o Amapá e o Pará.

Mas, sua zona de influência permite à empresa divulgar em seus relatórios o limite de 1,5 milhão de hectares como sendo de sua propriedade. Quando de sua implantação, há cerca de 10 anos, a Jari informava possuir uma área total de 3 milhões de hectares.

Essa empresa é uma das nove subsidiárias da NBC no Brasil, está instalada a 500 quilômetros de Belém, sobre terrenos muito ricos em caulim e bauxita, com trechos bastante favoráveis à criação de gado, plantação de arroz e silvicultura. Pretende fabricar e exportar celulose, papel-imprensa, alumínio e madeira compensada.

Empregando sete mil pessoas, Ludwig reedita, ao seu estilo e com êxito, o plano do velho Henry Ford — criar um "império" particular em plena selva amazônica.

Seus problemas são frequentes, e vão desde as questões trabalhistas (há denúncias concretas de trabalho semi-escravo), até às ações fiscais — recentemente a Jari foi "autuada" por exportar arroz em casca sem recolher ICM; em outras circunstâncias, seria um caso de contrabando.

No entanto, Ludwig pode-se dizer bem sucedido com seu empreendimento. Apesar das oposições internas conseguidas do Governo, privilégios como o de importar uma fábrica de celulose do Japão, ao preço de US\$ 230 milhões, quando poderia — e deveria, por Lei — adquirir os equipamentos já fabricados no País e que representariam 80% do projeto.

E mais: mesmo sendo a Jari uma em-





**A Amazônia sem o Brasil:
5 milhões de km²,
80% das reservas de madeira,
50% de ferro, 100% de
estanho, 93% de alumínio, etc.**

presa de capital estrangeiro todos seus empréstimos externos têm recebido pleno aval do Governo Federal.

O FASCÍNIO DA SELVA

Não há dúvida de que a Amazônia desperta atração nos milionários estrangeiros, sobretudo europeus e norte-americanos. Talvez seja algo parecido com aquilo que Henry Ford disse ao chegar à região, no final da década de 20, para montar sua "Fordlândia": "Um teste para o poder do homem sobre a Natureza".

Para as grandes corporações internacionais, a Amazônia também não deixa de ser um centro de poder voltado para o futuro; uma zona politicamente "neutra" e propícia ao desenvolvimento de algumas atividades.

É o caso dos três maiores produtores mundiais de carnes e conservas. Distantes de seus países de origem — onde a legislação antitrustes tem sido rapidamente aperfeiçoada — e ao mesmo tempo muito próximas de seus principais mercados, essas companhias pretendem abastecer grande parte do Ocidente utilizando rebanhos desenvolvidos nessa região.

Suas fazendas, somadas, atingem a 1,7 milhão de hectares e estão distribuídas entre o Nordeste do Mato Grosso e o Sul do Pará, devidamente registradas em nome de subsidiárias.

O grupo Atlas Handelsgesellschaft, da Alemanha, o The Union International, da Inglaterra, e a Swift — King's Ranch, dos Estados Unidos, não escolheram a Amazônia ao acaso.

Entre as vantagens que levam sobre os outros produtores, tanto do Sul do País quando de outras nações, duas são perfeitamente identificáveis: em primeiro lugar, a entressafra naquela região ocorre apenas nos quatro meses de seca.

Depois, há possibilidade de um abate sistematizado, objetivando exclusivamente a exportação, já que os rebanhos estarão há apenas três mil milhas marítimas do Canal do Panamá, sendo possível ainda o escoamento da produção dos frigoríficos pelo Oceano Pacífico.

O AVANÇO ALEMÃO

O grupo Atlas Handelsgesellschaft possui 220 mil hectares no Mato Grosso e é uma das grandes corporações alemãs com propriedades na Amazônia. Junto com a Volkswagem do Brasil controla 49% do capital do frigorífico Atlas, cuja implantação foi aprovada em outubro último pelo

Governo Federal, após uma série de pareceres técnicos contrários.

Esse frigorífico, a ser instalado em Santana do Araguaia (Pará), reunirá outras sete empresas que possuem grandes fazendas na região. Vai ter capacidade para abate de 150 mil cabeças/ano e exigirá um investimento de Cr\$ 640 milhões, sendo 49% desse total de recursos fornecidos pelos cofres públicos — o limite máximo permitido em Lei.

Seu objetivo, naturalmente, será o abastecimento de carne ao mercado alemão, em primeiro lugar. Atlas (que também possui uma rede de supermercados na Europa) e Volkswagem são, individualmente, os principais acionistas. Dois terços da produção vai para o Mercado Comum Europeu.

Vai empregar 512 pessoas, o que significa um investimento muito elevado, de Cr\$ 1,5 milhão aproximadamente, para cada emprego gerado. Absorverá 1,87 milhão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) em incentivos, o que representa mais de 20% do orçamento anual da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), órgão que aplica os recursos do Imposto de Renda lançados na conta do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam).

A Volkswagem do Brasil é uma das sete subsidiárias do grupo Volkswagenwerke AG instaladas no País. Conforme do "Guia Interinvest", esse grupo é controlado pelos Governos da Baixa Saxônia, Alemanha Federal e Fundação Volkswagem.

Para atuar na Amazônia, a Volkswagem criou a Companhia Vale do Rio Cristalino e, com a dedução de 50% do Imposto de Renda que devia, comprou 140 mil hectares no Sul do Pará, em Santana do Araguaia. Investiu Cr\$ 200 milhões, dos quais um terço é de recursos próprios, na formação de um rebanho de 110 mil cabeças, cujo abate será feito pelo Frigorífico Atlas.

Se forem somadas as áreas adquiridas na Amazônia para projetos agropecuários por apenas três dos grandes grupos alemães instalados no País (Atlas, Volkswagem e Mercedes Benz), chega-se a um total de 560 mil hectares distribuídos entre o Nordeste do Mato Grosso e o Sul do Pará.

OS BOIS E O VATICANO

Outro grupo alemão interessado na criação de gado é a Liquifin AG Liechtenstein — Ansalt, que possui 11 subsidiárias no país, entre elas a Liquigás S.A. Esta, associou-se aos grupos Montedison SpA (da

Itália, com 20 subsidiárias no Brasil), Ometto e Dedini para desenvolver em Barra do Garças, Mato Grosso, a fazenda Suiá-Missu.

No início, o Vaticano participou do projeto detendo 577 mil hectares da área total, que é de 678 mil hectares. Com vendas já asseguradas para o mercado italiano, a Suiá-Missu pretende começar abatendo 65 mil cabeças e chegar a 180 mil cabeças de gado/ano.

Já The Union International, da Inglaterra, um dos principais comerciantes de carnes do Mercado Comum Europeu, registrou cerca de 1,3 milhão de hectares em nome de duas subsidiárias: a Lanashire Investments e o Frigorífico Anglo.

De acordo com Osny Duarte Pereira ("multinacionais no Brasil", Civilização, 1974), The Union já foi diversas vezes acusado de contrabando de gado na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, onde adquiriu terras contínuas e registrou em nome de várias subsidiárias em cada um desses países.

O MONOPÓLIO ROCKFELLER

A Swift-Armour e o King's Ranch Incorporation também possuem extensas áreas e projetos de grande porte. Tanto a Swift como a Armour atuam no Brasil desde a década de 30, quando foram instaladas pela Deltec International — grupo Rockefeller.

Em 1972, o grupo canadense Brascan — o maior investidor estrangeiro no país, com 38 subsidiárias — adquiriu-as em sociedade com o grupo Azevedo Antunes, representante da Hanna Corporation e da Bethelhem Steel, empresas ligadas ao grupo Rockefeller.

Feita a fusão, a Swift-Armour associou-se à King's Ranch — também do grupo Rockefeller — em um projeto pecuário sobre 163 mil hectares do Pará. A King's Ranch possui naquele estado outros 550 mil hectares.

A King's Ranch foi fundada em 1954, no Arkansas, por Winthrop Rockefeller — 1,90 de altura e mais de 100 quilos de peso, "um milionário abrutalhado e uma espécie de homem das cavernas", segundo a definição da revista "Time".

Winthrop, um colecionador de obras pornográficas, montou a King's Ranch com o objetivo de conquistar o monopólio no mercado norte-americano de carnes. Seus biógrafos contam que ele pagou 31,5 mil dólares pela primeira cabeça da mais pura raça Santa Gertrudes. Hoje, o grupo mantém a hegemonia nessa linhagem; no Brasil, possui três subsidiárias

É certo que os estrangeiros, especialmente os norte-americanos, tiveram sua atenção despertada para o potencial dos recursos naturais e do solo amazônico a partir de um detalhado levantamento realizado pela U.S. Air Force, na década de 60, confirmado e aprofundado pelo Projeto Radar da Amazônia (Radam), nos anos 70.

Os estudos com auxílio de fotografias aéreas e imagens do satélite Landsat indicaram as áreas de solos férteis, formações geológicas promissoras como reservas minerais, e ainda propiciaram um inventário florestal de algumas regiões.

Foi com base nesse tipo de informação que os técnicos do Radam avaliaram em US\$ 90 bilhões a madeira própria para comercialização existente na Amazônia. Desse total, US\$ 18 bilhões estão representados por espécies nobres, conhecidas no mercado consumidor mundial, e com diâmetro mínimo de 25 centímetros.

Alguns dos maiores produtores mundiais de madeiras, interessados em assegurar uma fonte de suprimento de espécies tropicais — que tende a ser a base do mercado mundial, em futuro muito próximo — deslocaram-se, então, para a Amazônia.

É o caso, por exemplo, da Georgia Pacific Corporation, dos Estados Unidos, da Brunnyzeel N.V. Zaandam, da Holanda, e dos grupos japoneses Eidai e Toyo Menka Corporation.

A Georgia Pacific está ligada aos grupos Morgan Guaranty City — Rockefeller e é o maior fabricante de madeira compensada dos Estados Unidos, produzindo também papel e celulose. Possui 800 mil hectares no Pará, divididos entre duas subsidiárias.

A Amazônia Madeira e Laminados explora 500 mil hectares na região de Portel, cabeceira do Rio Pará. Já a Magesa é resultado da associação da Georgia Pacific com o milionário Robin Hollie McGlohn em um projeto madeireiro de 300 mil hectares, também no Pará.

A história dessa associação é bastante confusa, mas sabe-se que McGlohn vendeu parte de suas terras à Georgia Pacific que, posteriormente, sentiu-se enganada quanto às reais dimensões da propriedade. Na renegociação chegaram a um acordo.

A Brunnyzeel N.V. Zaandam, da Holanda, uniu-se à Bethelhem Steel (grupo Rockefeller) para explorar 250 mil hectares no Amapá, há 20 quilômetros da Capital do Território.

Dos grupos de origem japonesa destacam-se: a Eidai Co., com área de 50 mil hectares no Pará, e a Toyo Menka, que possui 200 mil hectares no estreito de Brevés, Amazonas.

E MAIS QUATRO MILHÕES DE HECTARES...

Outros grandes proprietários de terras na Amazônia, que possuem projetos pecuários ou florestais em implantação, cujas áreas somam 4,1 milhões de hectares: Ed Key Properties, com 1,6 milhão de hectares; Mission Bay, com 632 mil hectares; Sifco Industries, com 50 mil hectares; Marubeni Co., 30 mil hectares; Mitsui Co., 70 mil hectares; Eastern Research Co., 50 mil hectares; TRW Thompson, 60 mil hectares; Nichinem Inc., 41 mil hectares — todos localizados no Pará.

Em Goiás, estado que possui mais de 5% de seu território vendido a estrangeiros, está a Universe Overseas Holding, com 504,7 mil hectares; World Land Co., 72,5 mil hectares; Twin Agricultural and Industrial, 63,1 mil hectares; Tsuzuki Spanning Co., 50 mil hectares.

O Mato Grosso (Norte e Sul), foi escolhido pelo príncipe Johannes Prinz von Thurn und Taxis, que possui uma área de 55,6 mil hectares, e também, por The United American Co., com 156 mil hectares; Georg Markof, 70 mil hectares; Barclays Banks, 100 mil hectares; Heublein Inc., 200 mil hectares; Toyobo, Mitsubisi e Yakult, em um só projeto de 150 mil hectares; Wirtpoll Co., 60 mil hectares; John W.R. de Buys Roessingh, 50 mil hectares; e Yamaoka Realty, 52 mil hectares.

A "CORRIDA" DAS MINERADORAS

Os interesses não estão restritos à terra, à agricultura, à pecuária e à floresta. Abrangem também a mineração (pesquisa e lavra), pois todos os levantamentos geológicos feitos na Amazônia revelaram áreas diversas bastante promissoras em reservas de bauxita, ferro, manganês, ouro, níquel, cassiterita, nióbio, zinco, wol-

frânio, tantalita, cobre, columbita, fosfato, cobalto, prata, chumbo, cromo, granito, salgema, scheelita, caulim e berilo.

Os minerais estratégicos disponíveis na Amazônia provocaram uma autêntica "corrida" das corporações internacionais. Em apenas dois anos (1973/1974), por exemplo, seis importantes grupos, Royal Dutch Shell, Saint Joe Minerals, Saint Gobain Pount-à-Mousson, International Nickel, Brascan e United States Steel Corporation requereram nada menos do que 188 áreas para pesquisa mineral em dois municípios do Pará, Marabá e São Félix do Xingu.

A maior parte dos pedidos de pesquisa, naturalmente, não chega a constituir um programa de investimento; na verdade, o requerimento de áreas é apenas uma das formas de um grupo empresarial ingressar em uma região e garantir sua presença nela, sem que isso signifique pretensão de explorá-la imediatamente.

Entre as principais companhias internacionais de mineração com áreas na Amazônia estão: Alcoa, U.S. Steel, Alcan, Anglo American, Hanna Co., Bethel Steel, Shell, Saint Joe, Saint Gobain, Inco, Brascan Eternit, Brasimet, Patiño, Mitsubishi, Mitsui, Show Denko, Sumitomo Chemical, Nippon Steel, Oesterle, Stanko, Noranda, New Jersey Zinc, De Falcon, Exxon, Bunge y Born.

Mas, o que representa esse avanço dos grupos estrangeiros sobre uma área como a Amazônia? Por que essa ofensiva?

Que as grandes corporações internacionais exercem um papel relevante no poderio político, militar e econômico de seus países de origem, é fato reconhecido.

Pouco se tem falado, entretanto, sobre como o Governo dos Estados Unidos — por exemplo — encara o papel dessas empresas em sua estratégia global.

A Escola Superior de Guerra Norte-Americana realizou, recentemente, um estudo no qual conclui que "o fenômeno da empresa multinacional sempre maior, preponderantemente americana, pode desempenhar um papel de relevo em nosso poderio global".

O autor, tenente-coronel da U.S. Air Force, Richard A. Bowen, observa: "Se queremos que prevaleçam nossos valores e sistema de vida, seremos obrigados a competir com outras culturas e centros de poder. A empresa multinacional oferece uma imensa ajuda para a consecução desse objetivo. O seu crescente arsenal de operações no exterior trabalha por nós durante as 24 horas do dia. A sua ação osmótica transmite e instila, não apenas métodos de operação mundial, técnicas bancárias e de comercialização americanas, mas nossos sistemas e conceitos jurídicos, nossas filosofias políticas, nossos sistemas de comunicação e idéias sobre mobilidade, bem como o grau de humanidade e artes que é peculiar a nossa civilização".

O documento considera as empresas

Nos bastidores, dois grupos manobram para obter a concessão e instalar uma base de mísseis em território amazônico



REALIDADE AMAZÔNICA

como patrimônios nacionais que, "em períodos de crise e conflito armado" estariam "obrigados, em conjunto com outros elementos do poder nacional e aliado... a debilitar o inimigo, negando-lhes recursos e subvertendo-lhes os ativos e operações externas comerciais e industriais".

EM DISPUTA, UMA BASE DE MÍSSEIS

Sob um ponto de vista militar, a Amazônia é uma área extremamente importante. É estratégica para os sistemas de defesa do Brasil e dos Estados Unidos.

O general Carlos de Meira Mattos, ex-chefe da divisão de assuntos políticos da Escola Superior de Guerra (ESG) e ex-vice chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) chegou a expor em livro — "Geopolítica e Destino", José Olympio, 1975 — como e por que a ocupação dessa região é considerada "uma premissa da defesa do continente americano".

Mattos ressalta a importância da África — e em função dela, a Amazônia — por sua posição de "base intermediária para as ações militares entre a América e a Eurásia".

Ele comenta: "No momento em que uma potência militar hostil ao Brasil" — e, portanto, aos Estados Unidos — "ocupar a costa atlântica da África, em qualquer ponto desde o Marrocos até a África do Sul, começaremos a sentir em nosso país um clima de inquietação e de pressão bélica sem precedentes na nossa história. Isto porque, hoje, até mesmo uma base de foguetes médios instalada no saliente oeste africano poderá facilmente ameaçar larga faixa do Nordeste".

Esse, aliás, é um dos argumentos levantados por assessores dos três ministérios militares, e do Conselho de Segurança Nacional, para justificar "a necessidade de integrar a Amazônia", no sistema coordenado de defesa aérea do Ocidente, que está sendo montado em torno da linha do Equador.

Nos bastidores, dois grupos fornecedores de tecnologia aeronáutica manobram para obter uma concessão especial do Governo brasileiro e instalar uma base de mísseis avançados em território amazônico.

A Orbital Transport und Raketen Aktiengesellschaft (Otrag), da Alemanha Federal, e a Societé Aerospatiale, da França, há meses vem negociando projetos com o Governo Federal(1).

Escolheram a linha do Equador, porque nessa órbita garantiriam um melhor rendimento em velocidade e segurança para os lançamentos de foguetes, bem como maior índice de precisão em relação aos alvos situados em qualquer parte da Terra.

Esse empreendimento, no entanto, apresenta alguns riscos políticos para o Governo do país hospedeiro. As empresas, obrigatoriamente, têm que manter um rígido esquema de segurança sobre a área

da base, o que significa qualificar, na prática, de "independente" o território escolhido. O controle de uma zona militar extensa por grupos privados, em última análise, pode vir a conflitar com os princípios jurídicos e constitucionais de uma República Federativa. Daí a razão de, até agora, não terem chegado a um acordo com Brasília.

A "ANTÁRTIDA" DAS MULTINACIONAIS

Em linhas gerais, constata-se que a ocupação da Amazônia por grupos estrangeiros reflete um processo de redefinição do jogo político norte-americano na América Latina, e, conseqüentemente, uma mudança de orientação dos europeus nessa região.

A tradicional diplomacia, que considerava a América Latina como "quintal dos Estados Unidos", está dando lugar à "diplomacia privada", que, aparentemente, possui um paradoxo: o desengajamento político-militar dos EUA é acompanhado pelo crescimento da área de atuação de suas empresas na região.

Em outras palavras, significa que está desaparecendo a figura do Estado-Nação interveniente para, em seu lugar, surgirem as empresas, cujo principal referencial político é o mercado.

E, para as corporações internacionais operarem "eficientemente" elas precisam adotar uma dupla estratégia: estabelecer um compromisso sobre as regras de competição entre si no plano mundial e, simultaneamente, combater as políticas de seu país de origem (e dos países em que opera), que venham a perturbar as condições indispensáveis ao estabelecimento desse compromisso.

É nesse sentido que a Amazônia tende a ser considerada um "território livre". Começou a ser encarada dessa forma, há pouco mais de dez anos, quando, entre outros, nela aportou o velho milionário norte-americano Daniel Keith Ludwig — que escolheu uma área altamente estratégica (próxima à foz do Rio Amazonas) para implantar seu "império".

Durante todo esse tempo, Ludwig demonstrou sua convicção de que, em "futuro próximo", a Amazônia será uma área internacionalizada. E procurou transmitir esse raciocínio aos seus assessores mais chegados, com detalhes e precisão.

Um deles, Nei Monteiro da Silva — gerente-geral da Jari — revelou em São Paulo, há um mês, como Ludwig faz questão de deixar isso bem claro para seus funcionários: "A orientação básica que recebemos é a de que estamos ocupando uma extensa área verde que, amanhã, poderá ser internacionalizada. Algo assim como a Antártida".

(1) — A Otrag já perdeu a competição para a Aerospatiale, segundo as últimas notícias

Enquanto o livro do General Olympio Mourão Filho está apreendido, Você pode ler outros bons lançamentos da L & PM Editores



A1 - O mais completo documento sobre o movimento de 31 de março de 1964, 2ª edição. Cr\$ 300,00



A2 - Um livro corajoso e veemente. Mais denúncias contra o totalitarismo e as arbitrariedades do Governo. Cr\$ 100,00



A3 - As denúncias do pacote de abril e da corrupção. Um brado pela volta ao estado de direito. Cr\$ 100,00



A4 - Um livro que conta os bastidores da truculenta censura à imprensa exercida em nosso país. Cr\$ 100,00



A5 - O novo romance de Josué Guimarães. A votação da emenda do divórcio é assistida na "casa" de Dona Anja. Cr\$ 120,00



A6 - Todo o humor e a ironia de Woody Allen, já em 3ª edição. Ganador de 4 Oscars em 77. Cr\$ 110,00



A7 - Contos e novelas curtas tratando da solidão e da miséria nas grandes cidades. Um livro impressionante. Cr\$ 120,00



A8 - Uma novela sobre a noite e o submundo. Uma história urbana, e personagens singulares. Cr\$ 100,00



A9 - A volta de um grande sucesso. 7 histórias de grande qualidade literária. Cr\$ 100,00



A10 - O "espírito" de Hitler paira sobre os anos 70. Muito humor, numa incrível história de aventuras. Cr\$ 90,00



A11 - O mais completo quadro do humor brasileiro, com 82 dos maiores humoristas. 2 volumes. Cr\$ 120,00



A12 - Humor. Cartuns sobre poluição, censura e realidade brasileira em geral. Cr\$ 100,00



A13 - O maior sucesso teatral dos últimos anos. Humor e drama em situações reais. Cr\$ 110,00



A14 - A volta do grande sucesso. Em 4ª edição. Textos e a história da liberdade através dos tempos. Cr\$ 90,00



A17 - O homem da pré-história ao seu fim. Um livro importante. Humor Cr\$ 90,00



A18 - Rango reeditado em seus primeiros números. 240 pg. Cr\$ 80,00

LIBERADO

Memórias: A verdade de um revolucionário. A 1ª edição está esgotada. Logo, você poderá pedir este livro também pelo reembolso postal.

Em todas as livrarias, ou pelo reembolso postal

Peço que me enviem pelo reembolso postal os seguintes livros

A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13
A14			A17	A18								

(marque com um "x" os livros desejados)

Nome

Endereço

Cidade

CEP

Estado

Recorte este cupom e envie para a L&PM Editores Ltda. Rua Comendador Coruja, 372 90.000 - Porto Alegre - RS. Não mande dinheiro agora

A FRONTEIRA FECHADA

Por Victor Hugo Sperb e Cláudio Cerri

A ocupação da Amazônia fecha a última fronteira por onde poderiam escoar as tensões do campo

Nada surpreendente escolher a agricultura como meta prioritária do Governo. Ela sempre reaparece em momentos de crises. Esteve na moda em 1920, voltou depois da II Guerra, foi reposta em 55, com o Plano de Metas, ressurgiu em 61/62 e, mais tarde, em 66/67. Em todas essas ocasiões houve propostas claras no sentido de se fazer, por exemplo, uma reforma agrária. Mas o que se buscava, na verdade, eram novas alianças com setores latifundiários — "uma renegociação dos pactos de poder".

Essa é a idéia básica do professor José Francisco Graziano da Silva, da Universidade de Campinas, para explicar tanto interesse pelo setor agrícola, como o que vem sendo demonstrado pelo presidente eleito, general João Baptista Figueiredo.

Mas muita coisa mudou nesta década na agricultura brasileira. E a renegociação do *status quo* deve ser um pouco mais complicada. A começar pelo atropelamento que a grande empresa rural cometeu na Amazônia (muitas vezes no sentido literal), comprometendo a área que seria o próximo escoadouro das tensões no campo.

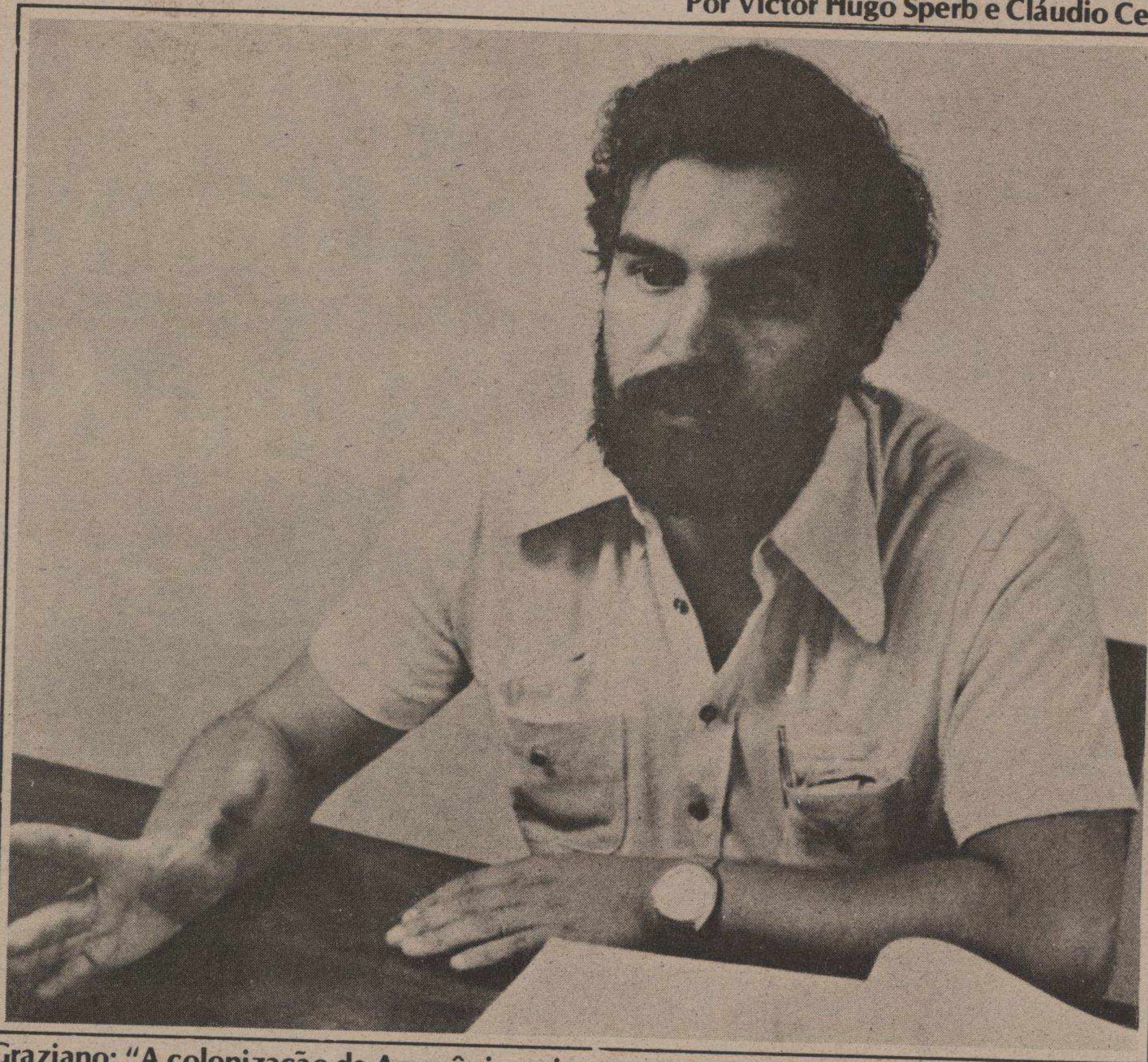
Aos 29 anos, o professor Graziano já possui um sólido currículo de trabalhos e estudos para abordar a questão agrícola numa entrevista, numa sala de aula, conferência ou debate. Formado em Agronomia, e com mestrado em Economia Rural pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba (SP), pertence hoje ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Unicamp, onde prepara sua tese de doutoramento sobre o problema do desemprego na agricultura. Antes disso, porém, ele chegou às livrarias como coordenador de um vasto trabalho intitulado "Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira", cujo primeiro volume acaba de ser lançado.

Coojornal — Segundo o general Figueiredo, a ordem do dia é a agricultura. Como vai ela?

Graziano — Nossa agricultura sofreu três grandes modificações, a partir de 72, que terão reflexos num futuro próximo. A primeira dessas grandes modificações é a questão do fechamento da fronteira agrícola na Região Norte. Houve uma mudança fundamental na ocupação da Região Norte em relação, por exemplo, a ocupação do Sudoeste do Paraná e Sul do Mato Grosso, onde a terra era ocupada como fator de produção. No Norte ela é ocupada do ponto de vista da reserva de valor. É para evitar uma desvalorização do capital que se empata em dinheiro e em terras. A fronteira sempre foi a chave do modelo agrícola brasileiro (se é que se pode chamar assim). O aumento da produção sempre foi alcançado basicamente pela incorporação de novas áreas. E, o que me parece mais importante, politicamente, é que era a válvula de escape de tensões sociais. A ocupação do Sul do Mato Grosso foi a contra-reforma no Rio Grande do Sul; a ocupação de Goiás, foi a contra-reforma em São Paulo e no Paraná; e a ocupação da Amazônia seria a contra-reforma no Nordeste.

Coojornal — Quais as conseqüências desse fechamento da fronteira agrícola?

Graziano — Primeiro, vamos ter uma urbanização precoce na região Norte e Centro-Oeste, com a população sendo expulsa do campo. O Paraná absorveu durante 25 anos os excedentes populacionais do Nordeste. Rondônia, em cinco anos, não consegue mais absorver os excedentes do Paraná. Pará, em menos de cinco anos, não consegue mais absorver os excedentes nordestinos. Há uma tendência a rebater



Graziano: "A colonização da Amazônia seria a contra-reforma no Nordeste"

esses fluxos migratórios para as grandes metrópoles.

Coojornal — Como se explica essa dispersão na fronteira Norte?

Graziano — São vários fatores. Um deles são os incentivos fiscais do Governo que favorecem a grandes empresários do Centro-Sul a compra de extensas áreas. E a terra passa a ser rentável por si só, não precisa produzir. Seu ritmo de valorização foi superior a qualquer valorização do capital empregado em outras situações. Tivemos situações em que as terras valorizaram a taxa de 1.000% ao ano. Em parte, isso se deve a inexistência de um mercado de ações forte, estável, na região Centro-Sul, que pudesse absorver esses capitais em aplicações produtivas.

Coojornal — Quais são os indicadores do fechamento da fronteira?

Graziano — O principal são as tensões sociais. O número de conflitos internos cresce rapidamente. Rondônia e Pará lideram, hoje, as estatísticas de conflitos internos. Rondônia, que era destino de migrações do Sudoeste do Paraná e do Rio Grande do Sul, foi fechada inclusive, literalmente, pela Polícia Federal, com barreiras nas estradas desviando os fluxos de migração para o interior do Amazonas. Outro indicador é a redução das taxas de emprego na agricultura na Região Norte. De 70 a 75, cresceram a 10% ao ano. Agora estão caindo violentamente.

Coojornal — O que é que isso pode significar sob o ponto de vista político?

Graziano — Na medida em que a válvula de escape não funciona mais, a pressão política dessas massas provavelmente se intensificará, aumentarão os conflitos de terras. A fronteira agrícola tem funcionado como avalista do pacto de poder entre a burguesia industrial e os latifundiários: a burguesia não era incomodada por problemas sociais, o capitalismo não era colocado em xeque e os latifúndios podiam continuar expulsando gente. O fechamento pode mexer nesse pacto. Estamos em crise, é preciso que se estabeleçam novas alianças entre grupos do poder e é possível que o latifúndio passe a ser um aliado inconveniente.

Coojornal — Além do fechamento da fronteira, o que mais mudou substancialmente de 1972 para cá?

Graziano — A segunda grande mudança é a modernização acelerada da agricultura no Centro — Sul. Embora tenha se restringido a alguns produtos, como soja, trigo, cana e café, reduziu drasticamente o nível de emprego da região. Porque essa modernização não incidiu sobre todo ciclo produtivo. Incidiu, especialmente, no preparo do solo, através do uso de tratores e nos tratamentos culturais, através do uso de

herbicidas e defensivos. Acentuou, então a sazonalidade no trabalho, porque passou a precisar de mais gente em períodos cada vez menores, apenas na colheita praticamente. Criou um desequilíbrio muito grande na utilização de mão-de-obra. Gerou o sub-emprego rural, generalizado em todo País. Em São Paulo, por exemplo, um volante encontra 15 dias por mês, em média, na outra metade do tempo é um desocupado.

Coojornal — E a terceira modificação?

Graziano — É a monopolização. O que vem ocorrendo, não só no Brasil, é que o produtor agrícola, cada vez mais, vem sendo prensado entre dois blocos. De um lado, por um setor oligopolista que fornece insumos à agricultura e, de outro, por um mercado monopsônico, isto é, onde alguns poucos compradores absorvem toda a produção do campo. Um exemplo típico é o caso da suinocultura e da avicultura em São Paulo e em Santa Catarina. Para as grandes empresas, muitas delas multinacionais, o mais importante não é que o indivíduo seja um bom criador de aves e de porcos. Mas sim, que ele se transforme, em produtor, em consumidor de ração. Ao lado disso, assistimos ao fortalecimento dos grandes grupos que dominam o comércio de produtos de primeira necessidade — especialmente hortifrutigranjeiros, onde as cooperativas atuam como órgãos controladores da oferta e dos preços.

Coojornal — Como tudo isso, ainda existem soluções paliativas para a agricultura brasileira?

Graziano — Creio que sim. O fato de se colocarem problemas novos e complexos não quer dizer que o capitalismo tenha deixado de possuir alternativas para o campo. Há diversas medidas paliativas que podem ser tomadas. Por exemplo, a realização de uma reforma agrária parcial e localizada, de forma a fixar um contingente de trabalhadores em pequenas unidades de produção.

Coojornal — Essa proposta não vem sendo feita pelo Presidente do Banco do Brasil?

Graziano — É exatamente o que o Karlos Rischbieter vem propondo. Aliás não se trata de uma idéia nova. Ela já foi levantada, em 1958, pelo Ignácio Rangel, e incorporada, em seguida, pelo Celso Furtado no plano que deu origem a Sudene. O objetivo era sempre o mesmo: criar pequenas unidades de produção, ao redor de uma agricultura capitalista, de modo a fornecer excedentes permanentes de mão-de-obra para ela.

Coojornal — Quais são as conclusões mais importantes do seu livro?

Graziano — Fundamentalmente, ele constará uma relativa debilidade das trans-

formações capitalistas na agricultura brasileira até 1972. Ou seja, o capitalismo aqui ainda não conseguiu expropriar completamente os trabalhadores rurais, nem revolucionar o processo de produção de maneira ampla e dinâmica. O que se vê, na verdade, são avanços e recuos de uma lenta, e por isso mesmo dolorosa, modernização restrita a culturas e regiões específicas. E mesmo estas, não subsistiriam se não contassem com amparo dos subsídios estatais. Dentro desse quadro, o que se destaca é a persistente importância da pequena propriedade.

Coojornal — Qual o interesse econômico em manter essa situação?

Graziano — Há uma frase que explica isso: capitalista que se preza não planta o que pobre come. Os alimentos são tabelados para garantir o baixo custo de reprodução da mão-de-obra urbana. Dessa forma, produzi-los só é viável para pequenos proprietários que reduzem os seus custos através de uma auto-exploração exacerbada. A família camponesa não recebe salários, por exemplo. E isso explica também porque grandes empresas como a Souza Cruz ou a Cica, ao invés de produzir diretamente, preferem comprar matéria-prima de pequenos agricultores.

Coojornal — Se a pequena produção é tão importante, por que nunca se pensou numa reforma agrária que viesse beneficiá-la?

Graziano — Porque o desenvolvimento capitalista do campo brasileiro não seguiu o modelo clássico observado nos Estados Unidos, por exemplo. Aqui, o que se tem é algo mais próximo de uma via prussiana. O latifúndio não é eliminado, ao contrário, todo o esforço do Estado é no sentido de preservá-lo, modernizando-o. No Brasil, a burguesia industrial surge como uma extensão do latifúndio, e não em oposição a ele.

Coojornal — Então, politicamente, a reforma agrária seria inviável?

Graziano — Ela só é uma necessidade política e econômica dentro de uma via de desenvolvimento do tipo norte-americano. Nesse caso, para que o capitalismo avançasse no campo foi preciso destruir politicamente a classe latifundiária. No Brasil, o problema da reforma agrária se coloca de forma diferente. Eu acredito que para 20 milhões de pessoas, hoje, o acesso à terra constitui a única possibilidade de garantir a sua sobrevivência. São quatro milhões e meio de famílias de posseiros, arrendatários para os quais a reforma agrária representa, de fato, uma necessidade política e econômica. É por aí que a questão talvez volte a se colocar no Brasil.

Coojornal — Como se encaixa o Estatuto da Terra dentro disso?

Graziano — Bem, é verdade que ele criou os instrumentos legais para que o Estado fizesse uma reforma agrária capitalista no Brasil, em 1963. Posteriormente, com a edição do ato institucional número nove, se transformou numa legislação agrária que alguns consideram a mais radical do mundo. Entre outras coisas, ela autoriza o Estado a desapropriar terras, com pagamento em dívida pública, sem direito à contestação jurídica. O que ocorreu é que o Estatuto, mantido dentro de um quadro político totalmente diferente daquele em que havia sido criado, acabou funcionando ao contrário. E serviu para acelerar a de pauperização das massas rurais, para estimular o surgimento dos bóias-frias e, mais recentemente, dos esquentas-latas. Mesmo assim, creio que ele encerra um roteiro válido para orientar futuras transformações na agricultura.

Coojornal — O que é esquentas-lata?

Graziano — É um trabalhador que se submete a condições de exploração que os próprios bóias-frias não aceitam. É uma espécie de pré-bóia-fria. Geralmente é jovem, filho de minifundiário do Nordeste de onde sai em busca de emprego. Ele trabalha durante 150 a 180 dias por ano, em plena safra, nas usinas de açúcar de São Paulo e do Paraná. Trabalha em rodízio 12 horas e descansa as outras 12. Não ganha hora extra e evita assim que as usinas necessitem criar um terceiro turno durante a moagem.

Coojornal — Por que esquentam-lata?

Graziano — Porque ao contrário do bóia-fria que leva a sua comida, ele é obrigado a preparar a sua refeição no decorrer do próprio trabalho. E se utiliza, para isso, de latas vazias de conserva.

Coojornal — Afinal, quando se fala em agricultura brasileira, hoje, na verdade está se falando do quê? Do grande proprietário?

Graziano — É isto. Não existe uma agricultura brasileira, existem várias. E eu acredito que essas pessoas que estão falando em privilegiar a agricultura, hoje, estão pensando no grande proprietário. Particularmente duvido que se esteja pensando no acesso à terra desses 20 milhões de pessoas que têm na agricultura a única possibilidade de subsistência.

Coojornal — E qual a agricultura que deveria receber maiores atenções?

Graziano — Todas são importantes. Acho que a agricultura precisa continuar exportando. Mas é preciso também que haja uma preocupação com a pequena agricultura, que efetivamente produz. Para dar uma idéia de sua importância, basta examinar estes números: as pequenas e médias propriedades, com menos de 100 hectares, representam 80% de todos os proprietários brasileiros, mas possuem apenas 17,5% da área cadastrada em 1972. No entanto, eles respondem por mais da metade da área colhida de produtos básicos de alimentação — arroz, feijão, mandioca, milho — e por mais da metade dos produtos de transformação industrial — sisal, alfafa, algodão, amendoim, cacau, café, chá, fumo, linho, mamona, soja, trigo.

Coojornal — Mas os empresários da Amazônia foram oferecer terras ao Figueiredo. Por quê?

Graziano — Pelo simples fato de que não interessa nem aos próprios especuladores reter terras indefinidamente. Além disso, há evidências de que o negócio fundiário já não está tão bom como em 1975/76, quando as taxas de valorização chegaram a 30% ao ano. Agora, portanto, interessa realizar essa valorização, ou seja, vender essas terras compradas a preço de banana. É aí que entra o Governo. Para financiar o que os empresários da Amazônia, por exemplo, estão propagandeando como a alternativa da *colonização privada*. Eles ficam com uma *fazendinha* de 100.000 hectares cada um, e vendem o restante das terras, adquiridas com incentivos fiscais, a colonos financiados pelo Banco do Brasil.

Coojornal — A fazendinha vai sair de graça...

Graziano — Pois é. Vão ganhar uma fazenda e ainda passar à História como reformadores agrários. Eu suspeito, inclusive, que esse será um dos pilares do misterioso modelo agrícola que vem aí.

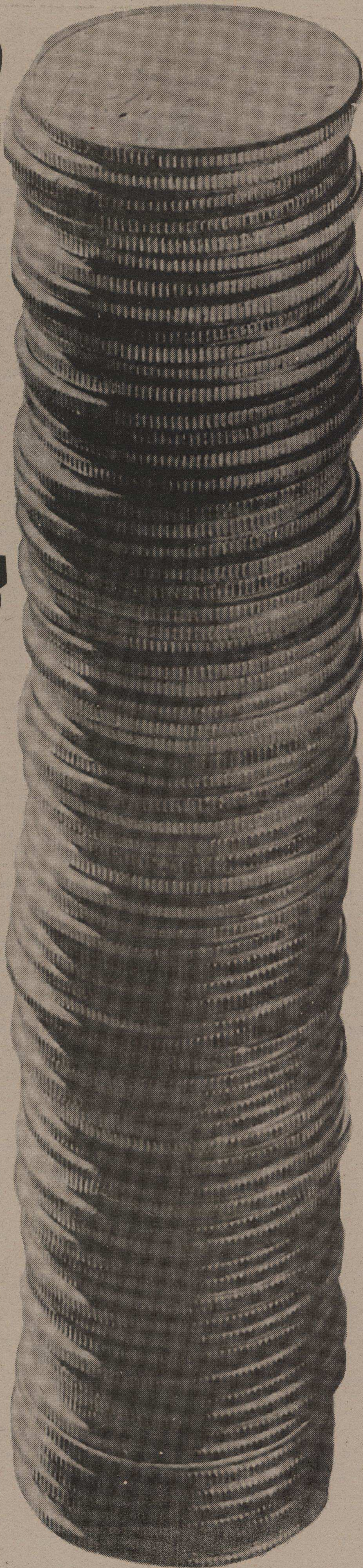
Coojornal — Tudo isso parece sair caro, e nossa agricultura já não é barata com tantos insumos químicos. Não seria possível produzir mais com recursos naturais?

Graziano — No Brasil não existem condições para uma agricultura baseada exclusivamente no humus natural, como era a agricultura dos egípcios. Nossos solos são pobres em sua maioria, embora há anos se insista no contrário. O importante, no caso, é não confundir o capitalismo selvagem que está aí, que ao invés de subjugar a natureza, passa a destruí-la, com as técnicas e recursos postos a serviço da agricultura em larga escala. Eu acredito que é possível e necessário desenvolver uma tecnologia mais apropriada à produção tropical, ao nosso tipo de solo e de clima. Todavia, isso implica, antes, em romper com o sistema oligopolista de insumos destinados ao campo, bem como a política oficial de subsídios à agricultura que, na verdade, beneficia a indústria em primeiro lugar.

Coojornal — Mesmo que o general Figueiredo queira, ele não tem condições de resolver esse impasse?

Graziano — Dentro da atual composição de forças, não. Enquanto, os grandes proprietários rurais e os monopólios industriais, juntamente com os grandes intermediários, ditarem as regras do jogo, o impasse continuará. Ou melhor, continuaremos a assistir um esforço concentrado da política agrícola oficial para eliminar todo o porco que é porco. E só deixar vivos os suínos. Afinal, porco come lavagem. E suíno come ração produzida pelas grandes indústrias.

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

REGISTRO

HISTÓRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA — Finalmente um pouco de ar no ambiente sufocante da historiografia oficial ou oficiosa. Os autores — Francisco Alencar, Lúcia Carpi e Marcus Vinícius Ribeiro — procuram neste livro da editora *Ao Livro Técnico S.A.* responder à pergunta feita por Leôncio Basbaum, num outro livro sobre o Brasil: "Onde está o povo na nossa História?". História da Sociedade Brasileira é destinado ao segundo grau. Começa com os índios, antes dos portugueses, e vem até 1978.

AS LEMBRANÇAS DE ELIANA — É o último livro de Oswaldo França Jr., editado pela Codecri. Recentemente, uma de suas novelas — Jorge, Um Brasileiro — foi adaptada para a televisão. Como diz a apresentação, "de instrutor de aviões de combate, reformado em 1964, a escritor de aguda sensibilidade"

GREVE NA FÁBRICA — Para escrever este livro, Robert Linhart trabalhou durante dois anos em fábricas para assistir de perto à situação dos operários. Tradução do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, editado pela Paz e Terra. 147 páginas.

MEMÓRIAS DO EXÍLIO — Obra coletiva, dirigida e coordenada por Pedro Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos, sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias Nascimento e Nelson Werneck Sodré. É o primeiro volume de uma coleção da Editora e Livraria Livramento, que pretende traçar um mapa do exílio de numerosos brasileiros pós 64. "Longo é o teu morrer/ Que cidades, que portos/ templos e quartéis/ viram teu rosto/ lentamente exterminado", diz um poema do Frei Tito, escrito pouco antes do seu suicídio em Paris, decorrência da violência e das torturas sofridas no Brasil, e incluído no livro.

POLÍTICA E HISTÓRIA EM GRAMSCI — Reúne textos de cinco teóricos europeus reunidos pelo Instituto Gramsci num encontro internacional em Florença, em 1977. São eles: Nicolas Badaloni (Liberdade Individual e Homem Coletivo, em Antonio Gramsci), Remo Bodei (Gramsci: Vontade, Hegemonia e Racionalização), Christini Bucu-Glucksmann (Sobre os Problemas Políticos de Transição, Classe Operária e Revolução Passiva) Umberto Cerroni (Universidade Política) e Franco Felice (Revolução Passiva, Fascismo e Americanismo em Gramsci) 255 págs. Cr\$ 130,00, da Civilização.

MULTINACIONAIS E SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO — Armand Mattellart, cientista social belga que viveu a experiência de Allende no Chile, analisa como as multinacionais assumiram o novo papel de agente de penetração ideológica e como através da tecnologia moderna, abriram caminho para o domínio do campo da informação. 287 páginas, Cr\$ 210, Livraria Editora de Ciências Humanas.

TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS — Traz dois textos de George Lukacs (um inédito no Brasil), um de Astrojildo Pereira (Tarefas da Inteligência Brasileira) e um de Werneck Sodré (História do Iseb). Também na coletânea um estudo sobre a revolta dos cabanos (Cabanagem — Revolução no Brasil), de Renato Guimarães e um artigo sobre a crise agrária, de Alberto Passos. É o número 4 desta publicação da Livraria Editora Ciências Humanas, 171 págs., Cr\$ 100.

O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL — "É um romance político porque só sei pensar politicamente", diz a autora, Heloneida Studart. Mas ela mesma ressalva: "Pode ser analisado como uma fábula, pois a gente aprendeu a falar por fábulas". Segunda edição, 134 págs., Cr\$ 100, Civilização.

NOTÍCIAS DA TERRA — É uma estréia que surpreende. Os dez contos reunidos neste primeiro livro do jornalista goiano, Antonio José de Moura, colocam-no já de saída entre os melhores dos chamados novos contistas. "De todos os livros de contos que li nestes anos, é seguramente o melhor", diz Aguinaldo Silva no prefácio. Editora Símbolo.

EXU TAMBÉM
PRECISA
DE STATUS

A MORTE BRANCA DO FEITICEIRO NEGRO (Umbanda: integração de uma religião numa sociedade de classes), de Renato Ortiz, Editora Vozes, 205 páginas, Cr\$ 100.

O progresso tecnológico, que está associado à ascensão da burguesia na História, levou muitos pensadores a prever que a religião fosse declinar, cedendo lugar a instituições e valores mais seculares. Deste modo, autores com posições teóricas bem diferentes frisarão o processo de secularização e racionalização que estaria ocorrendo ou viria a ocorrer em sociedades mais adiantadas. Assim Durkheim achava que os vínculos integrativos da religião estariam sendo ameaçados pela divisão social do trabalho e a Ciência estaria tomando seu lugar e Weber assinalou o processo de racionalização secular que ele chamou de "o desencantamento do mundo". Freud, por seu turno, considerava a religião "a neurose obsessiva universal da humanidade" e, para Marx, o socialismo eliminaria a necessidade do que ele batizou de "o ópio do povo"

Sem negar que a secularização seja uma das tendências importantes de sociedades adiantadas, deve-se admitir que a religião ainda exerce considerável influência, mesmo em países desenvolvidos, sejam eles capitalistas ou comunistas. Em relação a países subdesenvolvidos é interessante observar que a realidade mostra que se trata de um fenômeno bem mais complexo. A inserção de populações urbanas em relações capitalistas em países como o Brasil, provavelmente, tenderá a causar mudanças religiosas, mas elas não precisam, necessariamente, significar secularização.

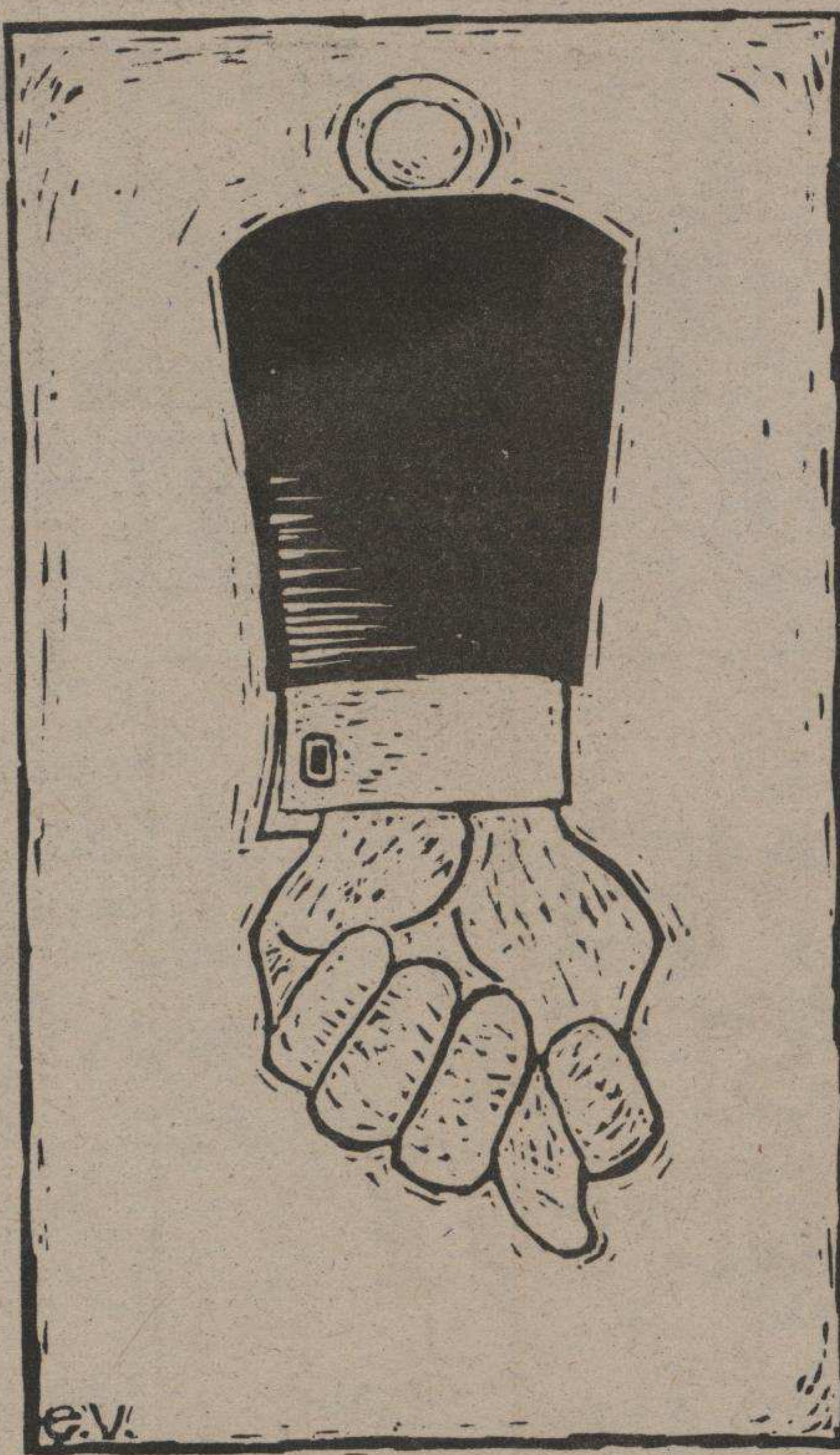
Se por um lado a adesão e freqüência ao Catolicismo está diminuindo nas grandes cidades brasileiras, por outro está havendo um crescimento impressionante do Pentecostalismo, do Espiritismo e, principalmente, da Umbanda. Vários autores já se ocuparam com a questão. A maioria deles tentou mostrar o que estas religiões proporcionam a seus fiéis em termos de adaptação ao meio urbano-industrial, ou então analisar como os adeptos reinterpretam seus antigos valores, preservando ou transformando-os ao se integrarem ao novo contexto.

Neste sentido *A Morte Branca do Feiticeiro Negro*, de Renato Ortiz, é um estudo pioneiro, pois inverte a tendência da maioria dos livros sobre religiões populares, uma vez que ao analisar a integração da Umbanda na sociedade de classes no Brasil, não toma o pensamento africano como ponto de partida, mas ao contrário, procura compreender como a sociedade brasileira, através da Umbanda, reinterpreta os elementos da cultura afro-brasileira.

Para o autor, a Umbanda não é uma religião negra (em contraposição ao Candomblé, este sim mantendo viva a memória coletiva africana). Ela se constituiria numa síntese do pensamento religioso brasileiro, sendo o resultado da fusão de dois movimentos: o embranquecimento da cultura negra e o **empretecimento** do espiritismo kardecista.

O substrato desta fusão pode ser resumido do seguinte modo: por um lado o negro só pode ascender socialmente nos marcos da cultura branca; portanto ele precisa ajustar sua herança africana aos cânones de uma sociedade na qual a ideologia branca é dominante. Por outro lado, como o branco e o mulato não podem negar a influência africana no Brasil, a ideologia umbandista reinterpreta a tradição afro-brasileira segundo as conveniências da cultura branca.

É justamente na síntese das tradições afro-brasileiras e espíritas que reside a originalidade da Umbanda. Assim, enquanto a Macumba seria um esforço da comunidade negra e mulata para preservar seus valores e, portanto, indica sua marginalidade em relação à sociedade bra-



sileira, a Umbanda significa uma tentativa de integrar-se a esta sociedade.

É por isto que, para o autor, a verdadeira chave da compreensão da Umbanda é a própria sociedade brasileira, já que esta religião é um produto das mudanças sociais e econômicas que ocorrem no País. Com efeito, a Umbanda surge no Brasil a partir da década de 1920 e especialmente de 1930. O Primeiro Congresso Brasileiro Umbandista é realizado no Rio de Janeiro, em 1941, quando uma liderança de classe média e com orientação kardecista resolve estudar a religião e codificar seus ritos. O papel da classe média é assim crucial na consolidação da nova religião.

A Umbanda surge, portanto, quando toma forma no Brasil a implantação de uma sociedade urbano-industrial. Neste sentido não é casual que a Umbanda surja e seja mais forte justamente no Sudeste brasileiro, a região mais urbanizada e industrializada do país, estando concentrada nas grandes cidades. Trata-se, portanto, de uma religião essencialmente urbana.

É, entretanto, importante analisar o tipo de integração que a Umbanda opera.

Ortiz mostra como a Umbanda reproduz as contradições da sociedade brasileira e se apodera de valores socialmente legítimos a fim de ser aceita numa sociedade que lhe foi hostil no começo.

Cabe destacar, inicialmente, a tentativa de legitimação através do discurso pseudo-científico formulado pelos intelectuais umbandistas. Assim, por exemplo, justificam-se as bebidas pelas leis de atração e repulsão de Newton, os defumadores pela teoria fluídica e as facas e espadas pela teoria eletrostática do poder das pontas.

Outro exemplo é o processo de "purificação" dos elementos africanos considerados "selvagens". Assim, embora o ritual umbandista absorva boa parte da estrutura e do funcionamento dos cultos afro-brasileiros, operam-se transformações importantes como a reinterpretação de Exu que é desdobrado em Exu-pagão (atrasado) e em Exu-batizado (beneficiado por alguns raios de luz). Do mesmo modo tendem a ser eliminadas as práticas relativas aos cultos africanos consideradas **bárbaras** como os rituais de sangue, o uso da pólvora, o sacrifício de animais e as comidas de santo. Enfatizam-se, em vez disto valores de classe como a **limpeza** e a **boa apresentação**.

A análise do cosmo umbandista revela, aliás, com clareza, a imagem da sociedade de classes. O exame da estratificação do universo sagrado umbandista apresentado por um dos seus líderes mostra que apenas 0,04% dos espíritos se encontram no primeiro plano espiritual, 0,2% no segundo e 99,7% no terceiro. Semelhante distribuição ocorre em relação aos médiuns capazes de receber estes espíritos. A pirâmide espiritual guarda assim uma semelhança com a pirâmide social. Embora a religião frise a idéia da ascensão espiritual (sociologicamente traduzível por mobilidade social), ela implica na aceitação passiva pelo indivíduo de seu *status* previamente fixado pela sociedade, significando, portanto, um conformismo que revela a incapacidade de se realizar as aspirações de ascensão.

Dividido em três partes (o Quadro Sócio-Histórico, a Religião e Integração e Legitimação Social) e onze capítulos, este é um livro que merece ser lido não só pelos estudiosos de religiões, mas por todos aqueles que desejam entender o Patropi abençoado por Deus (ou por Oxalá) e bonito por natureza.

RUBEN GEORGE OLIVEN

OS LIVROS QUE VOCÊ
PRECISA LER ESTÃO
AQUI.

E1 — ESPIONAGEM CIENTÍFICA:

Jacques Berger
Os cientistas, a política e a tecnologia da guerra.
A manipulação de cérebros, o uso da Ciência pelos governos, o tráfico de sábios. — Cr\$ 100,00

E2 — ANTOLOGIA POÉTICA:

Pablo Neruda
Edição bilingue: texto original em castelhano e a tradução portuguesa em prosa. O melhor de Neruda em um único livro. — Cr\$ 90,00

E3 — O MITO DA CULTURA DE MASSA:

Alan Swingewood
Uma análise dos princípios fundamentais da comunicação de massa, a partir da dominação de classe nas sociedades capitalistas modernas. Um estudo a partir das teorias de Adorno, Gramsci, Benjamin, Althusser, Marcuse e Lukacs. — Cr\$ 120,00

E4 — ECOLOGIA E POLUIÇÃO:

Benjamin de Carvalho
O homem e seu ecossistema. Poluição do meio ambiente e explosão demográfica. A destruição do meio ambiente e o futuro. O progresso a qualquer preço e a natureza. — Cr\$ 110,00

E5 — SEXO E AMOR:

Eric Berne
Uma abordagem inteiramente original do sexo e do amor: sob o prisma da análise transacional. Linguagem coloquial, fundado em pesquisa e transbordante de verve e sabedoria. — Cr\$ 100,00

E6 — AGRESSIVIDADE CRIATIVA:

Bach e Goldberg
Um livro que derruba o mito do "cara legal". O perigo da repressão da raiva. Como tornar construtiva sua agressividade livrando-se do artificialismo das relações humanas. — Cr\$ 160,00

E7 — NOSSA NOVA CASA:

Bruno Monteiro
Projetos completos, com fachadas e divisões internas, de casas térreas e sobrados de vários estilos. — 98 sugestões para construir sua casa. E mais: churrasqueiras, lareiras, piscinas, jardins. Projetos novos. Totalmente a cores. — Cr\$ 160,00

Aproveite a oportunidade. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Agência Literária Veritas Ltda. Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com um X:

E1... E2... E3... E4... E5... E6... E7...

Nome: _____

Rua: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____

* Não cobramos despesas de remessa.

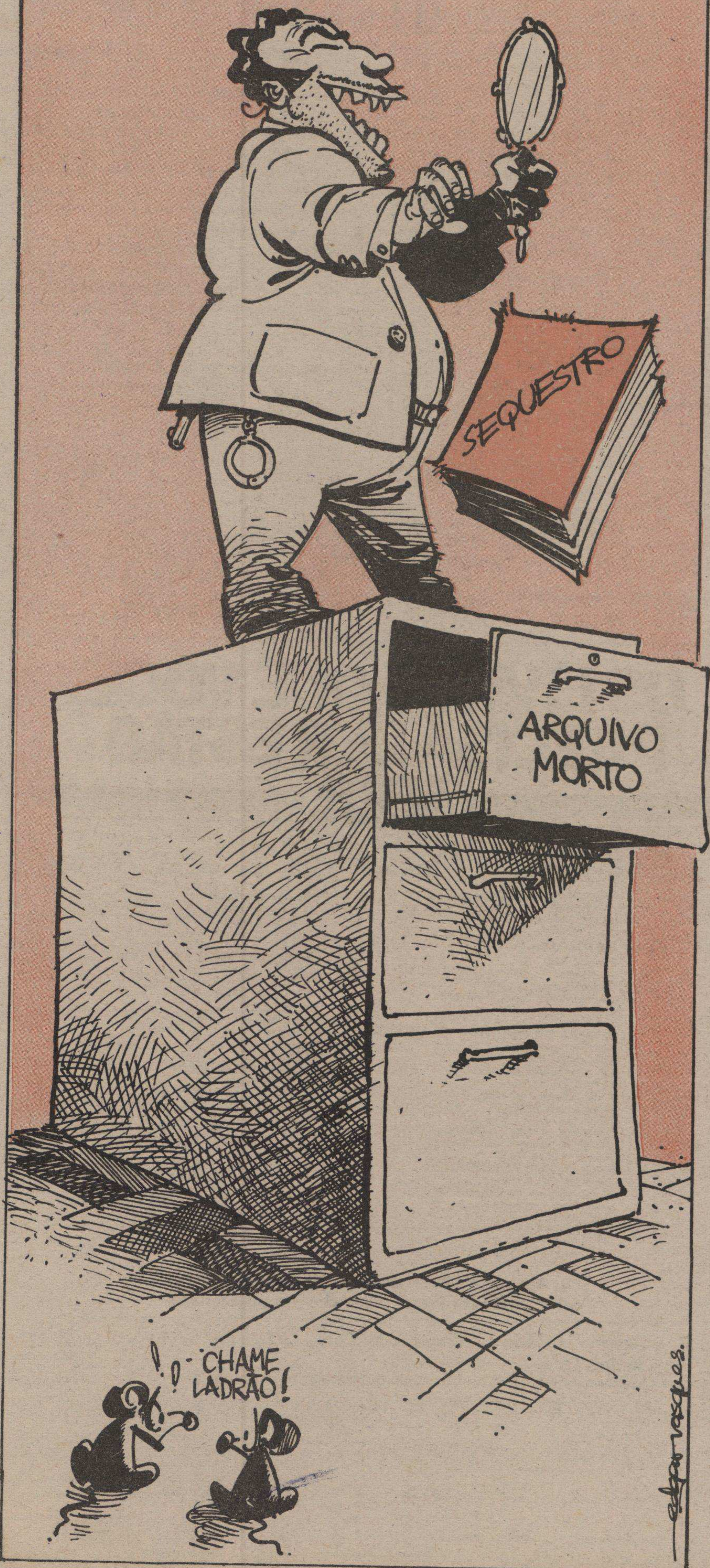
Assinatura _____

ponha logo no Correio

LUIZ FERNANDO

VERÍSSIMO

ESPELHO MEU,
QUEM INVESTIGA
MELHOR DO QUE EU?



Novos fatos que vieram à luz a respeito do suposto seqüestro dos uruguaios, em Porto Alegre, desmentem todas as versões imaginosas, até agora sugeridas e mostram como foram precipitadas aquelas pessoas — inclusive o Governador do Estado — que quiseram implicar policiais gaúchos no desaparecimento do casal e das duas crianças. A polícia gaúcha esteve envolvida, sim, mas não como se pensava. Uma investigação desapaixada, imparcial e criteriosa, feita por um grupo de amigos do Didi Pedalada, revelou toda a verdade. Foram os uruguaios que seqüestraram a polícia! Esta conclusão deverá ser anunciada oficialmente em breve para pôr um fim, de uma vez por todas, ao rumoroso caso.

No dia 17 de novembro de 1978 os exilados uruguaios Lilian Casariego e Universindo Rodríguez Dias, acompanhados dos dois filhos menores de Lilian, invadiram o prédio da Secretaria da Segurança do Rio Grande do Sul, subiram até o segundo andar, onde funciona o DOPS, e renderam todos os policiais que ali se encontravam. Lilian e Universindo portavam pistolas automáticas, o menino Camilo uma espingarda de dois canos, de fabricação tcheca, e a menina Francesca, com dificuldade, uma metralhadora. Os policiais foram levados para o apartamento da Rua Botafogo. Enquanto isto, um contato dos uruguaios em São Paulo telefonava para a sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre e instruía o jornalista Luiz Cláudio Cunha a investigar o que se passava no apartamento. Lá chegando, na companhia do fotógrafo J.B. Scalco, o jornalista foi recebido sob a mira de armas pelos policiais. Não podia adivinhar que estava participando de uma farsa muito bem montada. As armas dos policiais estavam descarregadas e todos os seus movimentos eram controlados, da cozinha, pelos uruguaios, que disparariam sem piedade se qualquer um deles tentasse fugir ou alertar os jornalistas. Quando estes se retiraram, Lilian, Universindo e os perigosos menores amarraram os policiais, amordaçaram-nos e saíram, as pressas, do apartamento.

Os uruguaios rumaram para a fronteira com farto material subversivo. Seu objetivo era claro. Depois de envolverem a polícia brasileira, se entregariam às forças de segurança do Uruguai, dando a clara impressão de terem sido seqüestrados por estas com a colaboração daquelas e criando um caso internacional que embaraçaria os dois Governos. A polícia uruguaia se deu conta da trama e tentou evitar, por todos os meios, que o grupo penetrasse em território uruguaio. Isto explica a discrepância entre as várias versões sobre como o casal e as crianças teriam entrado no vizinho país. Eles tentaram entrar de ônibus, por Bagé, segundo o relato de testemunhas idôneas, mas foram descobertos a tempo pela polícia uruguaia e recambiados para o Brasil. Tentaram, depois, em dois automóveis e então fizeram tanto barulho — buzinando e gritando impropérios contra as autoridades — que a polícia uruguaia se viu obrigada a detê-los.

O plano quase deu certo. A Imprensa — metida, como sempre — frustrou a intenção da polícia gaúcha e das forças de segurança do Uruguai de abafarem o caso. Fizeram um carnaval com a história e logo conseguiram, claro, a adesão daquelas pessoas que vivem se preocupando com abstrações desagregadoras, como direitos humanos, em vez de coisas concretas, positivas e patrióticas como, por exemplo, o emprego do Pedro Seelig.

Felizmente, a verdade sempre aparece. Tudo está esclarecido. É de se esperar que o assunto fique definitivamente encerrado. Qualquer imbecil pode deduzir que tudo aconteceu exatamente como está relatado. Pronto. Chega. Acabou. Fim.



Enquanto isto, no cenário internacional, torna-se cada vez mais evidente que as duas grandes potências caminham para um confronto direto. Nenhum acordo poderá adiar o enfrentamento final por muito tempo. A coexistência pacífica das duas potências e suas esferas de influência, que parecia possível e até imperativa há alguns anos — dado que a alternativa era a guerra nuclear — torna-se cada vez mais difícil. As posições se radicalizaram. A vantagem conseguida pela Pepsi-Cola com sua conquista do mercado soviético foi contrabalançada pela entrada da Coca-Cola na China. Restabeleceu-se o equilíbrio. Agravaram-se os incidentes na fronteira sino-soviética e a guerra de palavras chegou ao paroxismo, com campanhas publicitárias de um e de outro lado citando nominalmente o inimigo e até — no caso da Pepsi — mostrando um teste em que consumidores de olhos vendados provavam as duas bebidas e preferiam a sua, o que estremeceu a opinião pública mundial. A Coca-Cola, além do Exército Chinês, conta com o apoio da administração Carter. A Pepsi-Cola tem do seu lado o poderio militar russo e, presumivelmente, as forças do Pacto de Varsóvia, além dos republicanos de Nixon, nos Estados Unidos. A invasão do Cambodja pelos vietnamitas foi uma derrota da Coca-Cola. Cuba depende demais da União Soviética, é evidente que optará pela Pepsi. A Albânia é uma incógnita. A Europa talvez tente uma terceira posição — a da Schwepps, por exemplo — mas será fatalmente envolvida no conflito.

O holocausto, portanto, parece inevitável. O custo em vidas humanas será incalculável mas os "experts" em *marketing* dos dois lados acham que vale a pena. O vencedor, afinal, dominará o mercado que sobrar.

cadernos de COOPERATIVISMO

QUAL É O PESO DAS COOPERATIVAS NA HORA DAS DECISÕES?

Uma pesquisa em poder do Governo revela que de 1.163 cooperativas de produtores agrícolas existentes no país, apenas 324 têm condições de prestar assistência técnica a seus associados. Mesmo na Região Sul, onde está o braço mais desenvolvido do Cooperativismo agrícola, a relação não é muito diferente; de 390 cooperativas na região, apenas 164 prestam assistência técnica aos seus associados.

Este é apenas um dos dados dessa pesquisa, concluída no ano passado (veja detalhes nas páginas internas), mas diz bem da situação geral das cooperativas de produtores. Apesar do crescimento, dos últimos anos elas ainda são muito frágeis, com poucas exceções, e precisam de muito apoio, para vencer as dificuldades que enfrentam.

No momento em que um novo Governo prepara os seus planos para o País, é oportuno refletir sobre esta situação. Vêm aí novos e grandiosos projetos para a agricultura brasileira, alguns deles já com seus pontos principais divulgados na imprensa. Até agora, no entanto, nada que dê idéia de como o Cooperativismo vai participar, qual será o seu papel nas mudanças que estão sendo planejadas.

"Não acredito que alguém pense em prejudicar as cooperativas", diz o ministro Alysson Paulinelli, que está deixando a Agricultura. "Pelas intenções manifestadas até o momento, tudo indica uma disposição política de apoio ao Cooperativismo", disse ao nosso repórter em Brasília o economista Paulo Vianna, que vai permanecer no Ministério, na chefia da Comissão de Financiamento à Produção.

São palavras, porém. No que já foi divulgado dos planos do Governo, as cooperativas são praticamente ignoradas. Nas diretrizes gerais do Governo Figueiredo, publicadas dia 12 de fevereiro pelos jornais do centro do país, o Cooperativismo merece uma frase: "Determina-se estudo que garanta a expansão do Cooperativismo". Nos planos específicos do ministro Delfim Netto, para a Agricultura, nota-se, por exemplo, que ele pretende atender a uma antiga reivindicação das grandes cadeias de supermercados, que é receber incentivos para instalarem-se nas periferias das grandes cidades. (Se isso ocorrer, elas acabam por liquidar o Cooperativismo de consumo, que não terá condições de concorrer com supermercados subsidiados pelo Governo). Mas não há no seu projeto para a agricultura qualquer menção a cooperativas.

"O que existe são dúvidas a respeito do futuro do movimento cooperativista", disse ao nosso repórter o superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), José de Campos Mello. Ouer dizer, o Cooperativismo está na posição de expectador, enquanto as decisões, que vão orientar a vida econômica do País durante os próximos seis anos, estão sendo tomadas.

É uma posição arriscada para um movimento que só no seu setor mais desenvolvido reúne, segundo os dados da pesquisa citada, quase 800 mil produtores



rurais — que responde por 80% da soja produzida no país, 90% da lã, 51% da carne, 90% do trigo e 52% do leite, controlando ainda 72% do leite *in natura* distribuído nas cidades brasileiras.

"O apoio ao Cooperativismo é inevitável pela força que ele representa", diz Paulo Vianna. A pesquisa, mandada fazer pelo próprio Governo, revela, no entanto, que o Cooperativismo ainda não soube transformar a sua força econômica em força política capaz de pressionar e influir nas decisões oficiais. A situação financeira da maioria das cooperativas é frágil (falta de capital de giro é uma de suas principais deficiências), o índice de participação dos associados é baixo, é pequeno o grau de integração e entendimento entre as cooperativas, há uma enorme falta de informações e não há sequer um programa, um conjunto de objetivos comuns que pudessem ser considerados uma proposta do Cooperativismo brasileiro.

Mesmo que seja "inevitável" o apoio ao Cooperativismo é preciso que se saiba qual a dimensão e a direção deste apoio. É preciso que ele seja dado levando em conta os interesses reais das cooperativas e dos seus associados e não apenas os planos de um Governo, pois nesse caso o Cooperativismo será apenas um instrumento de política econômica, que pode ser abandonado quando já não servir mais. Ou então estará na dependência da boa vontade dos homens do Governo, que, por sinal, precisam conscientizar-se de que Cooperativismo não se restringe à área de produção agrícola.

O sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, estudioso do Cooperativismo nos países da América Latina, diz: "O movimento cooperativista tem sido tradicionalmente estimulado pelos Governos para resolver alguns de seus problemas, para amenizar tensões sociais, para sustentar determinados programas econômicos. Aí

nascem as campanhas oficiais, os estímulos e o apoio todo. Mas, quando passa a urgência de solucionar estas crises, o desenvolvimento das cooperativas é freiado antes que a real experiência de cooperação haja sido suficientemente assimilada. Desta forma, o movimento historicamente foi imposto de cima para baixo, de uma maneira paternalista, não sendo o resultado de uma participação democrática ou de conscientização popular"

Quer dizer: é irrelevante discutir se o Sr. Antonio Delfim Netto gosta ou não do Cooperativismo. Interessa saber se o movimento, até agora útil para a implantação de um modelo agrícola exportador e para amenizar as tensões no campo em certas regiões, terá lugar no novo modelo a ser montado pelo Sr. Delfim. Seria interessante que o Cooperativismo também soubesse qual o lugar que lhe interessa, para poder lutar por ele.



O apoio oficial
só reconhece
as cooperativas
de produção

Como recuperar as cooperativas de consumo?

Nos últimos dez anos, período em que a população aumentou em mais que o dobro, as cooperativas de consumo foram reduzidas à metade no Rio Grande do Sul. Em 1967, em 1961, diminuíram para 220 em 1967 e, segundo o Incra, chegam a 107 no momento apenas 94, das quais poucas apresentam uma situação que pode ser descrita como satisfatória. O número de associados caiu de aproximadamente 250 milhões para 70 mil.

O que é pior: de dois organismos que prestavam assistência a essas cooperativas no estado, um fechou em junho de 1977 e o outro está agonizante. O primeiro era o Serviço de Assistência ao Cooperativismo do SPS, fechado devido ao total desinteresse da área, segundo Affonso Finger, que dirigiu durante 36 anos. O outro é o Conselho DAC (Departamento de Assistência ao Cooperativismo), que atuou durante 40 anos. O DAC, que pertencia à Secretaria da Indústria e Comércio, suspendeu suas atividades porque deveria passar para a Secretaria da Agricultura, seguindo uma orientação que dá prioridade às cooperativas de produção agrícola e desvia de lado as de consumo.

SÓ UMA SAÍDA

Depois de um período florescente, que durou até o início da década de 60, as cooperativas vivem um momento difícil, sem conseguirem se unir para enfrentar as dificuldades, sem apoio oficial definido e, portanto, quase sem forças para reagir ao processo de decadência.

A tal ponto chegam as dificuldades em algumas áreas, que alguns líderes não

vêm saída a não ser uma mudança radical na forma de organização e atuação dessas cooperativas: "Do jeito que as coisas estão, diz Affonso Finger, só há uma saída — extinguir as cooperativas que ainda existem e criar novas, em novas bases, livres dos vícios atuais. É a maneira correta de implantar o Cooperativismo de maneira correta no Brasil".

NA ORIGEM

De certa forma Finger tem razão, pois a principal causa da situação atual das cooperativas de consumo parece estar na sua própria origem. Todas nasceram dentro de empresas e restritas aos funcionários da empresa, e num determinado momento interessaram a todos:

1) interessaram aos funcionários porque podiam comprar alimentos e alguns produtos essenciais um pouco mais baratos e com desconto em folha;

2) interessaram às empresas, para as quais representavam um serviço a mais que ela oferecia aos empregados, além de contribuir para reduzir a pressão sobre os salários;

3) representavam um princípio de organização dentro de um sistema de abastecimento inteiramente desorganizado e entregue à voracidade dos intermediários.

Nestas circunstâncias, as empresas e mesmo o Governo, deram apoio às cooperativas e elas se desenvolveram dentro de um espírito paternalista, dependente de instalações, financiamentos para capital de giro e, muitas vezes, funcionários das empresas. E o fato de cada uma delas ser



restrita ao conjunto de funcionários de cada empresa, impediu que se formasse entre elas o vínculo necessário ao cooperativismo integrado.

PODER REGULADOR

O caminho natural, que seria a formação de centrais de compras e de federações que as representassem e fizessem o papel de porta-voz do sistema junto aos círculos do Governo, não foi seguido.

Desta forma as cooperativas não conseguiram assumir o que poderia ser a sua função preponderante: a função de poder regulador dos preços na área de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, especialmente nas grandes cidades, onde a concentração urbana passava a exigir soluções em grande escala.

Surgiram as cadeias de supermercados

que, por comprarem grandes quantidades e usarem técnicas modernas de venda, podiam oferecer preços mais baixos. A política de combate à inflação obrigou as empresas a adotarem métodos para racionalizar seus custos e elas passaram a cortar os financiamentos ou adiantamentos antes dados, e não ceder mais seus funcionários para as cooperativas.

Em 1967, segundo uma política para aumentar a arrecadação e fazer frente aos grandes investimentos necessários aos programas oficiais, o Governo ampliou o ICM às cooperativas, antes isentas. Foi o grande golpe que em cinco anos reduziu à metade as cooperativas de consumo.

COMO CAPITALISTAS

Apesar de considerarem a medida injusta, porque segundo a doutrina, dentro de uma cooperativa não há transferência de propriedade que justifique o imposto, os líderes não tiveram forças para reagir à medida. Afinal, ela atendia a dois argumentos fortes: de um lado à política de aumentar a arrecadação de impostos para fazer frente aos grandes programas de desenvolvimento do Governo e de outro a grita dos supermercados que reclamavam contra "os privilégios" das Cooperativas.

A grande possibilidade de reabilitação das cooperativas de consumo, que seria a sua integração com as cooperativas de produção, ainda não conseguiu se realizar também:

"O Brasil — diz Ely Luiz Liska, presidente da Cooperativa dos Empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica — é o único país do mundo em que as cooperativas de produção não negociam com as de consumo. As cooperativas de produção são administradas como empresas capitalistas, visando sempre o lucro em seus negócios". Segundo Liska, a desunião chega ao ponto de uma cooperativa que controla uma fábrica de óleo de soja vender o óleo para a Cooccee por preço mais alto do que para os supermercados.

**COOPERATIVISMO
E COMPETIÇÃO**

A experiência das
cooperativas no
capitalismo alemão

Erik Boettcher
Friedrich Klein
Walter Hamm
Harry Westermann

Cooperativas e Capitalismo. A Experiência Alemã.

Erik Boettcher Walter Hamm
Friedrich Klein Harry Westermann

Eles estão descrevendo toda a experiência do cooperativismo alemão na busca da sua adaptação com o regime capitalista.

Uma publicação da Coojornal em conjunto com a Fidene de Ijuí, com o patrocínio da Cotrijuí.



"COLEÇÃO COOPERATIVISMO
SELO DEBATE Nº 1."

Preço de capa: Cr\$ 75,00

Solicite o seu exemplar pelo reembolso

Preencha este cupom e remeta para a Coojornal.

cooJORNAL Rua Comendador Coruja, 366/372
90.000 — Porto Alegre — RS

Nome: _____

Rua: _____ Bairro _____

Cidade: _____ CEP _____ Estado _____

Não mande dinheiro. Só pague ao receber o livro.

Assinatura _____

cooJORNAL®

Cadernos de Cooperativismo é editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Tiragem: 47 mil exemplares
Circulação: entre dirigentes e associados de cooperativas e como encarte especial em jornais de cooperativas.

Pedidos de exemplares avulsos podem ser feitos para a COOJORNAL — Rua Comendador Coruja, 372, fone 21-89-84, Porto Alegre, 90.000, RS.



Pesquisa
sobre as
cooperativas
de produção

Dificuldades, apesar de todo o crescimento

Em 1977, o Ministério da Agricultura contratou uma empresa privada para fazer uma grande pesquisa sobre as cooperativas de produção agrícola no país — um levantamento que serviria de base para um diagnóstico preciso e detalhado da situação dessa área do Cooperativismo no país. O trabalho, terminado no ano passado e cujas conclusões hoje estão compiladas em 15 volumes, não apresenta resultados satisfatórios. Um "diagnóstico preciso detalhado da situação do Cooperativismo de produção no Brasil" ainda está para ser feito.

De qualquer modo, ele consiste no quadro de informações mais atualizadas de que o Governo dispõe e é interessante para as cooperativas e seus associados terem pelo menos as linhas gerais das suas conclusões e sugestões, embora não haja muita novidade.

A conclusão geral do trabalho é de que, embora venham crescendo consideravelmente, as cooperativas de agricultores em seu conjunto enfrentam uma situação difícil. O Cooperativismo nesta área ainda está longe de assumir o papel que lhe cabe num país como o Brasil, onde poderia ser um poderoso regulador de preços e de distribuição de riquezas.

Ao contrário, sua participação na vida econômica do país ainda é muito modesta e sua expansão se dá de forma irregular, com muitos tropeços. De modo geral elas crescem mais em decorrência de fatores externos (como é o caso das próprias cooperativas de soja) do que por sua força própria.

Com exceção das grandes cooperativas do Centro-Sul (Minas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul) as outras, em geral, encontram-se "num estágio artesanal" em termos administrativos, sem estrutura para oferecer bons serviços e dar assistência técnica a seus associados, com enormes dificuldades até em se comunicar com eles. É elevado o índice de dirigentes que pouco entende de questões como crédito, comercialização, mercado, etc.

Nesse item, aliás, uma das conclusões mais inquietantes: o Cooperativismo sabe muito pouco de si mesmo. O público em geral, não ligado a cooperativas, quase nada sabe a respeito. E — o que é pior — mesmo entre associados e até dirigentes é enorme a falta de conhecimento do que é uma cooperativa, das decisões e de como ele pode participar.

Essa desinformação atinge a níveis tão preocupantes que a pesquisa chega a sugerir que as cooperativas criem cursinhos para os novos associados. Nesses cursinhos, eles receberiam as noções básicas do Cooperativismo, do funcionamento de uma cooperativa, das decisões e de como ele pode participar.

No que tange à carência de quadros administrativos e técnicos, o trabalho colhe um exemplo ilustrativo junto às cooperativas mistas: embora existam 420 mil produtores ligados à produção animal nessas cooperativas em todo o país elas dispõem apenas de 850 técnicos capacitados a dar assistência técnica nesta área.

Em outro nível, repete-se nas cooperativas a mesma distorção que se verifica em toda a agricultura brasileira: as grandes acabam sendo as que mais se beneficiam pelos estímulos e programas oficiais. Na

obtenção de créditos, por exemplo, as exigências e normas existentes fazem com que as cooperativas mais fortes fiquem com a maior parte dos financiamentos oficiais.

Quer dizer: as que mais precisam são as que menos recebem. Em função disso, a pesquisa chega a sugerir a criação de linhas especiais de crédito, para as pequenas. Elas teriam juros e prazos especiais e poderiam fazer empréstimos sem as chamadas garantias reais, isto é: sem hipotecar seu patrimônio ou empenhar sua produção como garantia no banco.

Da mesma forma, a falta de integração entre as cooperativas de produção e consumo poderá ser corrigida através de mecanismos de crédito. Na situação atual, as cooperativas fazem 46,5% das suas compras junto aos atacadistas e 40% junto às indústrias. Ou seja, pouco mais de 13% das suas compras são feitas nas cooperativas de produtores. Uma faixa de crédito para financiar as operações entre cooperativas seria uma maneira de estimular esse intercâmbio.

O trabalho faz ainda uma outra sugestão interessante para sanar um dos problemas mais graves que as cooperativas enfrentam, que é a falta de capital (uma prova disso é que quase 40% dos empréstimos que as cooperativas fazem é para capital de giro). Para diminuir esse problema, as cooperativas deveriam conseguir do Governo a permissão para que parte do imposto de renda dos associados pudesse ser transformado em quotas-parte.

Nas páginas seguintes, mais dados sobre a pesquisa



SERVIÇOS AOS ASSOCIADOS

SERVIÇOS	NÚMERO DE COOPERATIVAS QUE REPASSAM CRÉDITO AOS PRODUTORES	NÚMERO DE COOPERATIVAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA	NÚMERO DE COOPERATIVAS QUE FORNECEM INSUMOS
REGIÕES			
Sul	168	164	258
Sudeste	71	117	295
Nordeste	75	59	140
Centro-Oeste	6	13	31
Norte	4	2	9
Brasil	324	355	733

A tabela mostra os serviços que as cooperativas oferecem a seus associados. É clara a deficiência neste sentido. De um total de 1.163 cooperativas, apenas 355 prestam assistência técnica aos seus associados e apenas 324 têm condições de repassar créditos aos agricultores. Quanto ao fornecimento de insumos, a situação é um pouco melhor: 733 cooperativas oferecem este serviço.

DISTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS SINGULARES SEGUNDO REGIÕES E ESTADOS — 1975

Regiões e Estados	Número de cooperativas	Participação relativa — %	Total de associados	%
1. Região Sul	390	33,5	402.594	50,6
Rio Grande do Sul	220	18,9	275.759	34,7
Santa Catarina	88	7,6	68.100	8,5
Paraná	82	7,0	58.735	7,4
2. Região Sudeste	443	38,1	232.983	29,3
São Paulo	203	17,5	104.010	13,1
Rio de Janeiro	55	4,7	17.776	2,2
Espírito Santo	21	1,8	14.210	1,8
Minas Gerais	164	14,1	96.987	12,2
3. Região Nordeste	248	21,3	133.222	16,8
Bahia	39	3,4	18.033	2,3
Pernambuco	64	5,5	42.661	5,4
Paraíba	39	3,4	21.371	2,7
Alagoas	11	0,9	3.299	0,4
Sergipe	10	0,9	4.069	0,5
Rio Grande do Norte	26	2,2	9.760	1,2
Piauí	9	0,8	3.928	0,5
Maranhão	15	1,2	2.614	0,3
Ceará	35	3,0	27.487	3,5
4. Região Norte	16	1,4	3.139	0,4
Pará	6	0,5	2.343	0,3
Amazonas	6	0,5	500	0,1
Acre	3	0,3	261	—
Amapá	1	0,1	35	—
5. Região Centro-Oeste	66	5,7	22.973	2,9
Goiás	43	3,7	13.579	1,7
Mato Grosso	23	2,0	9.394	1,2
BRASIL	1.163	100,0	794.911	100,00

Um terço das cooperativas e 50% dos associados estão na Região Sul

ES EM 1.163 COOPERATIVAS



Preferência pelas que comercializam

Mais da metade (60,4%) das cooperativas pesquisadas comercializam a produção de seus associados. As cooperativas de eletrificação rural, também abrangidas pelo estudo, chegam a 16,8% do total, e não comercializam a produção. No entanto, o número de cooperativas de produção agrícola que não comercializam é bastante elevado, atingindo quase 25% do total. No Nordeste, quase a metade das cooperativas não têm serviço de comercialização, percentual que cai para 5% na Região Sul.

Embora a pesquisa tenha constatado que o dinamismo da comercialização — por causa dos preços melhores que a cooperativa obtém, da facilidade de escoamento das safras e a possibilidade de industrialização — favoreça o desenvolvimento da cooperativa, este ainda é um

instrumento não explorado em todas as suas possibilidades, mesmo na Região Sul.

Além disto, o intercâmbio entre as cooperativas de produtores e consumidores é baixo. A pesquisa informa que isto se deve à falta de conhecimento das empresas entre si, principalmente em relação a seus estoques e necessidades. A contribuir para esta situação estão os hábitos tradicionais de só comercializar a produção nos grandes centros, eliminando as transações diretas entre produtores e consumidores.

A pesquisa alerta, porém, que a eficiência na comercialização é fator de grande importância para o ingresso de novos associados nos quadros da cooperativa. No questionário apresentado aos produtores, 31% deram esta razão como principal motivo para se cooperativar.

29 centrais, 10 federações

Atualmente existem em funcionamento no país 29 cooperativas centrais, 10 federações e uma confederação, que têm como principal finalidade representar politicamente suas associadas junto aos órgãos do Governo, além de, em alguns casos, comercializarem em conjunto a produção das cooperativas filiadas.

Como ocorre com as cooperativas singulares, o Sul e o Sudeste concentram a grande maioria destas cooperativas de segundo e terceiro grau. As federações estão todas ali, e quanto às cooperativas centrais, 10 estão em São Paulo, sete no Rio Grande do Sul, sete em Santa Catarina e três no Paraná. Também nas Regiões Sul e Sudeste estão as cooperativas centrais

com maior número de filiadas, pois 14 das que têm mais de 20 associadas se concentram na Região.

O capital subscrito eleva-se a Cr\$ 820 milhões, mas a pesquisa o considera "pouco expressivo face ao volume de operações a cargo destas cooperativas". A Região Sul é responsável por 60% do capital subscrito e por 65% do capital integralizado.

Os principais produtos primários recebidos por estas cooperativas são o leite (40%), a soja (13%), cacau (7,9%), algodão (5,8%) e ovos (4,9%). Este conjunto responde por 72% do total dos produtos recebidos por estas cooperativas.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS COOPERATIVAS PELO TAMANHO DO QUADRO SOCIAL — 1975

Tamanho do Quadro Social	Regiões					Brasil
	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	
Pequenas	54,1	64,5	61,7	87,4	78,8	61,8
Médias	30,5	31,4	33,7	12,6	19,7	30,5
Grandes	14,6	2,7	3,6	—	1,5	6,8
S/indicação	0,8	1,4	1,6	—	—	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Observa-se que a participação das cooperativas com quadro social grande somente se destaca no Sul, com 14,6% do total das cooperativas identificadas nessa região, o que sem dúvida tem influência decisiva sobre a elevada média de associados por cooperativa verificada nessa região.

Finalmente, em relação ao capital integralizado das cooperativas, constata-se, pelo exame da tabela, que 84,4% do montante nacional está concentrado nas cooperativas da Região Sul e Sudeste, com destaque para a Região Sul com 54%, apesar de que o número de cooperativas existentes nessas duas regiões representa 71,6% do total das cooperativas singulares brasileiras.

VALOR E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO CAPITAL INTEGRALIZADO SEGUNDO AS REGIÕES — 1975

Regiões	Valor em Cr\$ 1.000,00	Participação Relativa em %
Sul	824.752	53,8
Sudeste	539.800	35,2
Nordeste	123.810	8,1
Norte	10.529	0,7
Centro-oeste	33.743	2,2
Total	1.532.634	100,0

Aumentam os financiamentos

O financiamento às cooperativas brasileiras está crescendo em bons índices. Entre 1973/74 houve um crescimento nominal (isto é, sem descontar a inflação e a elevação dos preços) da ordem de 61%, e entre 1974/75 este crescimento foi de 114%. Em termos reais, o aumento foi de 25% no primeiro período e de 67% no segundo.

Naquele espaço de tempo analisado pela pesquisa, o Sul absorveu 75% dos créditos totais concedidos às cooperativas, enquanto a Região Sudeste era beneficiada com 16% e a Região Nordeste com 6%.

Mais uma vez foi observada uma grande concentração de crédito rural naquelas regiões e cooperativas que trabalham com produtos de exportação, e as Regiões Sul e Norte, talvez por estarem mais descapitalizadas na época, receberam um volume

de recursos proporcionalmente superior ao número de cooperativas existentes.

Além disso, como explicação para a concentração do crédito, o trabalho mostra que o valor dos contratos de financiamento cresce à medida em que aumenta o número de associados, apresentando maiores incrementos naquelas cooperativas com mais de dois mil associados.

Quanto à aplicação dos recursos, as cooperativas do Sul utilizaram 35% para repasse aos associados, 35% à comercialização, 17% para investimentos e 9% como capital de giro. Os 4% restantes tiveram outras aplicações, incluindo despesas financeiras.

Nas Regiões Sudeste e Nordeste houve uma forte concentração de recursos no capital de giro e para repasse. No Sudeste, 50% dos recursos foram repassados.



As mudanças na política oficial atingem as cooperativas?

Dúvidas e temores diante do novo Governo

Dúvidas, dúvidas, apenas dúvidas. Isto é o que existe a respeito do futuro do movimento cooperativista no Brasil, segundo o superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, José de Campos Mello. Ele baseia suas declarações no passado do próximo ministro da Agricultura, Delfim Netto — que quando ocupava o Ministério da Fazenda nunca deu mostras de apoiar o Cooperativismo — e no temor de que o apoio do general João Baptista de Figueiredo ao campo acabe por internacionalizar a agricultura brasileira.

A agricultura é um dos setores que ainda não está sob controle de capital estrangeiro, e Campos Mello acredita firmemente que o Cooperativismo é o último grande reduto contra as multinacionais no país. Mas agora, diz ele, "não sabemos se o senhor Delfim Netto vai querer trazer grandes grupos internacionais para entregar a eles uma parcela da agropecuária. Se isso ocorrer, vamos ter problemas, porque não vamos tolerar de maneira alguma que as multinacionais venham a ter influência grande nos destinos da agropecuária".

FÁCIL ACESSO

Em outras palavras, Campos Mello explica que o Cooperativismo brasileiro, que hoje é responsável por 50% da produção agrícola no país e apenas por um terço de sua comercialização, deve buscar a industrialização dos seus produtos: "Queremos que a agroindústria seja um campo de fácil acesso para os produtores, a fim de que consigam multiplicar mais os resultados do seu trabalho por meio de melhores preços dados a sua produção. Se a agricultura for entregue ao controle das grandes empresas nacionais ou internacionais, além dos produtores perderem por completo a possibilidade de ter maior influência no seu próprio destino, os agropecuaristas vão passar a receber preços irrisórios por sua produção, o que poderá acarretar grande desestímulo ao seu esforço produtivo".

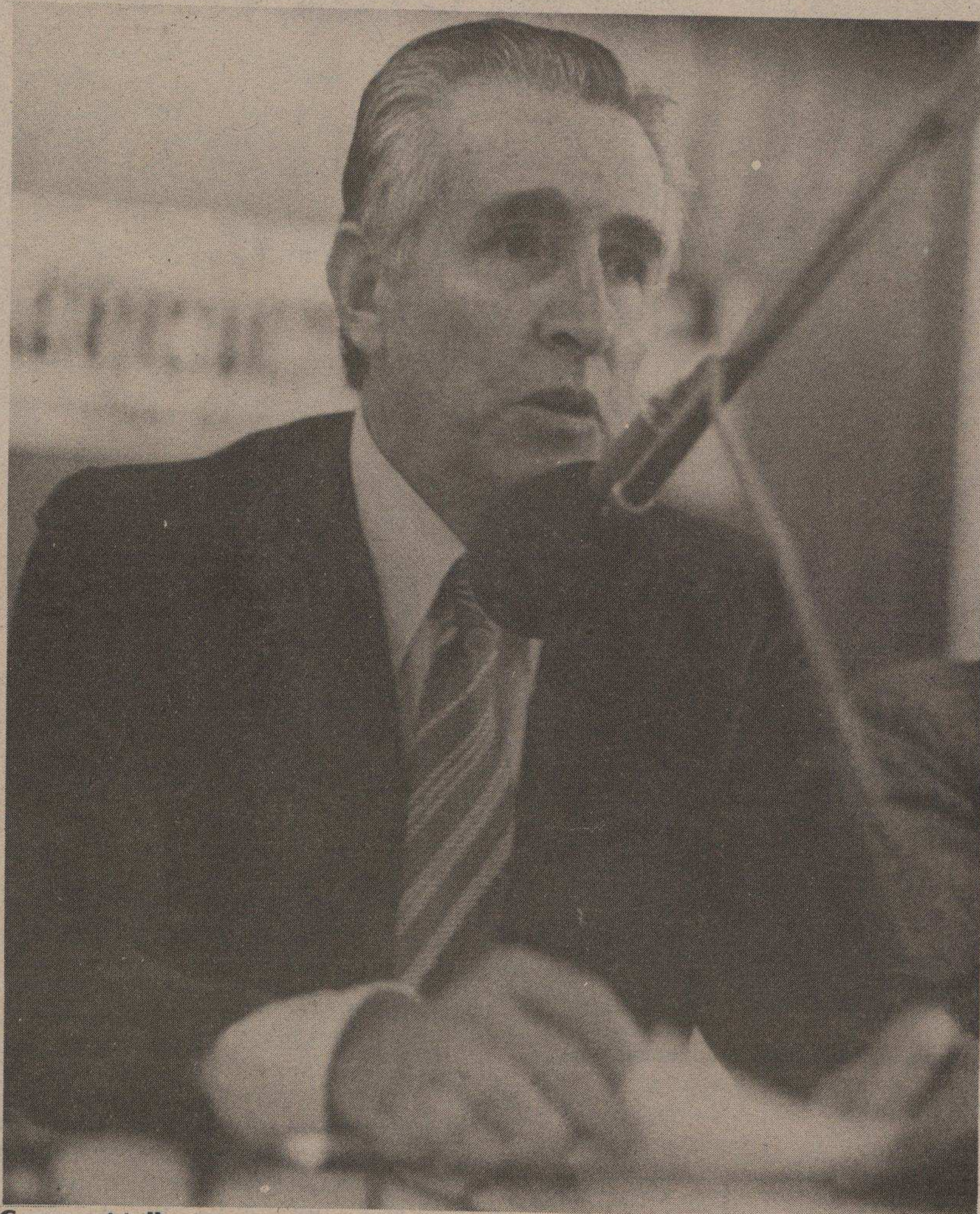
E, o que pensa Delfim? Numa entrevista à revista da OCB (leia matéria nesta página) sua resposta a esta questão não foi muito clara. Ele diz que as cooperativas devem se preparar para ocupar um papel no setor industrial e mais adiante acha que é "razoável" que elas exerçam um papel político de pressão junto ao Governo. Por estas respostas nota-se claramente a colocação das cooperativas num mercado competitivo onde os adversários levam vantagens na política de incentivos fiscais e facilidades de crédito.

FUTURO DO BANCO

Campos Mello defende a colocação de homens ligados ao Cooperativismo nos postos-chaves do segundo escalão do Ministério. Ele faz restrições, por exemplo, ao nome de Paulo Yokota para a presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). E explica: "Quando o senhor Paulo Yokota era assessor do ministro Delfim Netto, chegou a propor o fechamento do BNCC. Esperamos que agora ele vista a camiseta do Banco". Para Campos Mello, importante seria a privatização do BNCC, entregue à administração exclusiva do movimento cooperativista, funcionando como um banco de segunda linha.

NÃO HÁ O QUE TEMER

Mas nos setores ligados atualmente à agricultura o receio é considerado infun-



Campos Mello: "O que existe são dúvidas"

do. Paulo Vianna, diretor executivo da Comissão de Financiamento da Produção — permanece neste cargo no próximo Governo — é enfático:

"O Cooperativismo não tem nada a temer. Delfim Netto vai ter bastante sensibilidade para ver que hoje as cooperativas são fundamentais, e ele vai deixar isto bem claro, na medida em que tiver chance para expor seus pensamentos diretamente aos produtores". E assegura que o futuro Ministro tem como um dos objetivos fortalecer o BNCC, "meta prioritária e que já está sendo cuidadosamente pensada pelo futuro Ministro".

Vianna diz que seu raciocínio é fruto da lógica:

"O apoio ao Cooperativismo é inevitável, pela força que ele hoje representa. Há dados objetivos: o apoio que o Cooperativismo já recebeu, recebe hoje, e as perspectivas da agricultura e da economia brasileira como um todo. Medidas contrárias seriam impensáveis no atual estágio da nossa agricultura".

3 BILHÕES DE DÓLARES

Dentro da mesma linha de pensamento se coloca o atual ministro Alysson Paulinelli. Diz ele:

"Seria uma loucura do futuro Governo não apoiar o setor cooperativista. Precisamos apoiá-lo ainda mais do que foi feito no Governo Geisel".

O Ministro revela que no período 1974/77 as cooperativas brasileiras foram responsáveis pela comercialização de produtos no valor de 2,5 bilhões de dólares no mercado internacional. Só no ano passado este valor alcançou entre 600 e 800 milhões de dólares, superando a casa dos 3 bilhões em cinco anos.



Paulinelli: "Cooperativas não serão abandonadas"



Vianna: "Não há razões para preconceito"

Também no mercado interno, segundo Paulinelli, as cooperativas tiveram participação importante no crescimento da produção "mesmo em produtos delicados ou que enfrentaram crises, como o feijão, o arroz e o leite". E no balanço que faz do Cooperativismo brasileiro, o Ministro lembra que as cooperativas entraram para valer no mercado, com a industrialização de seus produtos, "ligando realmente o produtor com o consumidor".

ORIGEM DO MEDO

Eugênio Giovannardi, coordenador de Cooperativismo do BNCC, diz que a insegurança do setor cooperativista brasileiro em relação ao futuro Governo é resultado de seu crescimento horizontal, esquecendo-se de crescer verticalmente.

"As lideranças cooperativistas estão temerosas com o próximo Governo porque ainda não estão seguras de que podem sentar à mesa com os responsáveis pela elaboração das grandes políticas do País", disse Giovannardi. Para ele é fundamental a aliança da OCB e dos órgãos estaduais com as Federações, Associações e Sindicatos Agrícolas, formando um verdadeiro grupo de pressão no momento de traçar as linhas políticas e econômicas do setor.

Não se trata, segundo Giovannardi, de ficar na posição de expectativa, mas sim na vanguarda. "As cooperativas deverão demonstrar no futuro — não porque muda o Governo, mas pelas necessidades que o País têm devido aos impasses econômicos e também pelos anos de exceção — um aperfeiçoamento de seus mecanismos de produção, comercialização e representação".

"Não há saída sem uma ação política permanente"

O Cooperativismo brasileiro precisa organizar-se politicamente, para poder atuar como grupo de pressão na defesa de seus interesses. Não se pode ficar esperando pelo que o Governo vai ou não fazer pelo Cooperativismo — antes é preciso saber o que o Governo pensa, e a partir daí influir em suas decisões também.

Em síntese, é o que pensa Antonio Buarque de Nazaré, assistente e chefe substituto da Divisão de Cooperativismo e Sindicalismo do Incra, em Brasília. "O Cooperativismo será o que quiser ser", diz ele. O futuro do sistema, em sua opinião depende basicamente de sua movimentação política — o que poderia implicar, inclusive, na criação de um partido cooperativista. "Nós sabemos o que o Cooperativismo tende a ser, mas dependerá dele apenas realizar a sua vontade política".

Buarque de Nazaré vai mais longe e apresenta as alternativas para as várias formas de cooperativas existentes no país e que poderão se concretizar a partir da mobilização política. "A rigor", diz ele, "há três grandes setores no Cooperativismo em geral: as cooperativas operacionais, as prestadoras de serviço e aquelas que se caracterizam pela atividade principal em



O Governo
anuncia apoio
ao campo. E
as cooperativas?

função da qual se constituem. O Cooperativismo prestador de serviços (médico, odontológico) e por atividades (de jornalistas, consumo, eletrificação rural) tende a assumir, cada vez mais, funções sociais relevantes".

Esse papel de relevo, segundo Buarque de Nazaré, só se concretizará na escala devida caso se atribua ao Cooperativismo um papel social de maior importância na sociedade. Nesse aspecto as cooperativas poderiam, por exemplo, substituir os serviços públicos nas áreas de saúde, desde que se beneficiassem das contribuições parafiscais que hoje se destinam à previdência social. Ainda mais: "Cooperativas prestadoras de serviços poderiam prestar serviços específicos beneficiando-se de taxas que as prefeituras cobram, substituindo, pela ação dos próprios grupos interessados, a ação geralmente lenta do setor público".

Já o Cooperativismo operacional, econômico por excelência, incorpora processos e técnicas empresariais. Necessita usar as mesmas armas e argumentos comuns ao jogo do mercado. Em São Paulo, cooperativas de porte operando no setor de hortigranjeiros não podem diminuir preços para o consumo final pelo fato de terem de assegurar ao produtor associado condições vantajosas para não perdê-lo devido à ação dos intermediários.

Por isso, pensa Buarque de Nazaré, o Cooperativismo econômico "será mais positivo como expressão de um poder econômico nacional. Mas dificilmente ultrapassará certos limites de expansão se não se mobilizar politicamente".

Na mesma linha de raciocínio, ele assegura que ao cabo de um processo de fortalecimento representativo do setor, o Cooperativismo de consumo poderia beneficiar-se de um tratamento fiscal especial, "não paternalista", de modo a ter condições de enfrentar as grandes organizações mercantis que atuam no abastecimento.

Um certo tipo de Cooperativismo de produção, como as cooperativas de Sertão, poderia tornar-se instrumento social de colonização e reforma agrária, promovendo mudanças estruturais pacíficas e evolucionárias.

Buarque de Nazaré acredita ainda que no momento, a seguir os rumos atuais, o Cooperativismo será mais um subsistema secundário e complementar à iniciativa não-cooperativada e se destinará a preencher vazios de iniciativas que não interessam a outros setores econômicos. Desta forma, ele reafirma que para que se imponha como solução alternativa — "e não subalterna" — será preciso que o setor se mobilize para tanto, com consciência de sua dimensão real. "Afinal, são dois milhões de associados, cerca de seis milhões de dependentes e um número incalculável de beneficiários indiretos da ação cooperativista no Brasil".

Há razões para otimismo com Delfim no Ministério?

Assim que foi indicado para o Ministério da Agricultura, Antonio Delfim Netto passou a reunir-se com lideranças empresariais do setor para expor a elas algumas das idéias que pretende pôr em prática.

Segundo divulgaram os jornais, ele informou que recebeu um desafio do presidente Figueiredo — de em quatro anos dobrar a produção de grãos no país, hoje em torno de 40 milhões de toneladas — e disse que imporia uma "considerável reformulação" no setor para alcançar seu objetivo.

"A Agricultura terá prioridade absoluta na distribuição dos recursos econômicos nacionais", teria dito Delfim. Ao mesmo tempo, porém, esboçava algumas idéias que demonstram a clara preocupação de tirar dos ombros do Governo pelo menos parte da responsabilidade pelo financiamento à Agricultura.

Como exemplo, disse que serão criados "novos instrumentos financeiros" para gerarem recursos à disposição do agricultor e citou o chamado *bônus agrícola* — uma espécie de caderneta de poupança rural, cujos recursos administrados pelos bancos serviriam para empréstimos aos agricultores com juros mais baixos. Quer dizer, o dinheiro dos agricultores que depositarem suas economias nesta caderneta de poupança irá financiar as lavouras, com o Governo pagando a diferença dos juros.

Ficou implícito, também, que o crédito rural subsidiado será restrito aos pequenos agricultores. Os grandes terão que arriscar uma parcela maior de recursos próprios nas suas empresas. Essa idéia — de reduzir a participação do Governo no financiamento da agricultura — aliada à grandiosidade dos planos, fez crescerem as suspeitas de uma abertura do campo para o capital estrangeiro, que é quem tem condições de fazer grandes investimentos e esperar pelo retorno lento.

E é aí que o assunto diz muito de perto às cooperativas. A estratégia das grandes empresas estrangeiras nos países subdesenvolvidos não é entrar na área de produção. A elas interessa a comercialização, a armazenagem, a industrialização, enfim, o caminho intermediário. Com essas etapas sob controle, elas controlam os preços; dominam o mercado. É bom lembrar também que nos seus planos (ainda não divulgados detalhadamente) Delfim mencionou uma necessidade de "regulamentar os mecanismos de intermediação e comercialização, para garantir a redução dos preços agrícolas". Que é regulamentação? Não será o mesmo tipo de coisa que se fez na área do abastecimento, onde houve favorecimento à formação de grandes redes de supermercados — que por operarem quantidades gigantescas teriam custos mais baixos e portanto poderiam oferecer a preços menores? É bom lembrar, outra vez, que com isso liquidou-se com o Cooperativismo de consumo (e não se reduziu os preços). Quer dizer: regulamentar a comercialização e a intermediação não será facilitar a entrada de grandes empresas modernas e... estrangeiras?

Se for isso as cooperativas no Brasil estão com seus dias contados. É provável que não seja assim, mas o Cooperativismo não tem motivos para estar muito otimista. São escassas as suas condições de pressionar em defesa dos seus interesses junto ao Governo. As lideranças cooperativistas não estão sendo ouvidas para as decisões do Governo na área da agricultura e o ministro

Delfim Netto ainda não deu sinal de que reconhece algum direito às cooperativas em função da sua importância econômica.

Ao contrário. Numa entrevista dada à revista da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), no ano passado, ele deu a entender que conhece muito pouco do ramo. Respondeu a todas as perguntas de forma genérica (contrário ao seu estilo de ser específico e descer aos detalhes) e de algumas ele simplesmente fugiu pelo jogo de palavras. Chegou a dizer a certa altura: "Suspeito que há um grande entusiasmo pelo Cooperativismo".

Eis alguns trechos da entrevista, bastante significativos. (Os grifos são nossos.):

OCB — Na sua opinião, qual o papel do Cooperativismo no desenvolvimento nacional e no processo de distribuição de renda?

Delfim — O movimento cooperativista tem uma importância fundamental na agricultura. Ele tem que ter uma estrutura apoiada na pequena ou média propriedade, principalmente num tipo de atividade que exige uma certa cooperação e uma economia de escala, não na própria fazenda mas numa área geográfica, como é o caso do café, soja, algodão. **Eu acho que nestes casos o papel da cooperativa é decisivo.** Não só pelo lado da assistência técnica e do apoio financeiro ao agricultor, mas pelo lado de estimular a produção e a produtividade. A cooperativa tem um papel desde o plantio, onde se pode orientar o agricultor no sentido de adotar formas muito mais eficazes de técnica agrícola até na comercialização, na qual é decisiva.

OCB — O que acha da cooperativa passar a responder não só pela comercialização dos produtos agrícolas, mas também por sua industrialização?

Delfim — Acho que isso depende de um processo de aperfeiçoamento do sistema cooperativista. Se for possível haver a integração eficaz, acho que é muito conveniente. Na Europa, as cooperativas normalmente entram no setor industrial. É preciso compreender que não é possível



estar inventando a roda todos os dias. As cooperativas têm de ser preparadas para ocupar este papel, **mas não vejo nenhuma razão para que elas não possam ocupá-lo.**

OCB — As cooperativas não devem ser um instrumento de fortalecimento da estrutura agrícola do País?

Delfim — É preciso compreender que a cooperativa é basicamente um problema de administração. A cooperativa funciona muito bem quando tem uma administração eficaz.

OCB — O senhor não acha que as cooperativas têm menor acesso ao capital e ao crédito do que as empresas mercantis?

Delfim — Empréstimo capital, estimular de todas as formas, dar subsídios até que as cooperativas atinjam um tamanho mínimo que lhes dê eficiência, **tudo isto é perfeitamente razoável.** O que me parece não ser razoável, é **se instituir um sistema tributário que dê às cooperativas o monopólio da comercialização e da industrialização.** Isso, realmente nem seria benéfico para os agricultores. E, certamente, não beneficiaria os consumidores. Acredito que, neste caso, as condições devem ser niveladas. **Mas, como as cooperativas estão começando agora,** é natural e justo que se dê as condições mínimas para que elas possam atingir um **tamanho ótimo.**

COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística. É uma experiência com mais de quatro anos e quase 30 clientes.

Conte com a Coojornal em:

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.
Edição de revistas, livros,

jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.
Artes, *lay-outs* e produção de capas de livros, revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, etc.

Serviços fotográficos

Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais

Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de

fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.
Produção e impressão *off-set* de material jornalístico e publicitário, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

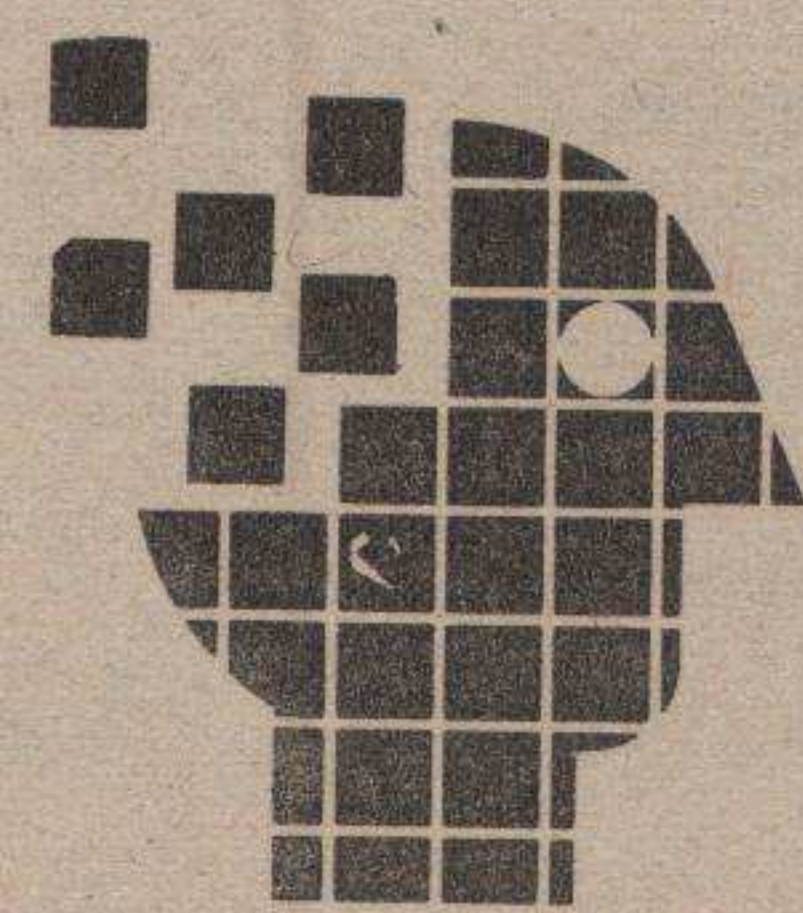
COOJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 366/372
Fones: 24.0951 e 21.8984 - Telex (051)1605
90000 - Porto Alegre - RS



**Mais do
que nunca
é preciso
pensar.**

AMFLA



**Arme-se.
Use a cabeça.**

Leia e assine
cooJORNAL